



PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

PLS INT 2023-2025

SUMÁRIO

// SUMÁRIO EXECUTIVO	4
// INTRODUÇÃO	13
// DIRETRIZES E OBJETIVOS	14
// METODOLOGIA	16
// EIXOS TEMÁTICOS	18
// EIXO RACIONALIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19
• Papel	
• Copos Descartáveis	
• Reagentes e Gases Especiais	
• Energia Elétrica	
• Água e Saneamento	
• Gestão de Resíduos	
//EIXO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55
• Impressão e Reprografia	
• Telefonia	
• Equipamentos de informática	

SUMÁRIO

// EIXO – CONTRATOS DE LOGÍSTICA 66

- Aquisições e Contratações Sustentáveis
- Vigilância
- Limpeza
- Veículos Oficiais

// EIXO – SOCIOCULTURAL, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO 82

- Qualidade de Vida
- Capacitação
- Divulgação, Conscientização

// REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Diretor de Logística Sustentável do INT 2023-2025 (PLS INT 2023-2025) apresenta o planejamento de ações do Instituto que promove práticas de sustentabilidade em função do seu impacto ambiental, social, cultural e econômico. O PLS se organiza em quatro eixos: Racionalização de bens e serviços; Tecnologia da informação; Contratos de logística; e, Sociocultural, capacitação e conscientização. No plano estão expressos objetivos e metodologia. Nos eixos temáticos são apresentados 16 tópicos em que são definidas iniciativas, responsabilidades, indicadores, metas, resultados esperados, mecanismos de monitoramento e avaliação, ações de divulgação, conscientização e capacitação, com o objetivo de promover uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade. Segue abaixo um quadro síntese dos quatro eixos e dos 16 tópicos e seus respectivos indicadores, metas, ações a desenvolver, as unidades gestoras e as páginas onde encontram-se as informações completas.

Quadro 01 – Síntese dos Quatro Eixos Temáticos

Eixo – Racionalização de Bens e Serviços						
Nº	Ações a desenvolver	Tópicos	Indicadores	Metas	Unidad e Gestora	Pág.
01	1.1.1 Implementar uma campanha de conscientização para sensibilizar todos os integrantes do corpo funcional sobre a importância da redução do consumo de papel, promovendo o uso responsável e incentivando práticas sustentáveis no ambiente de trabalho, para temas de campanhas voltadas ao incentivo do uso de papel impresso de um lado, que não seja confidencial; para utilização de impressão de documentos de rascunho; além do incentivo à utilização de documentos em formatos eletrônicos para leitura	1. PAPEL	1.1 Percentual de redução do consumo de papel	1.1 Diminuir em 10% o consumo de papel até 2025 (130 Pacotes), em comparação com o consumo anual ocorrido em 2022 (145 Pacotes)	DISUP	22
02	1.1.2 Estimular que os relatórios físicos, destinados aos clientes, sejam impressos frente e verso, com o melhor aproveitamento do papel					22

03	1.1.3 Monitorar as demandas de papel fornecendo relatórios semestrais com os dados de consumo de papel no INT, registrados pelo setor de almoxarifado					22
04	2.1.1 Promover uma campanha de conscientização para incentivar todos os integrantes do corpo funcional a reduzirem o uso de copos de plástico descartáveis, promovendo a adoção de kits sustentáveis de copos e canecas de fibra de coco como alternativa ecológica	2. COPOS DESCARTÁVEIS	2.1 Percentual de redução do consumo de copos de plástico descartáveis de 200 mL e 50 mL (Pcts com 100 copos)	2.1 Diminuir em 30% o consumo de copos de 200 mL de plástico descartáveis (157 Pacotes), em comparação com o consumo de 2022 (224 Pacotes) e em 50% o consumo de copos de 50 mL de plástico descartáveis (16 Pacotes), em comparação com o consumo total ocorrido em 2022 (31 Pacotes), até 2025	DISUP	29
05	2.1.2 Monitorar as demandas de copos descartáveis, de 200mL e de 50mL, fornecendo relatórios semestrais com os dados de consumo, registrados pelo setor de almoxarifado.					29
06	3.1.1 Fazer o levantamento das necessidades de reagentes e gases especiais, para atender às demandas de projetos e serviços técnicos em andamento e previstos para o período seguinte	3. GASES E REAGENTES	3.1 Percentual de reagentes e gases especiais adquiridos através de processo licitatório unificado	3.1 Adotar procedimentos unificados, incorporando critérios de sustentabilidade no processo licitatório para aquisição de 80% dos reagentes utilizados pelo INT	DISUP	34
07	3.1.2 Manter canal de divulgação on-line para troca e transferência de reagentes e gases especiais entre os laboratórios					34
08	3.1.3 Redigir relatório de solicitação de reagentes e gases especiais, apresentando os dados referentes à quantidade a ser adquirida por cada divisão técnica, frequência de aquisição e valores de referência					34
09	3.1.4 Redigir relatório da aquisição de reagentes e gases especiais, apresentando os dados referentes à quantidade total adquirida pelo INT e valores gastos					34
10	4.1 Monitorar o consumo mensal de energia elétrica com envio de relatório semestral para os Coordenadores	4. ENERGIA ELÉTRICA	4.1 Índice de Conformidade no Envio de Relatórios Semestrais (%)	4.1 Realizar o monitoramento mensal do consumo de energia elétrica, consolidando dados em relatórios semestrais para análise e tomada de decisões, visando a redução de consumo e o uso mais eficiente de energia	DIAPE	40

11	4.2 Estruturar projeto voltado à redução do consumo de energia e a possibilidade de minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica.	4. ENERGIA ELÉTRICA	4.2 Progresso das Etapas do Projeto (%)	4.2 Estruturar 01 (um) projeto voltado à eficiência energética nas instalações do INT	DIAPE	41	
12	4.3.1 Realizar campanhas anuais de sensibilização para conscientizar os integrantes do corpo funcional direcionadas à eficiência energética		4.3 Percentual de Realização das ações contínuas para aumento da eficiência energética nas instalações (%)	4.3 Implementar ações contínuas para aumentar a eficiência energética nas instalações do Instituto, até dezembro de 2025		41	
13	4.3.2 Dar continuidade na troca de lâmpadas fluorescentes por LED					41	
14	4.3.3 Manter limpos os filtros e dutos dos aparelhos de ar-condicionado, as lâmpadas e as luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação.					41	
15	4.3.4 Trocar a instalação e os aparelhos de refrigeração visando eficiência energética					41	
16	4.4.1 Instruir os processos de aquisição e locação de equipamentos com a inserção de critérios sustentáveis que englobam aspectos de eficiência energética presentes na legislação vigente, indicadas no texto deste tópico e outros que venham a entrar em vigência		4.4 Percentual de Processos com Critérios Sustentáveis (%)	4.4 Implementar critérios sustentáveis e de eficiência energética na aquisição e locação de equipamentos, realizando a substituição gradativa de equipamentos de baixa eficiência por opções mais sustentáveis e eficientes, conforme a legislação vigente, até dezembro de 2025		41	
17	4.4.2 Realizar reparo e substituição gradativa de equipamentos com baixa eficiência energética por opções mais eficientes para substituição					41	
18	5.1.1 Monitorar o consumo mensal de água	5. ÁGUA E SANEAMENTO	5.1 Índice de Conformidade no Envio de Relatórios Semestrais (%)	5.1 Realizar o monitoramento mensal do consumo de água, consolidando dados em relatórios semestrais para análise e tomada de decisões, visando a redução de desperdícios e consumo consciente de água	DIAPE	44	
19	5.1.2 Divulgar o monitoramento do consumo de água em relatório trimestral, destinado à Direção					45	
20	5.2.1 Realizar uma campanha anual de sensibilização para conscientizar os integrantes do corpo funcional ao consumo consciente de água		5.2 Percentual de realização das ações contínuas para aumento da eficiência hídrica nas instalações (%)	5.2 Implementar ações contínuas para aumentar a eficiência na gestão hídrica nas instalações do Instituto, realizando reparos mensais nas instalações hidráulicas, evitando a permanência de vazamentos ou de desperdício de água		45	
21	5.2.2 Instalar válvulas e torneiras automáticas nos banheiros e renovar os equipamentos hidráulicos visando a eficiência e a redução do desperdício de água					45	

22	5.2.3 Realizar os reparos nas instalações hidráulicas, evitando a permanência de vazamentos ou de desperdício de água	5. ÁGUA E SANEAMENTO			DIAPE	45	
23	5.2.4 Coletar água dos aparelhos de ar-condicionado destinando ao uso de limpeza do piso					45	
24	5.3 Fazer 02(duas) ações anuais de manutenção preventiva nas instalações hidráulicas		5.3 Percentual de implementação de ações preventivas, de eficiência hídrica (%)	5.3 Realizar pelo menos 02 (duas) ações preventivas nas instalações hidráulicas, visando a eficiência hídrica, por ano		45	
25	6.1.1 Atualizar o conteúdo do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)	6. GESTÃO DE RESÍDUOS	6.1.1 Índice de Atualização do PGRS (%)	6.1 Aprimorar e institucionalizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do INT	DIGEP	50	
26	6.1.2 Realizar atividades de capacitação com a participação de todo o corpo funcional, para dar amplo conhecimento do conteúdo do PGRS		6.1.2 Taxa de capacitação no PGRS (%)			51	
27	6.2 Implementar o projeto de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos.		6.2 Indicador de Execução das Ações de Adequação (%)	6.2 Implementar 100% as ações de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos, até 2025		51	
28	6.3.1 Participar de atividades conjuntas da Rede ReciclaPorto, voltadas à Gestão de Resíduos Recicláveis		6.3 Indicador de Aumento na Destinação de Resíduos Recicláveis para Cooperativas (%)	6.3 Aprimorar o Programa de Coleta Seletiva Cidadã gerando um aumento em 20% da quantidade de resíduos recicláveis destinados às cooperativas de catadores, até 2025, em comparação com o quantitativo do ano de 2022		51	
29	6.3.2 Assinar os Termos de Compromisso com as Cooperativas habilitadas na 2ª Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto					51	
30	6.3.3 Contratar consultoria para aprimoramento do Programa de Coleta Seletiva Cidadã					51	
31	6.3.4 Realizar campanhas de sensibilização alinhadas ao PGRS (Coleta Seletiva Cidadã, segregação de resíduos, reciclagem, consumo consciente)					52	
32	6.4.1 Realizar análise das ações e do monitoramento quanto à conformidade com normas ambientais e promover melhorias no processo, ao longo de cada ciclo anual		6.4 Indicador de frequência (%)	6.4 Assegurar o monitoramento contínuo e sistemático da gestão de resíduos sólidos		52	
33	6.4.2 Elaborar relatório anual sobre os processos e iniciativas vinculadas ao gerenciamento e monitoramento dos resíduos sólidos					52	

Eixo – Tecnologia da Informação

Nº	Ações a desenvolver	Tópicos	Indicadores	Metas	Unidad e Gestora	Pág
34	7.1 Realizar as etapas de desenvolvimento do Edital para publicação	7. IMPRESSÃO E REPROGRAFIA	7.1 Entrega de Edital elaborado	7.1 Elaborar novo Edital para contratação de Serviço continuado de outsourcing de impressão	DITIC	57
35	8.1 Registrar o tempo de resolução do incidente através de ferramentas de solicitação de serviços		8.1 Tempo Médio de Resolução de Problemas de Serviços	8.1 Manter os serviços VOIP, Eduroam - RNP e o Fone@RNP		60
36	8.2 Acompanhar os gastos nos relatórios gerados pelas contratadas	8. TELEFONIA	8.2 Média de gastos com contratos de telefonia	8.2 Manter a contratação de telefonia Fixa e Móvel	DITIC	61
37	9.1 Gerar relatório de inventário de TIC através de ferramenta de busca ativa de ativos de TIC	9. DISPOSITIVOS DE INFORMÁTICA	9.1 Percentual de conclusão do relatório de inventário dos dispositivos (%)	9.1 Elaborar um inventário dos dispositivos, equipamentos e periféricos de informática anualmente	DITIC	64
38	9.2 Fazer levantamento das demandas de dispositivos, através de ferramenta de busca ativa de características de ativos de TIC		9.2 Percentual de elaboração da relação de demandas de dispositivos, equipamentos e periféricos de informática (%)	9.2 Elaborar uma relação de demandas de dispositivos, equipamentos e periféricos de informática anualmente		64
39	9.3 Incluir nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e nos Termos de Referência (TR) a opção pela aquisição de produtos que atendam premissas de TI Verde, tais como, possuam selos “Energy Star” ou com outros “selos verdes” ou certificações de sustentabilidade		9.3 Percentual de dispositivos e equipamentos de informática adquirido atendendo as premissas de TI Verde (%)	9.3 Adquirir dispositivos e equipamentos de informática atendendo as premissas de TI Verde, tais como, com selos “Energy Star” ou outros “selos verdes”		64

Eixo – Contratos de Logística

Nº	Ações a desenvolver	Tópicos	Indicadores	Metas	Unidad e Gestora	Pag.	
40	10.1.1 Desenvolver um fluxograma de todas as etapas processuais detalhadas, com a inserção das áreas responsáveis	10. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	10.1 Percentual de Conclusão do Fluxograma (%)	10.1 Publicar 01 (um) fluxograma delimitando todas as etapas processuais detalhadas, com a inserção das áreas responsáveis, viabilizando o acesso para 100% do corpo funcional, até 2025	CGAD	68	
41	10.1.2 Divulgar o fluxograma das etapas processuais, junto ao corpo funcional					69	
42	10.2.1 Mapear as demandas de capacitação dos integrantes do Corpo Funcional, visando aprofundar o seu conhecimento e aprimorar a sua atuação na instrução dos processos de aquisição e contratação, nos requisitos da nova Lei de Licitação e demais legislação vigente		10.2 Percentual de Funcionários capacitados (%)	10.2 Capacitar 100% dos integrantes do corpo funcional, envolvidos na instrução de processos, nos conhecimentos básicos para inclusão de critérios de sustentabilidade nos artefatos de compras e contratações, até 2025		69	
43	10.2.2 Realizar atividades de capacitação (palestras, eventos, cursos) na instrução dos processos de aquisição e contratação, nos requisitos da nova Lei de Licitação e demais legislação vigente					69	
44	10.2.3 Divulgar o Guia de contratações públicas sustentáveis, da CGU/AGU, visando a sua ampla utilização					69	
45	10.3.1 Analisar os processos de compras e contratações para inserção de critérios de sustentabilidade		10.3 Índice de Aplicação de Critérios de Sustentabilidade nos Processos (%)	10.3 Tramitar 100% de processos de compras e contratações com critérios de sustentabilidade, até 2025		69	
46	10.3.2 Identificar critérios e práticas de sustentabilidade passíveis de aplicação imediata nos processos de contratações visando o atingimento da meta 10.3					69	
47	11.1.1 Revisar os pontos de monitoramento remoto para ampliar o alcance da vigilância com a possibilidade de instalação de novos pontos	11. VIGILÂNCIA	11.1 Índice de Investimentos em Medidas de Segurança (%)	11.1 Aumentar o grau de segurança nas instalações do INT	DIAPE	72	
48	11.1.2 Atualizar os equipamentos e procedimentos de controle de entrada e saída no INT					72	

49	12.1.1 Rever o conteúdo do contrato de limpeza analisando as demandas e o contexto atual do Instituto	12. LIMPEZA	12.1 Percentual de Conclusão do ETP (%)	12.1 Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) do novo contrato de serviço de limpeza com inserção dos critérios de sustentabilidade	DIAPE	75	
50	12.1.2 Inserir critérios de sustentabilidade no processo de contratação do serviço de limpeza, indicando o uso de produtos biodegradáveis e a inclusão de sacos (azuis ou brancos) destinados à coleta dos resíduos recicláveis					76	
51	12.2 Capacitar os integrantes da equipe de limpeza para o uso correto de EPI e produtos, e aprimorar a segurança no trabalho e os procedimentos do Programa da Coleta Seletiva Cidadã		12.2 Percentual de Conclusão da Capacitação (%)	12.2 Capacitar 100% dos integrantes da equipe de limpeza nos procedimentos de coleta seletiva e de segurança no trabalho		76	
52	13.1 Fazer a manutenção periódica dos veículos oficiais de forma a otimizar o uso da frota	13. VEÍCULOS OFICIAIS	13.1 Percentual de Veículos com Manutenção Atualizada (%)	13.1 Fazer a manutenção periódica dos veículos oficiais de forma a otimizar o uso da frota	DIAPE	80	
53	13.2.1 Dar andamento nos processos de desfazimento dos veículos inoperantes da frota oficial		13.2 Percentual de Veículos Antigos Inoperantes Desfeitos/Doados (%)	13.2 Realizar o desfazimento/doação de 100% dos veículos oficiais antigos e inoperantes, até 2025		80	
54	13.2.2 Viabilizar o desfazimento e a doação dos veículos oficiais antigos e fora de uso					80	

Eixo – Sociocultural, Conscientização e Capacitação

Nº	Ações a desenvolver	Tópicos	Indicadores	Metas	Unidad e Gestora	Pág
55	14.1.1 Realizar 01 (uma) palestra de prevenção de doenças, motivacional e/ou voltada à prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional	14. QUALIDADE DE VIDA	14.1 Percentual de iniciativas de QVT realizadas (%)	14.1 Implementar pelo menos 02 (duas) iniciativas voltadas à prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional, destinadas ao corpo funcional do INT	DIGEP	91
56	14.1.2 Desenvolver 01 (uma) iniciativa voltada à prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional					92
57	14.2 Realizar 01 (uma) ação voltada às políticas afirmativas visando a sensibilização em prol de equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade		14.2 Percentual de ações em políticas afirmativas realizadas (%)	14.2 Implementar pelo menos 01 (uma) ação voltada às políticas afirmativas, em prol da equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade		92

58	15.1.1 Realizar reuniões da Comissão de Sustentabilidade com integrantes da Direção do INT para mapear as demandas de capacitação no tema sustentabilidade	15. CAPACITAÇÃO	15.1 Percentual de atividades de capacitação em sustentabilidade realizadas anualmente (%)	15.1 Realizar pelo menos 01 (uma) atividade de capacitação, no tema sustentabilidade em consonância com as necessidades do corpo funcional	DIGEP E COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE	93	
59	15.1.2 Estruturar projeto de trilha de capacitação na temática sustentabilidade para o período deste plano					94	
60	15.1.3 Realizar atividades de capacitação para os integrantes do Corpo Funcional no tema sustentabilidade					94	
61	15.1.4 Propiciar a participação de integrantes do Corpo Funcional em capacitações no tema sustentabilidade ofertadas por instituições nacionais e internacionais					94	
62	15.2Realizar 04 (quatro) atividades de capacitação (palestra, curso, treinamento, webinar, seminário, etc) no tema sustentabilidade e contemplando o conteúdo dos tópicos dos eixos do PLS INT		15.2 Percentual de atividades de conscientização desenvolvidas anualmente com participação do corpo funcional (%)	15.2 Desenvolver pelo menos 06 (seis) atividades de conscientização (palestra, congresso, webinar, campanha) anuais, contemplando temas relacionados aos tópicos dos eixos deste Plano, com a participação do Corpo Funcional		94	
63	16.1 Elaborar plano de comunicação voltado à e sensibilização/conscientização do corpo funcional das iniciativas no tema sustentabilidade, como campanhas e publicações de material educativo (cartazes, adesivos, comunicação via e-mail corporativo, redes sociais)	16. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	16.1 Percentual do plano de comunicação desenvolvido (%)	16.1 Estruturar um plano de comunicação voltado à sensibilização/conscientiza ção do corpo funcional, no tema sustentabilidade, com detalhamento das iniciativas com base no PLS INT, para implantação até 2025	DICOM E COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE	96	
64	16.2.1 Apoiar à Comissão de Sustentabilidade na organização dos eventos, virtuais e presenciais		16.2 Percentual de apoio efetivo nas ações de sustentabilidade (%)	16.2 Apoiar a Comissão de Sustentabilidade na organização de 100% dos eventos, virtuais e presenciais, e na ampla divulgação de campanhas, capacitação, boas práticas na temática sustentabilidade		96	
65	16.2.2 Divulgar as atividades de capacitação, no tema sustentabilidade e nos tópicos do PLS INT, nos canais institucionais e nas mídias sociais					96	
66	16.2.3 Divulgar ações de conscientização, no tema sustentabilidade e nos tópicos do PLS INT, nos canais institucionais e nas mídias sociais					96	
67	16.2.4 Fazer ampla divulgação do PLS INT e dos relatórios de sustentabilidade do INT					96	

//INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS é uma importante ferramenta para gestão e tomada de decisão, no Instituto Nacional de Tecnologia – INT, a partir do planejamento de ações que promovem práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico. O PLS possibilita definir responsabilidades, indicadores, metas, mecanismos de monitoramento e avaliação, ações de divulgação, conscientização e capacitação, com o objetivo de promover uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade.

O tema sustentabilidade pode contribuir com a estratégia do INT, trazendo o reconhecimento como uma instituição preocupada com o desenvolvimento tecnológico alinhado com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, com foco em suas possíveis contribuições para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, desde 2019, o INT vem implementando melhorias na estruturação do PLS, esta iniciativa é coordenada pela Comissão de Sustentabilidade do INT (CSINT), constituída pela PORTARIA Nº 213/2022/SEI-INT, vinculada à Coordenação Geral de Administração (CGAD).

Em 2021/2022, ainda em detrimento dos impactos da pandemia, o PLS INT passou por um processo de análise e de algumas adequações, agregando aos dados da série histórica de 2012 a 2020 a delimitação do consumo mensal em alguns itens, que serão descritos no tópico destinado à metodologia.

A quinta edição do Plano Diretor de Logística Sustentável do Instituto Nacional de Tecnologia (PLS INT) prioriza 04 (quatro) eixos englobando 16 (dezesesseis) temas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção e pela Comissão de Sustentabilidade.

A publicação do novo PLS materializa e revigora o compromisso institucional do INT com os princípios da responsabilidade socioambiental e da gestão pública sustentável, em consonância com as diretrizes da agenda mundial para o meio ambiente.

// DIRETRIZES E OBJETIVOS

As diretrizes do PLS INT (2023-2025) foram estabelecidas em um contexto normativo que evolui a partir da ordem constitucional, em particular dos comandos previstos nos artigos 37 e 225 da Constituição de 1988, das premissas estabelecidas no art. 16 do Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 10/2012, perpassando pela base legal da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, que “dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional” e culmina com a recente caracterização legal do plano de logística como instrumento do desenvolvimento nacional sustentável na Lei nº 14.133, de 2021.

Destaca-se também que as diretrizes do PLS INT (2023-2025) estão em consonância com a estratégia do INT, expressa em seu PDU 2017-2022, prorrogado até o final de 2024, que está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

Contudo, cabe destacar que o INT está elaborando um Novo PDU, a ser finalizado em 2024. Este documento pode vir a trazer a necessidade de uma revisão no conteúdo do PLS INT 2023-2025 de forma a manter o alinhamento estratégico.

O alinhamento estratégico do PLS ocorre principalmente na perspectiva dos Processos Internos, nos temas Excelência em Gestão e Infraestrutura, nos objetivos de "promover a gestão efetiva dos processos internos" e "prover espaço físico adequado às necessidades do INT" em função de três dos quatro eixos apresentados no Plano: Racionalização de bens e serviços; Tecnologia da informação; Contratos de logística; e, Sociocultural, capacitação e conscientização.

O eixo Sociocultural, capacitação e conscientização possui um alinhamento estratégico com a perspectiva de Aprendizado e Crescimento, no tema Pessoas, nos objetivos de "promover o desenvolvimento de competências em gestão essenciais ao INT" e de "promover o desenvolvimento de competências técnicas essenciais ao INT". Todos com potencial de contribuir com a visão estabelecida tendo em vista a sustentabilidade. Isso se dará mediante a promoção da gestão eficientes dos gastos públicos atendendo, dentre outros, aos requisitos de sustentabilidade nas práticas vinculadas às compras e

contratações, através de identificação de produtos de menor impacto ambiental; das práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; da execução e avaliação do plano e seus resultados; e de ações de divulgação, conscientização e capacitação.

- **Objetivos**

O objetivo geral do PLS INT visa estabelecer um conjunto de programas e iniciativas para a inserção de atributos, indicadores e metas de sustentabilidade na gestão do Instituto Nacional de Tecnologia.

Cabe destacar alguns objetivos específicos do PLS INT. São eles:

- I - Promover a efetividade e a eficácia na aplicação dos recursos públicos, em prol do desenvolvimento sustentável;
- II - Reduzir o consumo resultando na diminuição do impacto no meio ambiente;
- III - Fomentar a qualidade de vida no ambiente de trabalho considerando a valorização, a satisfação e a inclusão do capital humano;
- IV - Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação;
- V - Estruturar sua atuação em convergência com as diretrizes do “desenvolvimento nacional sustentável”.

Cabe destacar também os objetivos do monitoramento do Plano Diretor de Logística Sustentável:

- I – Fomentar o alcance da quantidade adequada de recursos, de materiais e de serviços, necessários para execução das atividades desempenhadas, sem prejuízo de sua eficiência;
- II – Promover a eficácia do desempenho dos indicadores de contratações, coleta seletiva, qualidade de vida no trabalho, capacitação e conscientização;
- III – Conferir eficiência contínua ao gasto público e à gestão dos processos de trabalho.

// METODOLOGIA

- **Elaboração**

O processo de elaboração do PLS INT 2023-2025 foi desenvolvido em 02 (duas) etapas.

1ª Etapa

Foram identificados os dados referentes ao período de 2019 a 2022. Verificou-se que os objetivos e as metas tiveram sua execução impactada pela drástica alteração das condições de trabalho e do padrão de uso dos recursos trazida pela crise sanitária, deflagrada no Brasil na 2ª quinzena de março de 2020. A partir da análise do levantamento de série histórica de dados, foram definidos os temas a serem mantidos no PLS-INT 2023-2025. Para cada tema, foram feitas proposição, validação e definição de objetivo, metas, indicadores, plano de ação, responsáveis e prazos de execução.

2ª Etapa

Na 2ª etapa, a partir de consulta aos gestores e à Direção, de realizar pesquisas e networking para conhecer os planos de logísticas de instituições públicas, a Comissão de Sustentabilidade decidiu distribuir os 16 (dezesesseis) temas integrantes do PLS em 04 (quatro) eixos. São eles: Recursos naturais, Tecnologia sustentável, Contratos de logística e Sustentabilidade sociocultural.

A Comissão de Sustentabilidade identificou a importância de inserir no PLS 2023-2025 uma temática relevante, para a atuação das áreas técnicas e para os processos de aquisição de gases e reagentes. Desta forma, estruturou um levantamento do consumo e gasto ocorrido nos últimos anos. Com base nos dados fornecidos pelos Grupo de Trabalho de Gases e de Reagentes, foi elaborada uma série histórica preliminar destes tópicos inseridos a partir desta edição.

Para contribuir com as ações de monitoramento, foi realizado um levantamento dos dados mensais, de consumo e gasto, em temas relacionados a bem de consumo, racionalização nos gastos e melhor aproveitamento de recursos.

As reuniões do colegiado, para elaboração do PLS, foram realizadas presencialmente, salvo em alguns momentos que foi utilizada uma plataforma digital. Foi criado um repositório de arquivos e o ambiente colaborativo necessário ao compartilhamento de documentos, se tornando um espaço que viabilizou o trabalho conjunto de elaboração, edição e revisão do texto do PLS INT 2023-2025.

- ***Monitoramento e Avaliação***

O processo de monitoramento do PLS INT 2023-2025 será realizado pela Comissão de Sustentabilidade, com a colaboração das áreas responsáveis indicadas em cada ação. A realização dos objetivos estabelecidos no PLS depende do engajamento das unidades organizacionais responsáveis, além da participação efetiva de todo o Corpo Funcional.

Durante todo o período de vigência do Plano, as ações e os resultados serão monitorados, com uma avaliação anual visando verificar se os resultados alcançados estão em convergência com as metas estabelecidas, ou se será necessário rever as iniciativas propostas. No final do período de vigência do Plano, a análise subsidiará os trabalhos da Comissão de Sustentabilidade, que estabelecerá juntamente com as Unidades Gestoras e a Direção do INT, os objetivos, resultados, metas e iniciativas para o ciclo de planejamento subsequente.

Para promover avanços na gestão corporativa do PLS INT, encontra-se em estruturação pela Coordenação de Tecnologia da Informação, Estratégia e Qualidade (COTIE), o RDIP Sustentável: Repositório de Dados e Informações Primários de Gestão da Sustentabilidade. Este Repositório é um instrumento que irá centralizar dados e informações do tema sustentabilidade, facilitando o acesso dos usuários e fornecendo a visualização de painéis dos eixos temáticos do PLS.

A seguir, encontra-se a apresentação dos 04 (quatro) eixos e seus respectivos 16 (dezesesseis) temas.

// EIXOS TEMÁTICOS DO PLS

O PLS INT 2023-2025 é composto por quatro eixos temáticos relacionados aos objetivos da gestão sustentável do Instituto. São eles: Materiais de consumo, Tecnologia da informação, Contratos de logística e Sociocultural – conscientização e capacitação. Cada eixo é constituído por um conjunto de tópicos em que são detalhados em indicadores; metas; diretrizes estratégicas das contratações logísticas; planos de ação; conexão com as metas dos ODS; e mecanismos de avaliação de resultados, que serão utilizados para contribuir com a transparência no processo decisório, baseada em evidências. Através do monitoramento dos eixos temáticos, o PLS INT irá contribuir para as contratações sustentáveis.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos 04 (quatro) eixos temáticos do PLS INT 2023-2025.

- ***Racionalização de bens e serviços***

Integram este tema os materiais de consumo, tais como: papel; copos descartáveis; reagentes & gases; energia elétrica, água e esgoto; e, gestão de resíduos sólidos.

- ***Tecnologia da Informação***

Constituem este tema os tópicos relacionados à impressão e reprografia; telefonia; dispositivos de informática.

- ***Contratos de logística***

Neste tema são apresentados os tópicos de aquisições e contratações sustentáveis; contratos de serviços de limpeza e de vigilância; além das ações e gastos com veículos oficiais.

- ***Sociocultural – Conscientização e Capacitação***

Este tema contempla informações sobre o corpo funcional; capacitação; qualidade de vida; e as ações de sensibilização e conscientização.

A seguir são apresentados os 16 (dezesesseis) tópicos com os detalhamentos específicos, em seus respectivos eixos temáticos.

// EIXO – RACIONALIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No eixo “Racionalização de bens e consumo” estão descritos históricos de consumo e de gastos ocorridos nos últimos anos, nos temas Papel A4; Copos descartáveis de plástico; Energia elétrica; Água e esgoto; Gases; Reagentes; e, Gestão de resíduos. Com o objetivo de aprimorar a gestão administrativa do Instituto, este PLS apresenta, com base em uma análise da série histórica de consumo e gasto destes temas, a definição de metas e indicadores, além da relação de ações a serem implementadas, visando à redução do consumo, à exclusão do desperdício e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, e, assim, atingir os resultados sustentáveis esperados.

A gestão adequada dos bens de consumo e dos recursos naturais está em consonância com a agenda 2030, mais especificamente com alguns ODS, conforme representado na figura abaixo.

Figura 01 – Correlação entre ODS e gestão de bens de consumo e recursos naturais





1.PAPEL

DISUP – UNIDADE GESTORA

O INT utiliza papel A4 feito de celulose oriunda de madeira de reflorestamento. Contudo, o propósito de reduzir o consumo deste se dá em virtude de alguns impactos gerados no processo de fabricação, tais como, o alto volume de água utilizado, descarte de resíduos de produtos para branqueamento, entre outros.

A aquisição de papel no INT, desde 2021, ocorre através do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), em atendimento a Instrução Normativa SEGES/ME nº 51/2021 que regulamenta o AVN para os órgãos da administração pública federal.

Antes de estabelecer o objetivo, as metas, os indicadores, plano de ação e resultados esperados neste tema, apresenta-se a série histórica do consumo e gasto anual de papel, no período de 2012 a 2022, além dos dados mensais do período de 2019 a 2022.

Tabela 01 - Papel - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

Consumo e gastos de PAPEL											
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo (PCT)	788	2.328	970	2.081	1.458	1.241	958	847	439	156	145
Gasto (R\$)	6.793	20.067	9.312	23.007	21.753	18.515	11.615	11.063	6.111	2.313	1.787

*PCT (Pacote de resmas com 500 folhas)

Gráfico 01 - Papel - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

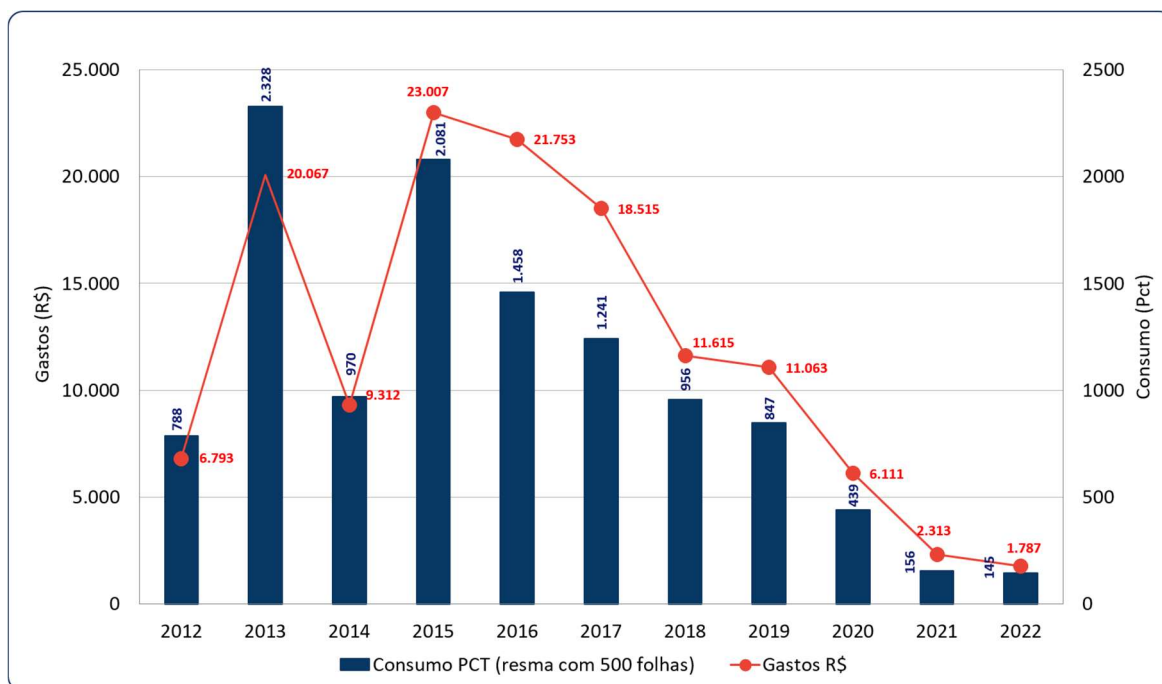


Tabela 02 - Papel - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

Consumo e Gastos de PAPEL													
Anos/Meses		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	Pct	28	69	56	72	88	72	79	71	66	78	77	91
	R\$	341	838	680	875	1069	875	974	1.003	932	1.102	1.088	1.286
2020	Pct	227	89	78	0	0	0	1	0	0	19	24	1
	R\$	3.207	1.257	1.102	0	0	0	14	0	0	339	268	14
2021	Pct	27	7	23	0	6	7	4	6	0	33	37	6
	R\$	381	102	345	0	90	105	60	90	0	495	555	90
2022	Pct	14	7	12	17	15	12	10	9	15	9	10	15
	R\$	210	105	180	255	225	174	145	130	217	63	33	50

Gráfico 02 - Papel - Série histórica do consumo mensal (2019-2022)

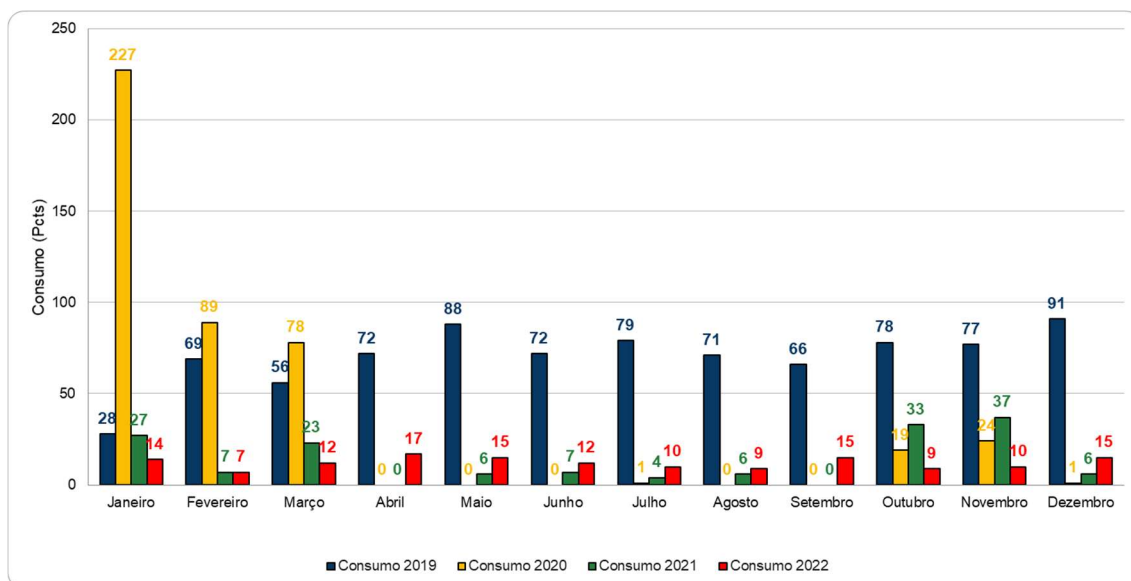
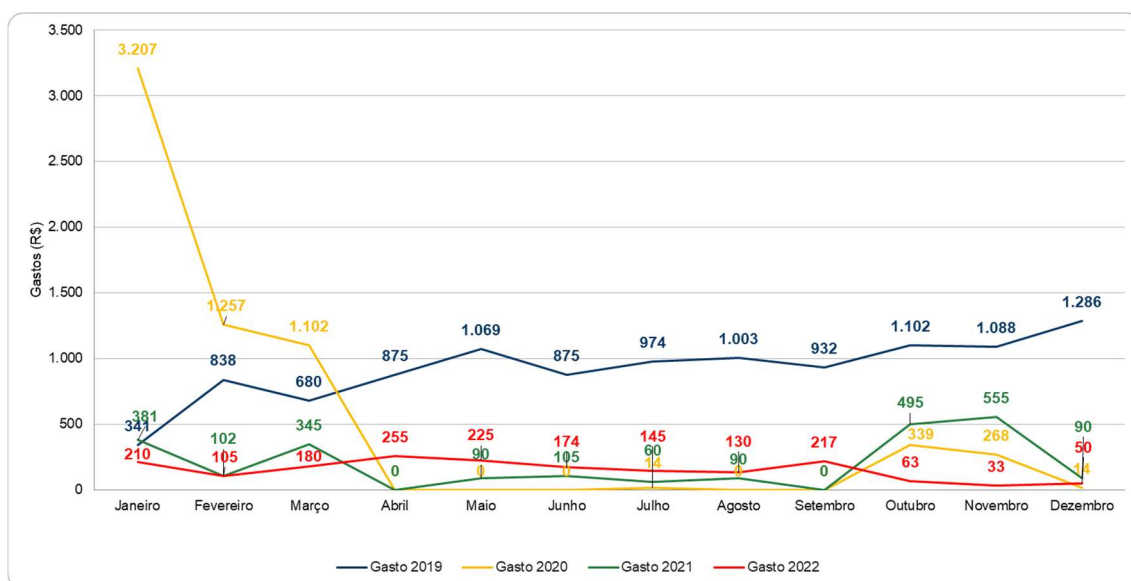


Gráfico 03 - Papel - Série histórica do gasto mensal (2019-2022)



Com base nos dados apresentados na Tabela 02, pode-se observar que no ano de 2019 ocorreu um consumo médio de 71 (setenta e um) pacotes (Pct) de resmas de papel, que se distribuiu de forma relativamente equânime no decorrer do ano, tendo um aumento acima de 10% nos meses de maio e dezembro.

A redução de consumo de papel é expressiva no ano de 2020, a partir de abril, devido à pandemia, com pequeno acréscimo em outubro e novembro em decorrência de serviços prestados pelo Instituto; porém, o aumento não atinge nem 35% do consumo médio de 2019. Contudo, cabe destacar que o consumo de papel nos três primeiros meses de

2020, foi bastante elevado, somando 394 (trezentos e noventa e quatro) pacotes de resmas de papel, com consumo acima da média mensal de 2019, com de cerca de 40% acima desta média, em janeiro, consumo mensal mais elevado dos 04 (quatro) anos apresentados na Tabela 02.

Em 2021, com base nos dados apresentados na Tabela 02, pode-se destacar que ocorreu um consumo médio de 13 (treze) pacotes (Pct) de resmas de papel, concentrados basicamente em quatro meses: janeiro, março, outubro e novembro. Nos demais meses, o consumo encontra-se abaixo da média do ano, tendo zerado o consumo nos meses de abril e setembro. A redução do consumo de papel em 2021 foi bem significativa, de cerca de 65% em comparação com 2020 e de 80% em comparação com 2019.

Em 2022, apesar do retorno ao trabalho presencial, o consumo médio se manteve semelhante ao ano de 2021 com uma média mensal de 12 (doze) pacotes (Pct) de resmas de papel, distribuindo de forma relativamente equânime no decorrer do ano. Com base nestas análises a partir dos dados históricos, foram delimitados objetivo, metas, indicadores, ações previstas e resultados esperados, referentes a este tema.

- **Objetivo**

Reduzir o impacto ambiental causado pelo consumo de papel.

- **Metas**

1.1 Diminuir em 10% o consumo de papel até 2025 (130 Pacotes), em comparação com o consumo anual ocorrido em 2022 (145 Pacotes).

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 02 – Papel – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES PAPEL			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
1.1 Percentual de redução do consumo de papel	$PRP = (CAR - CAP) / 100$ PRP = Percentual de redução de consumo de papel CAR = Consumo de papel em 2022 (ano de referência) CAP = Consumo atual de papel	Anual	Todas as áreas que utilizam papel
CONSUMO DE PAPEL (PCTS DE RESMAS COM 500 FOLHAS) <div> </div>			
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'

1.1.1 Implementar uma campanha de conscientização para sensibilizar todos os integrantes do corpo funcional sobre a importância da redução do consumo de papel, promovendo o uso responsável e incentivando práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. Para temas de campanhas voltadas ao incentivo do uso de papel impresso de um lado, que não seja confidencial, para utilização de impressão de documentos de rascunho, além do incentivo à utilização de documentos em formatos eletrônicos para leitura	Dez/2025	Anual	DICOM
1.1.2 Estimular que os relatórios físicos, destinados aos clientes, sejam impressos frente e verso, com o melhor aproveitamento do papel	Em 2025	Anual	DIGEQ
1.1.3 Monitorar as demandas de papel fornecendo relatórios semestrais com os dados de consumo de papel no INT, registrados pelo setor de almoxarifado	Dez/2025	Semestral	DISUP
Resultados esperados: redução do consumo de papel, eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.			



2. COPO DESCARTÁVEL

DISUP – UNIDADE GESTORA

A partir de 2016, o INT substituiu os copos descartáveis, de plástico, por copos reutilizáveis de fibra de coco, para uso contínuo de todo o corpo funcional. Esta iniciativa se deu após análise do custo e em detrimento da conscientização dos impactos gerados pelos utensílios de plástico, de uso único, e o longo período de sua decomposição, caso sejam descartados na natureza. Desde 2016, os copos descartáveis plásticos não foram mais adquiridos pelo Instituto, para atender o público externo nas ocasiões de eventos e treinamentos se manteve o uso dos copos descartáveis de plástico contidos em estoque.

A Comissão de Sustentabilidade, com a aprovação da Direção, deliberou que antes de ocorrer a nova aquisição de copos descartáveis de uso único, será realizado um estudo visando obter a especificação de produto ambientalmente adequado e economicamente viável.

Antes de estabelecer o objetivo, as metas, os indicadores, plano de ação e resultados esperados neste tema, apresenta-se a série histórica do consumo e do gasto anual de papel, no período de 2012 a 2022, além dos dados mensais do período de 2019 a 2022.

Tabela 03 – Copos descartáveis - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

Consumo e Gastos de COPOS DESCARTÁVEIS											
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo (50mL)	638	1.657	2.200	2.196	1.405	740	162	218	0	24	31
Gasto (R\$)	510	1.828	2.353	2.287	1.463	792	173	249	0	25	32
Consumo (200mL)	1.093	3.191	3.885	3.830	2.863	1.745	706	407	92	61	224
Gasto (R\$)	1.946	6.910	8.852	8.490	6.659	2.700	1.092	1.007	218	150	559

*PCT (Pacote com 100 unidades)

Com base nos dados apresentados na Tabela 03 e nos Gráficos 04 e 05, pode-se observar que há uma redução significativa, a partir de 2016, no consumo de copos descartáveis de plástico, tanto no de 50 mL quanto no de 200 mL, quase zerando em 2020, resultado este obtido a partir da realização periódica de campanhas de conscientização, além da distribuição do kit sustentável de copos e canecas de fibra de coco para todos os colaboradores. Contudo, não se destaca o impacto decorrente da adoção de trabalho remoto.

Cabe destacar que os dados também apontam que ocorreu um pequeno, mas, crescente aumento no consumo de copos descartáveis de plástico no período de 2021-2022, oriundos do retorno ao trabalho presencial do corpo funcional e do ingresso de novos integrantes, além de coincidir com o início das obras na fachada do prédio e de

manutenção nas instalações prediais, gerando um aumento na circulação de pessoas no Instituto. O aumento do consumo de copos é mais evidente no de 200 mL, representando um acréscimo de cerca de 30% de 2021 para 2022. Porém, ao analisar o consumo dos copos de 200 mL ocorrido em 2022, percebe-se que superou a metade do quantitativo consumido em 2019. Ou seja, o consumo começava a apresentar um aumento significativo.

Em 2019, havia sido detectado que um dos momentos de crescimento do consumo de copos descartáveis pelo corpo funcional, era durante as reuniões e as atividades ocorridas no 4º andar (auditório e sala de capacitação). Ou seja, os participantes internos não levavam seu copo e sua caneca, restringindo o uso destes ao período em que permaneciam em sua estação de trabalho. Para sensibilizar o corpo funcional e reduzir o consumo de copos nesta situação específica, foi feita uma campanha de conscientização utilizando a imagem exposta na figura ao lado.

Figura 02 – Campanha de Conscientização



Para delimitar metas, indicadores e futuras ações para o novo ciclo, foi ressaltada a importância de se analisar os dados mensais de consumo e gasto, no período de 2019 a 2022.

Gráfico 04 – Copos descartáveis de 50 mL - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

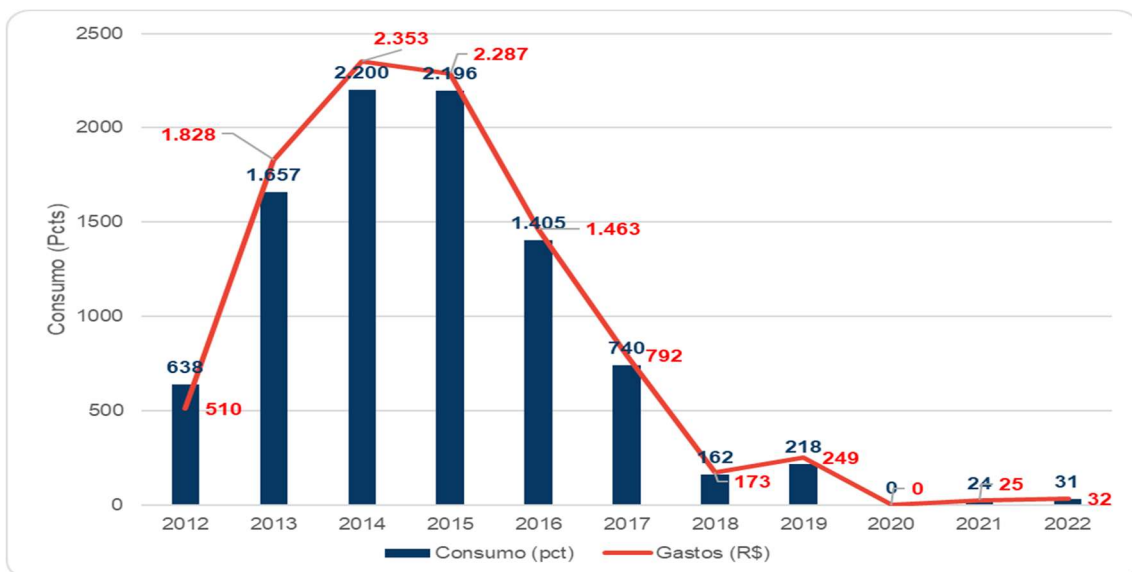


Gráfico 05 – Copos descartáveis de 200 mL - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

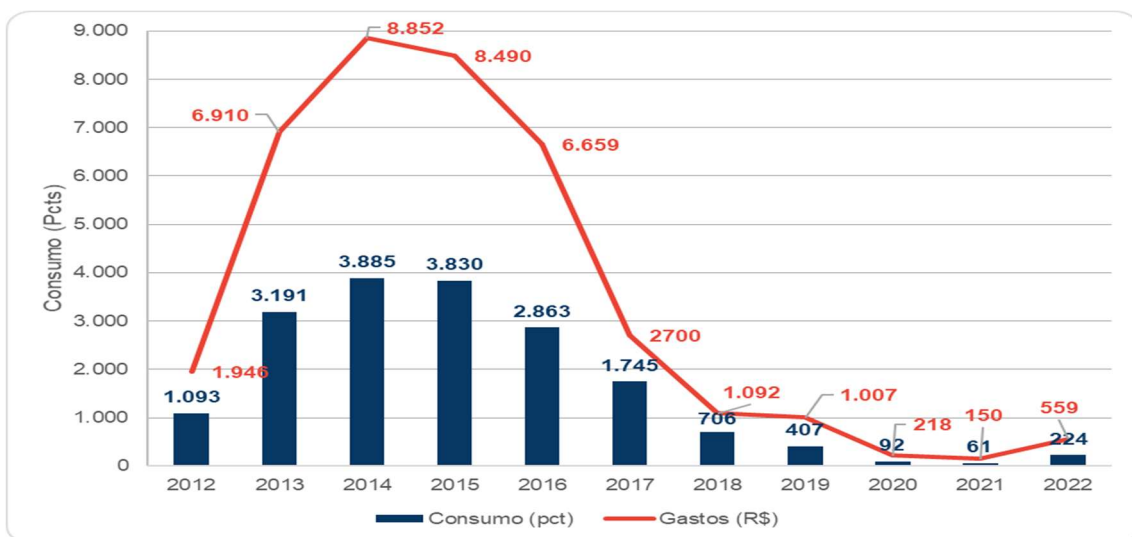


Tabela 04 – Copos descartáveis - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

Consumo e Gastos de COPOS DESCARTÁVEIS													
Anos/Meses		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	50 mL	2	34	25	9	18	5	8	28	11	25	19	34
	R\$	2	36	27	10	19	21	9	30	12	27	20	36
	200 mL	36	26	28	17	37	21	24	17	21	36	56	88
	R\$	88	64	69	42	91	59	59	42	52	88	137	216

2020	50 mL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	200 mL	5	41	20	0	0	0	1	0	0	16	7	2
	R\$	12	101	49	0	0	0	2	0	0	32	17	5
2021	50 mL	0	0	2	0	0	0	0	0	7	9	3	3
	R\$	0	0	2	0	0	0	0	0	7	10	3	3
	200 mL	5	3	6	0	0	0	0	4	7	16	10	10
	R\$	12	7	15	0	0	0	0	10	17	39	25	25
2022	50 mL	7	7	2	7	8	0	0	0	0	0	0	0
	R\$	7	7	2	7	9	0	0	0	0	0	0	0
	200mL	15	12	6	17	20	17	25	19	21	22	28	22
	R\$	27	29	15	42	49	61	61	47	51	54	69	54

Gráfico 06 – Copos descartáveis de 50mL - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

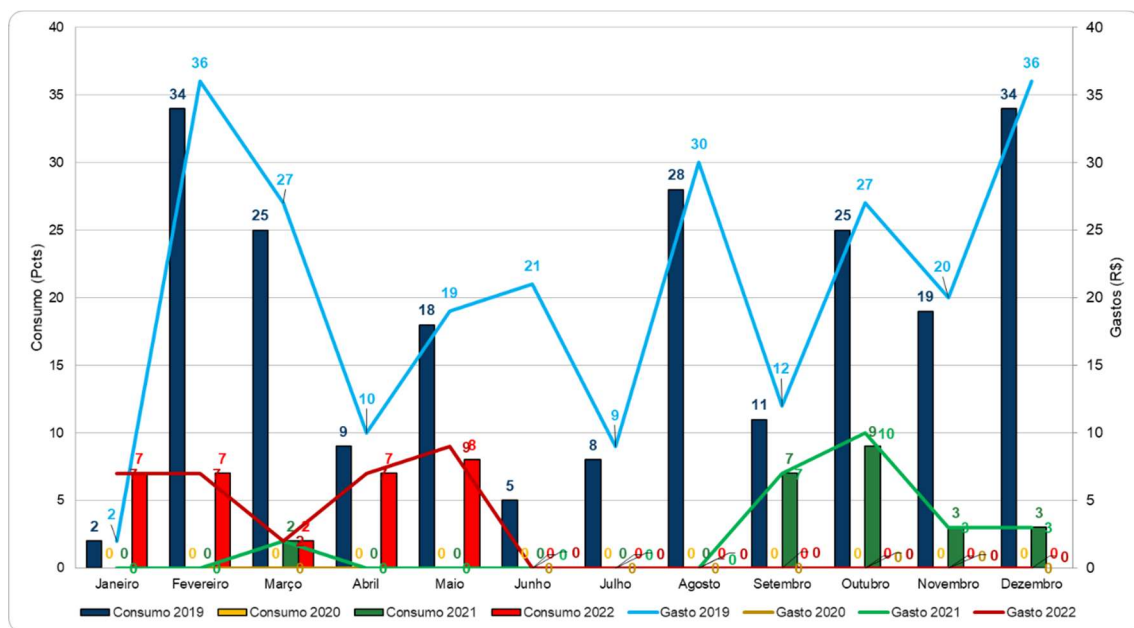
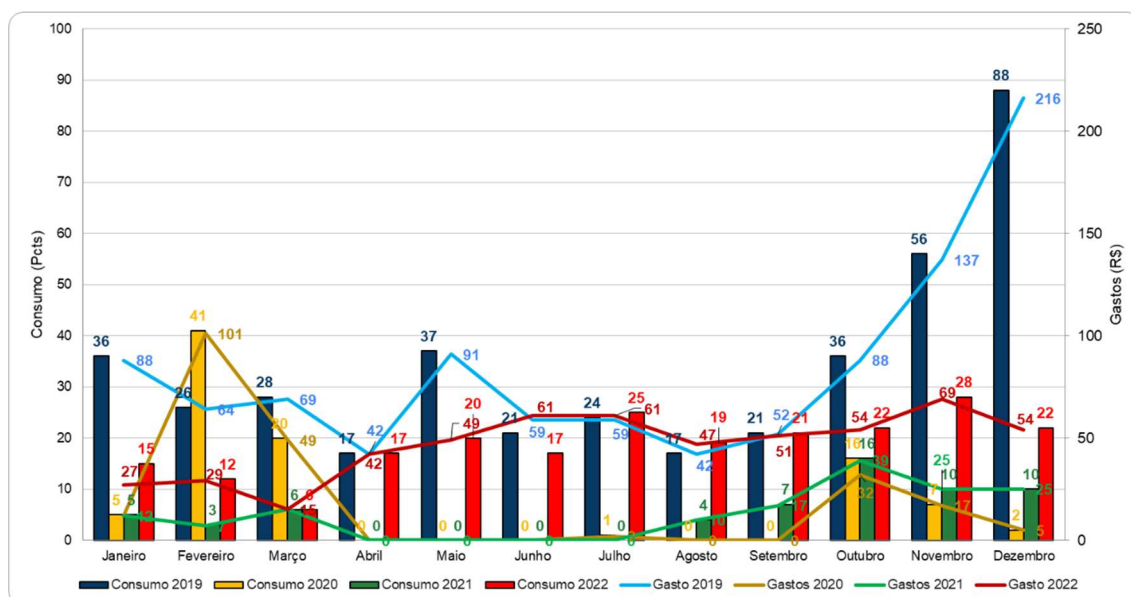


Gráfico 07 – Copos descartáveis de 200mL - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)



No ano de 2019, com base nos dados mensais de consumo e gasto de copos descartáveis de plástico, de 50 mL e 200 mL, expostos na Tabela 04 e nos gráficos 06 e 07, observa-se que ocorreu um consumo médio de 18 (dezoito) pacotes (Pcts) dos copos de 50 mL e de 36 (trinta e seis) pacotes (Pcts) dos copos de 200 mL. Em relação ao consumo de copos de 50 mL, nota-se que não se distribuiu de forma equânime no decorrer do ano. Observa-se que ocorreu um consumo bem reduzido em três meses (janeiro, junho e julho), e uma elevação bastante significativa em alguns meses, apresentando um aumento acima de 35% em março, agosto e outubro, e aproximadamente de 100% em fevereiro e dezembro. Em relação ao consumo de copos de 200 mL, nota-se que aconteceu uma distribuição relativamente equânime no transcorrer dos meses, apresentando apenas um aumento significativo nos dois últimos meses do ano, novembro e dezembro, bem acima da média anual, de 50% e 150% respectivamente.

Em 2020, a redução de consumo de copos descartáveis plásticos, de 200 mL, é bem expressiva, a partir de abril, devido ao início do trabalho remoto em decorrência da pandemia, com pequeno acréscimo em outubro e novembro decorrentes da presença de colaboradores, em atendimento às demandas de prestação de serviços, desenvolvidas pelo Instituto. A média de consumo mensal foi de zero pacotes de copos de plástico, de 50 mL, e de 08 (oito) pacotes de copos plásticos de 200 mL.

No ano de 2021, com base nos dados apresentados na Tabela 04 e nos Gráficos 06 e 07, pode-se destacar que ocorreu um leve acréscimo no consumo médio mensal de copos descartáveis de 50 mL, de zero em 2020 para 02 (dois) pacotes (Pcts), representando apenas cerca de 10% do consumo médio mensal ocorrido em 2019. O consumo total se concentrou nos quatro últimos meses, período de retorno gradativo ao trabalho

presencial do corpo funcional. Em relação ao consumo dos copos descartáveis de 200 mL, observa-se a periodicidade do consumo semelhante aos copos de 50 mL, mais concentrado no período de setembro a dezembro, mas, cerca de 20% do total consumido no ano de 2019. Apresentou consumo reduzido nos meses de janeiro a março e de agosto, também de cerca de 20% do quantitativo mensal de igual período em 2019.

Em 2022, apesar do retorno ao trabalho presencial de praticamente a totalidade do corpo funcional, o consumo médio mensal foi de cerca de 03 pacotes de copos de plástico de 50 mL e 19 pacotes dos de 200 mL, mantendo-se semelhante ao ocorrido em 2021. Nota-se que o consumo de copos de 50 mL concentra-se exclusivamente nos cinco primeiros meses do ano, enquanto o consumo de copos de 200 mL apresentou-se relativamente equânime com leve aumento nos meses de julho e no período de setembro a dezembro. Com base nestas análises, foram delimitados objetivo, metas, indicadores, ações previstas e resultados esperados, referentes a este tema.

- **Objetivo**

Monitorar a eficácia das iniciativas voltadas à redução do uso de copos plásticos descartáveis, promovendo práticas mais sustentáveis e contribuindo para a redução do impacto ambiental.



- **Metas**

2.1 Diminuir em 30% o consumo de copos de 200 mL de plástico descartáveis (157 Pacotes), em comparação com o consumo de 2022 (224 Pacotes) e em 50% o consumo de copos de 50 mL de plástico descartáveis (16 Pacotes), em comparação com o consumo total ocorrido em 2022 (31 Pacotes), até 2025.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 03 – Copos Descartáveis – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES COPOS DESCARTÁVEIS			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
2.1 Percentual de redução do consumo de copos de plástico descartáveis de 200 mL e 50 mL (Pcts com 100 copos)	$PRC = (CCR - CCA) / CCR \times 100$ <p>PRC: Percentual de redução do consumo de copos descartáveis de plástico</p> <p>CCR: Consumo de copos descartáveis de plástico em 2022 (ano de referência)</p> <p>CCA: Consumo de copos descartáveis de plástico no ano atual</p>	Anual	Todas as áreas que utilizam copos descartáveis de 200mL e 50 mL
CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE 200ML (PCTS COM 100 COPOS)			

<div> <div> <div>● 2022</div> <div>● 2025</div> </div> <div>  </div> <div> <div>→ 224</div> <div>→ 157</div> </div> </div>			
CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE 50ML (PCTS COM 100 COPOS)			
<div> <div> <div>● 2022</div> <div>● 2025</div> </div> <div>  </div> <div> <div>→ 31</div> <div>→ 16</div> </div> </div>			
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
2.1.1 Promover uma campanha de conscientização para incentivar todos os integrantes do corpo funcional a reduzirem o uso de copos de plástico descartáveis, promovendo a adoção de kits sustentáveis de copos e canecas de fibra de coco como alternativa ecológica	2023 a 2025	Anual	DICOM
2.1.2 Monitorar as demandas de copos descartáveis, de 200mL e de 50mL, fornecendo relatórios semestrais com os dados de consumo, registrados pelo setor de almoxarifado	Até dez/2025	Semestral	DISUP
Resultados esperados: redução do consumo de copos descartáveis, seja de 200 mL e de 50 mL, eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.			



3. GASES E REAGENTES

DISUP – UNIDADE GESTORA

Gases e reagentes são produtos fundamentais para a implementação de pesquisas tecnológicas e serviços técnicos desenvolvidos nos laboratórios do INT. Para contribuir com a missão do instituto, “participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação”, o foco está na ampliação do número de projetos tecnológicos e inovadores. Assim, a logística sustentável não pode estar pautada na redução do consumo, do gasto e das aquisições dos gases e reagentes, pois isto implicaria no afastamento da missão institucional. O foco está na boa gestão de gases e reagentes, nos procedimentos desde sua aquisição e locação até descarte adequado de seus resíduos.

Quanto à aquisição de reagentes e locação de gases, segundo as orientações contidas na 6ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, cabe destacar alguns aspectos que devem ser descritos nos critérios de sustentabilidade expostos nos processos, tais como, o fato de que estes são produtos cujo fabricante deve estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

As Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais são caracterizadas por: Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis; tais como, comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; e, produtos químicos e perigosos. Estas atividades estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022.

É importante salientar uma diferenciação importante entre o Comprovante de Inscrição no CTF de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais (certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral) e o Certificado de Regularidade (certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA). As tabelas de atividades com Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis no site do IBAMA, com orientações quanto ao enquadramento, classificação por Categorias, por Temas e Lista de todas as FTEs. O detalhamento e as especificações estão descritos a partir da página 142, no referido Guia da AGU, disponível no link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

Outro aspecto a salientar é a importância de que estas informações sejam inseridas no Termo de Referência, no item de descrição ou especificação técnica do produto e da especificação técnica do serviço.

A equipe técnica do INT, consciente da sua parcela de responsabilidade no manuseio e na utilização de produtos químicos e gases especiais, se engajou na busca de estabelecer práticas voltadas ao consumo eficiente, ao armazenamento e manuseio seguro, no seu melhor aproveitamento e na gestão adequada dos resíduos. Para implementar essas premissas, foram criados 02 (dois) Grupos Técnicos (GT) um de reagentes químicos (GT-Reagentes) e outro de gases especiais GT-Gases, composto por integrantes de 06 (seis) áreas, que, de forma unificada, instrumentalizam as atividades voltadas ao planejamento e à aquisição anual desses produtos em um único processo de compra, maximizando a eficiência na utilização dos recursos públicos.

O GT-Gases foi criado primeiro, com o objetivo de contribuir para o fornecimento de informações para fundamentar a instrução dos processos de aquisição de gases especiais para todos os laboratórios do Instituto. A atuação do GT-Gases demonstrou que a formação de um Grupo Técnico propiciava a previsão e consolidação da demanda de gases necessários para o encaminhamento de projetos, pesquisas e serviços a serem executados pelo conjunto de laboratórios. O GT-Gases, com a atuação interlaboratorial, demonstrou ser o modelo mais eficiente, vantajoso e econômico à Administração. Dessa forma, pautados pela exitosa experiência deste GT no processo de aquisição do conjunto de gases especiais, foi indicada a replicação desse modelo para a compra da centena de reagentes químicos, utilizados nas atividades desenvolvidas pelos laboratórios.

A meta do GT-Reagentes é a racionalização das compras para todos os laboratórios do INT, com o objetivo de reduzir o número de processos de aquisição e gerar uma consequente maximização da economia de recursos para administração. Além disso, essa unificação propicia a gestão eficiente dos reagentes, viabilizando a aquisição compatível com a demanda, o controle do armazenamento, o consumo eficaz de produtos químicos e o descarte adequado dos resíduos, resultando assim na racionalização dos gastos públicos e na diminuição de possíveis riscos na geração de impactos nocivos ao meio ambiente.

Tabela 05 – Reagentes - Série histórica do consumo e gasto anual (2019-2022)

Consumo e Gastos de REAGENTES		
Anos	2019/2020	2021/2022
Líquido (m ³) (50mL)	1.861	1.085
Gasto (R\$)	104.564	37.898
Sólido (200mL)	573	567
Gasto (R\$)	103.280	20.730

Gráfico 08 – Reagentes - Série histórica do consumo e gasto anual (2019-2022)

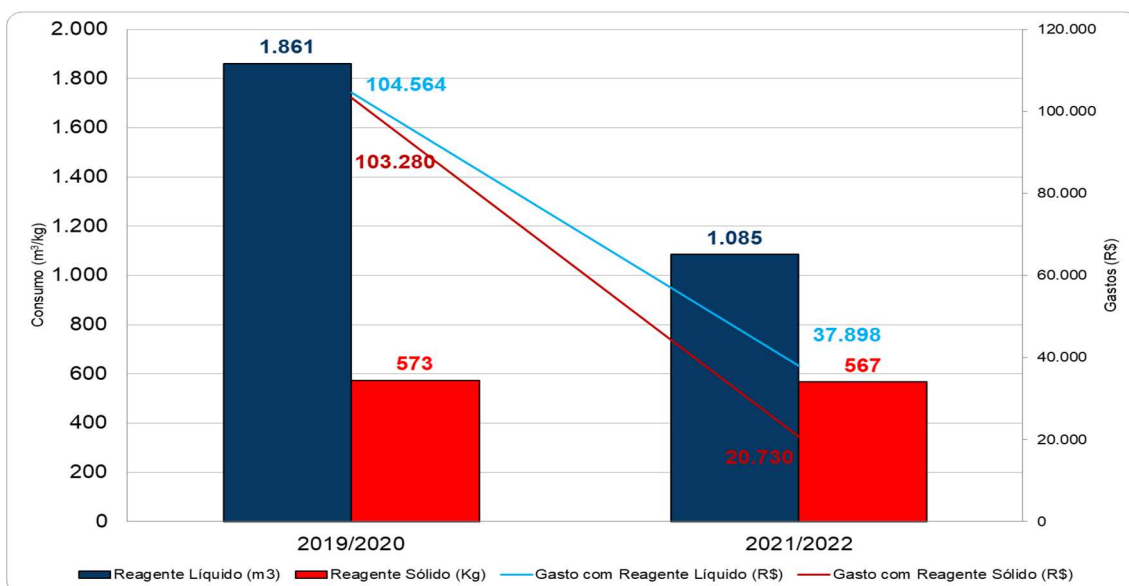
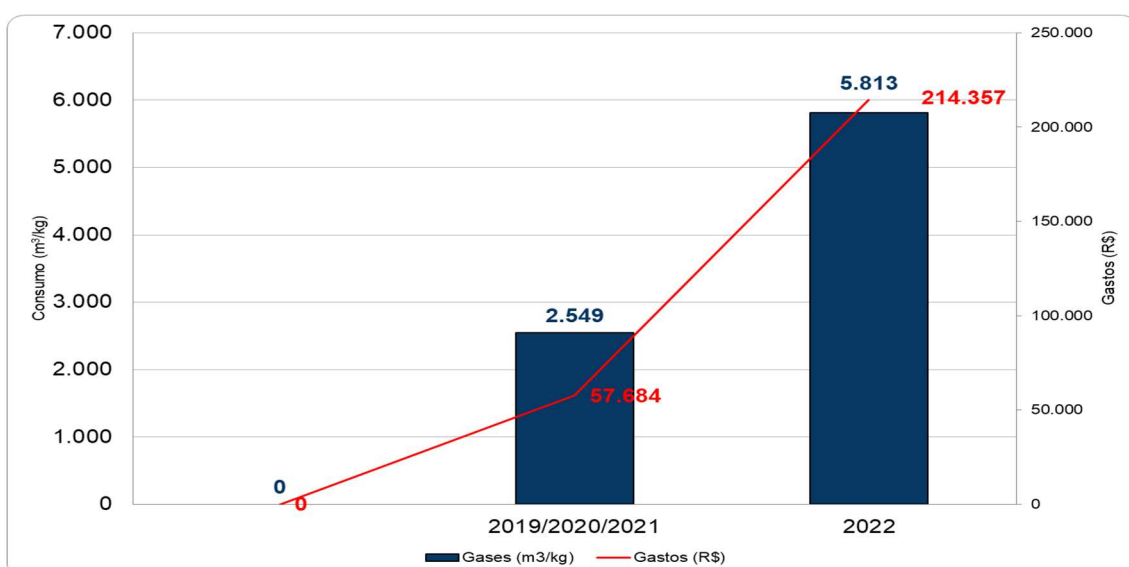


Tabela 06 – Gases - Série histórica do consumo e gasto anual (2019-2022)

Consumo e Gastos de GASES		
Anos	2019 / 2020 / 2021	2022
Líquido (m3/kg)	2.549	5.813
Gasto (R\$)	57.684	214.357

Gráfico 09 – Gases - Série histórica do consumo e gasto anual (2019-2022)



Para contribuir com a delimitação de objetivo, metas, indicadores e futuras ações para o novo ciclo, apresenta-se a análise dos dados de consumo e gasto anual, de reagentes

e gases, no período de 2019 a 2022, expostos nas Tabelas 05 e 06, além dos Gráficos de 08 a 09.

Os dados expostos nas Tabelas 05 e 06 e nos Gráficos 08 e 09 evidenciam um decréscimo em torno de 60% nos valores gastos com aquisição de reagentes quando comparados com o período compreendido entre os anos de 2019 e 2020 com os dos anos de 2020 e 2021. Esses dados demonstram também que houve um aumento significativo na aquisição de gases especiais quando comparados os anos de 2019 a 2021 e o ano de 2022.

Para o período de 2023 a 2025 pode-se esperar a redução do valor da aquisição visto que cada vez mais atividades podem ser inseridas na aquisição compartilhada permitindo que o preço para cada gás/reagente seja reduzido. Espera-se que a aquisição possa ser realizada de forma a atender o maior percentual possível das demandas de projetos e serviços técnicos em andamento. Deve-se ainda levar em conta que os anos de 2020 e 2021 tiveram influência da redução das atividades presenciais nos laboratórios e aumento dos preços devido à dificuldade de obtenção de insumos durante o período da pandemia.

- **Objetivo**

Otimizar aquisição, disponibilização e uso de reagentes e gases especiais, observando critérios de sustentabilidade

- **Metas**

3.1 Adotar procedimentos unificados, incorporando critérios de sustentabilidade no processo licitatório para aquisição de 80% dos reagentes utilizados pelo INT.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 04 – Gases e Reagentes – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES GASES E REAGENTES			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
3.1 Percentual de reagentes e gases especiais adquiridos através de processo licitatório unificado	<p>Fórmula de cálculo: $PR = TRR/TRS \times 100$</p> <p>PR = percentual de reagentes ou gases especiais adquiridos através de processo licitatório unificado</p> <p>TRR = total de reagentes ou gases especiais recebidos</p> <p>TRS = total de reagentes ou gases especiais solicitados em ata de registro de preços</p>	Anual	<p>Grupos técnicos para aquisição de reagentes e gases especiais (GT Reagentes e GT Gases)</p> <p>DISUP</p>
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
3.1.1 Fazer o levantamento das necessidades de reagentes e gases especiais, para atender às demandas de projetos e serviços técnicos em andamento e previstos para o período seguinte	2023 a 2025	anual	GT Reagentes e GT Gases

3.1.2 Manter canal de divulgação on-line para troca e transferência de reagentes e gases especiais entre os laboratórios	2023 a 2025	Contínua	Divisões Técnicas
3.1.3 Redigir relatório de solicitação de reagentes e gases especiais, apresentando os dados referentes à quantidade a ser adquirida por cada divisão técnica, frequência de aquisição e valores de referência	2023 a 2025	anual	GT Reagentes e GT Gases
3.1.4 Redigir relatório da aquisição de reagentes e gases especiais, apresentando os dados referentes à quantidade total adquirida pelo INT e valores gastos	2023 a 2025	anual	DISUP

Resultados esperados: Aquisição compartilhada de reagentes e gases especiais com consequente redução no valor total gasto, melhora no gerenciamento de resíduos do INT, além de contribuir para a eficiência do gasto público, o consumo consciente e a diminuição dos impactos negativos ambientais.



4. ENERGIA ELÉTRICA

DIAPE – UNIDADE GESTORA

A escassez de energia e o uso de energia limpa vem assumindo um papel de relevância nas discussões no âmbito de países, comunidade científica, governos e instituições. A preocupação com a redução do consumo de energia e a gradativa substituição das fontes de energia não renováveis, que causam grandes impactos ao meio ambiente, por renováveis visando a alinhar a produção e o consumo da energia com o desenvolvimento sustentável. O desafio de reduzir o consumo de energia elétrica corporativa e, respectivamente, economizar nas contas públicas faz parte da rotina de muitos gestores. Desse modo, a presente proposta exposta neste PLS objetiva realizar ações que buscam à redução da energia consumida e à eficiência nos processos relacionados ao consumo de energia elétrica.

Para contribuir com a delimitação de objetivo, metas, indicadores e futuras ações para o novo ciclo, foi ressaltada a importância de se analisar os dados de consumo e gasto anual, no período de 2014 a 2022, além dos mensais, no período de 2019 a 2022, expostos nas Tabelas 07 e 08 além dos Gráficos de 10 a 12.

Tabela 07 – Energia Elétrica - Série histórica do consumo e gasto anual (2014-2022)

Consumo e Gastos ENERGIA ELÉTRICA									
Anos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo (KWh)	1.469.902	1.842.234	2.158.890	2.136.002	2.148.316	2.252.861	1.369.979	1.414.102	1.818.981
Gasto (R\$)	1.261.000	1.580.416	1.852.069	1.832.434	1.842.998	1.932.695	1.298.374	1.623.915	1.890.720

Gráfico 10 – Energia Elétrica - Série histórica do consumo e gasto anual (2014-2022)

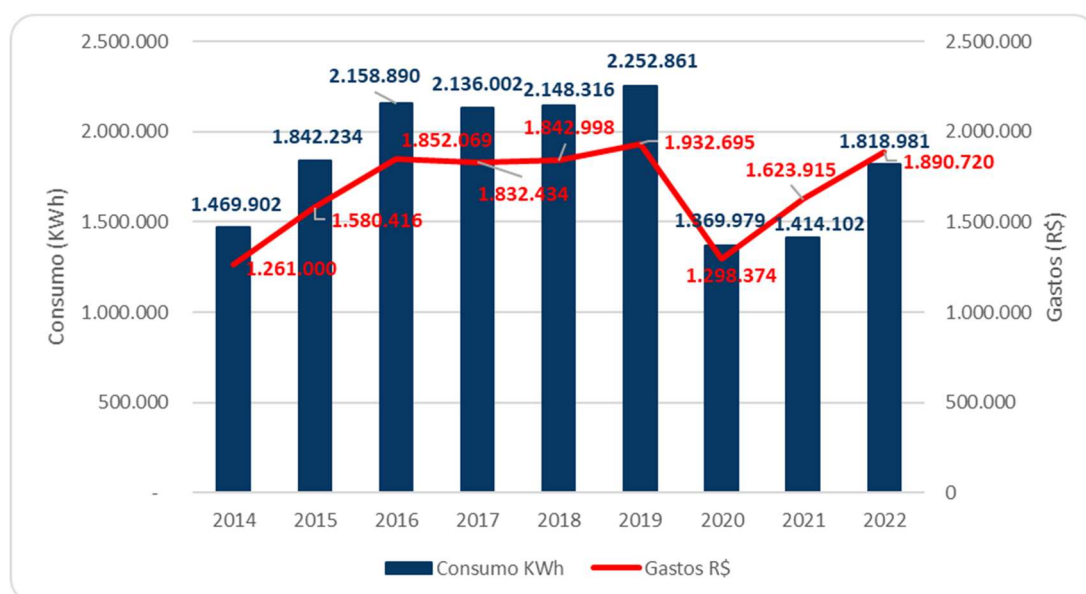


Tabela 08 – Energia Elétrica - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

Consumo e Gastos – ENERGIA ELÉTRICA													
Anos/Meses		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	Consumo (KWh)	230.095	218.561	201.335	187.469	197.043	153.473	170.183	162.822	159.667	185.888	190.045	196.280
	R\$	181.706	174.022	171.037	167.929	165.465	133.428	149.769	149.006	146.699	161.009	168.421	164.202
2020	Consumo (KWh)	195.450	192.041	152.193	88.157	69.598	66.187	69.984	71.748	97.604	125.544	111.904	129.569
	R\$	159.275	153.633	135.619	90.856	77.799	74].711	77.836	79.305	96.904	119.873	98.461	134.104
2021	Consumo (KWh)	148.505	130.632	154.787	90.464	92.075	87.958	93.252	103.436	108.517	116.477	141.018	146.981
	R\$	129.841	125.986	152.429	104.554	109.284	108.870	119.284	128.822	141.612	148.545	174.887	179.444
2022	Consumo (KWh)	186.263	165.250	221.126	161.150	158.898	135.336	139.937	170.606	169.808	166.445	195.202	182.622
	R\$	177.720	190.724	240.440	183.635	155.104	133.109	131.987	137.387	125.4858	144.427	136.633	136.961

Gráfico 11 – Energia Elétrica - Série histórica do consumo (KWh) mensal (2019-2022)

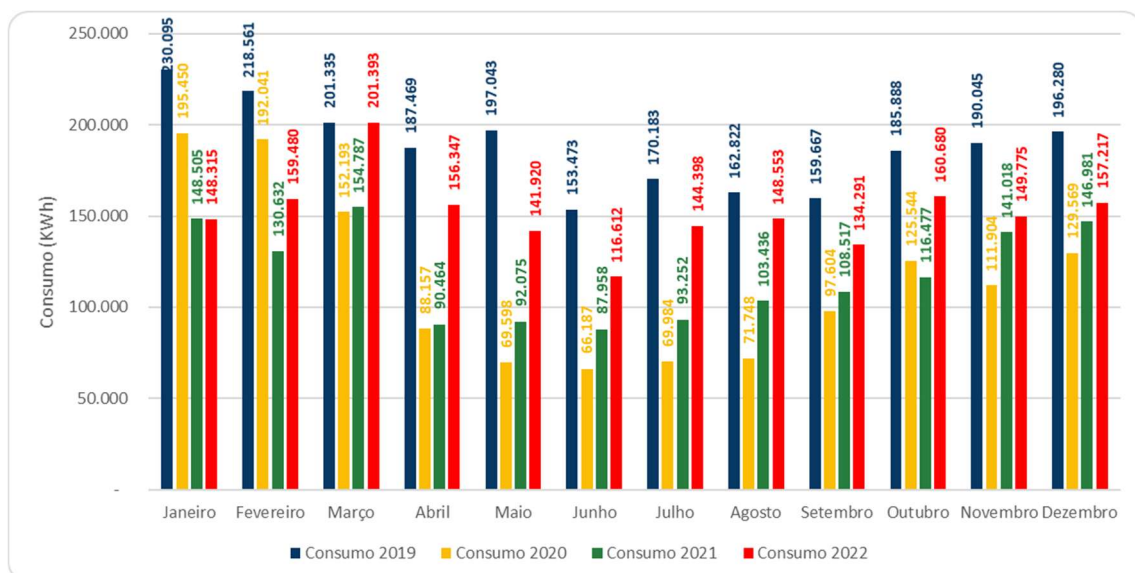
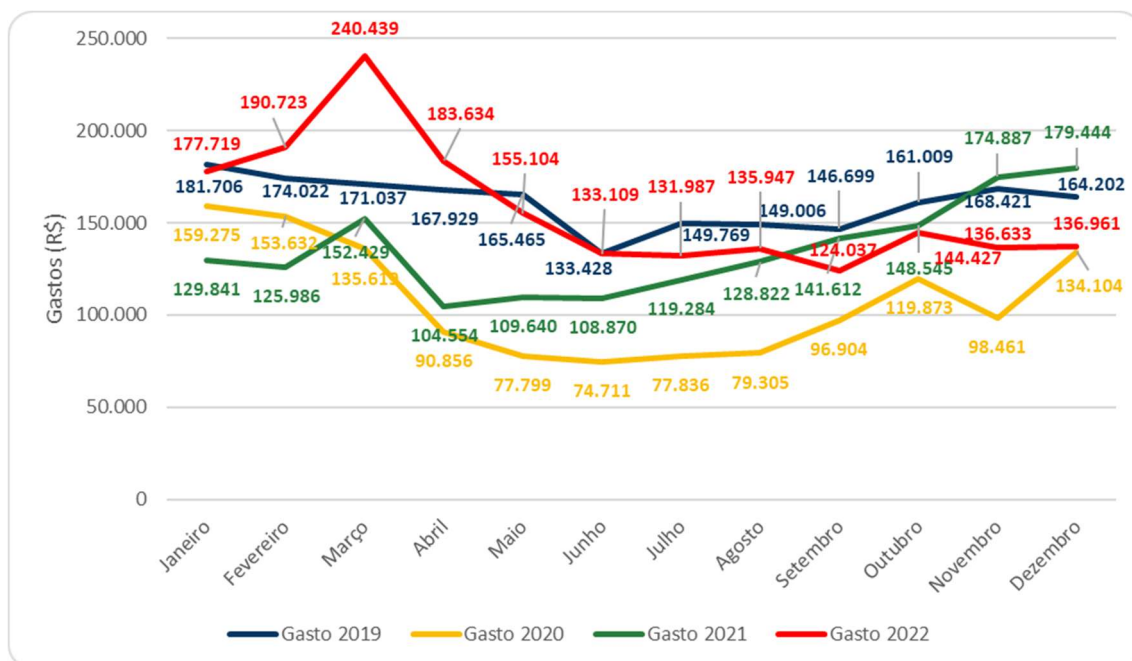


Gráfico 12 – Energia Elétrica - Série histórica do gasto (R\$) mensal (2019-2022)



Os dados expostos na Tabela 08 e no Gráfico 10 evidenciam um aumento significativo no consumo de energia elétrica, no ano de 2019, em comparação com os anos anteriores. Identifica-se um decréscimo no consumo de energia elétrica de 2019 para os 03 (três) anos seguintes, chegando a atingir em 2022 apenas 15% do total consumido em 2019.

Quanto ao consumo de energia elétrica mensal, exposto na Tabela 09 e nos Gráficos 11 e 12, verifica-se uma diversidade no consumo mensal, no decorrer dos anos. Nos 03 (três) primeiros meses de 2019, o consumo mensal de energia elétrica apresentou as maiores altas, ultrapassando inclusive 200.000 kW/h (duzentos mil quilowatts hora). O consumo dos 02 (dois) meses subsequentes, abril e maio de 2019, teve uma leve queda, mais ainda na ordem de 190.000 kW/h (cento e noventa mil quilowatts hora). A redução mais significativa no consumo de energia elétrica, em 2019, se deu no período de junho a setembro, com uma média em torno de 160.000 kW/h (cento e sessenta mil quilowatts hora) representando um decréscimo percentual de cerca de 20%, em comparação com o primeiro trimestre. Posteriormente, no último trimestre do ano, verifica-se novamente um aumento de cerca de 15%, com um valor semelhante ao consumido no período de maio e junho.

Em 2020, ocorreu uma redução acentuada no consumo de energia elétrica, de um percentual de cerca de 50%, em comparação com o ano anterior. A média anual do consumo foi de aproximadamente 108.000 kW/h (cento e oito mil quilowatts hora), tendo sido ultrapassada apenas no primeiro trimestre e nos meses de outubro e dezembro.

Em 2021, manteve uma redução no consumo de energia elétrica comparado com o ano anterior, com queda estimada em percentual em torno de 30%, mantendo o consumo médio em aproximadamente 135.250 kW/h (cento e trinta e cinco mil e duzentos e

cinquenta quilowatts hora, tendo ultrapassado a média anual em março, com um consumo bastante expressivo. Posteriormente, verifica-se uma queda abrupta no consumo de energia elétrica em abril de 2021, com uma diferença de cerca de 30% comparado com o mês anterior. A partir de abril, há um aumento no consumo mensal gradual, ultrapassando a média anual em setembro, resultado do retorno efetivo do trabalho presencial para a maioria do corpo funcional, desde julho de 2021. O consumo de energia elétrica apresenta um acréscimo no último trimestre de 2021, mantendo elevado o consumo no início do ano seguinte, atingindo o ápice do consumo em 240.439 kW/h (duzentos e quarenta mil e quatrocentos e trinta e nove quilowatts por hora), em março de 2022.

No ano de 2022, após este aumento expressivo, observa-se uma diminuição gradativa no consumo de energia no transcorrer dos meses, com decréscimo inclusive nos dois últimos meses do ano, realidade diferenciada dos demais anos. Um dos fatores que contribuíram para a redução do consumo de energia no instituto foi a troca de uma grande quantidade de aparelhos de ar-condicionado antigos, por novos e mais eficientes.

Uma das perspectivas que está em análise pelos pesquisadores e gestores do Instituto é a possibilidade de introdução de novas tecnologias para diminuir o consumo de energia elétrica, tendo em vista que estas iniciativas podem representar reduções significativas nos gastos institucionais. Nesse sentido, podem ser integradas algumas mudanças para auxiliar nessa redução, tais como, a minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica. Esse modelo de geração e consumo pode ter, em médio e longo prazos, grandes impactos nos custos envolvidos com energia elétrica do Instituto.

Conforme indicação expressa na 6ª Edição do Guia de Contratações Públicas Sustentáveis (p. 177, 2023), da Advocacia-Geral da União (AGU), caso o INT pretenda implementar painéis fotovoltaicos, cabe verificar a obrigatoriedade da aplicação de recursos, pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o Programas de Eficiência Energética, de acordo com o regulamento estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além disso, o referido Guia expõe a Legislação vigente relacionada à temática, disponível no link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

Cabe destacar que o sistema de ar-condicionado é responsável por cerca de 50% da energia elétrica consumida na edificação e o sistema de iluminação é responsável por cerca de 20% da energia elétrica consumida na edificação. Luminárias e lâmpadas são especificadas em função de modelos, tamanhos e suas especificidades técnicas. As luminárias fixam as lâmpadas, direcionam o fluxo luminoso e proporcionam conforto visual ao ambiente. Atualmente, o material mais utilizado é o alumínio polido em função da alta reflexão.

Para contribuir com a inserção e critérios de sustentabilidade na instrução de processos que impactam diretamente nos aspectos de eficiência energética, tais como os de aquisição e locação de equipamentos, ar-condicionado, lâmpadas, entre outros, estão relacionados abaixo normativos da legislação vigente nesta temática.

- Os aparelhos de ar-condicionado propostos devem atender, obrigatoriamente, aos índices de eficiência energética estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 364, de dezembro de 2007, do Ministério de Minas e Energia ou atualizações posteriores;
- SLTI/MPOG nº10, de 12 de novembro de 2012, Anexo II, Item II – Energia Elétrica - preconizar as ações que tenham como objetivo a contínua primazia na gestão dos recursos e melhoria da qualidade do gasto público;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre regras para aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence). Nas aquisições de máquinas e aparelhos consumidores de energia, regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), vigente no período da aquisição (SLTI/MPOG nº 2, de 4 de junho de 2014, art. 3º). Outro aspecto, é que os equipamentos irre recuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem (SLTI/MPOG nº 2, de 4 de junho de 2014, art. 4º);
- Portaria INMETRO nº 144, de 13/03/2015 – referente às lâmpadas LED com dispositivo integrado à base;
- Lei nº 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 33º, inciso VI e Decreto nº 11.413/2023 - a Contratada deve efetuar recolhimento e descarte de produtos eletroeletrônicos e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, em atendimento às premissas vinculadas aos aspectos de logística reversa;
- Programa de Conservação de Energia Elétrica – Selo Procel – O selo garante que o produto esteja entre os mais eficientes do mercado, ou seja, que gaste menos energia elétrica. A etiqueta energética presente no aparelho informa sua eficiência em escala decrescente de classificação de “A” (mais eficiente e econômico) até “G” (menos eficiente);
- As lâmpadas também se sujeitam às disposições da Lei nº 10.295/2001 e Decreto nº 9.864/2019, que fixam índices mínimos de eficiência energética ou níveis máximos de consumo de energia elétrica. O Decreto nº 9.864/2019, que fixam índices mínimos de eficiência energética ou níveis máximos de consumo de energia elétrica;
- Decreto nº 10.779/2021 - estabelece medidas para reduzir o consumo de energia elétrica na administração pública federal;
- Lei nº 14.479/2022 – Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

• **Objetivo**

Aumentar a eficiência energética com a implementação boas práticas relacionadas ao consumo consciente de energia elétrica e desenvolvimento de soluções eficazes, limpas e renováveis, visando reduzir o impacto ambiental e financeiro causado pelo consumo de energia elétrica.

- **Metas**

- 4.1 Realizar o monitoramento mensal do consumo de energia elétrica, consolidando dados em relatórios semestrais para análise e tomada de decisões, visando a redução de consumo e o uso mais eficiente de energia;
- 4.2 Estruturar 01 (um) projeto voltado à eficiência energética nas instalações do INT;
- 4.3 Implementar ações contínuas para aumentar a eficiência energética nas instalações do Instituto, até dezembro de 2025; e,
- 4.4 Implementar critérios sustentáveis e de eficiência energética na aquisição e locação de equipamentos, realizando a substituição gradativa de equipamentos de baixa eficiência por opções mais sustentáveis e eficientes, conforme a legislação vigente, até dezembro de 2025.

Indicadores e Resultados Esperados

Quadro 05 – Energia Elétrica – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES ENERGIA ELÉTRICA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
4.1 Índice de Conformidade no Envio de Relatórios Semestrais (%)	Mede o percentual de relatórios semestrais de consumo de energia elétrica que foram enviados dentro do prazo estabelecido Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Nº de relatórios enviados no prazo}}{\text{Nº total de relatórios programados}} \times 100$	Semestral	DIAPE
4.2 Progresso das Etapas do Projeto (%)	Avalia o andamento das fases de estruturação do projeto de eficiência energética, desde o planejamento inicial até a conclusão Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Etapas concluídas}}{\text{Etapas totais}} \times 100$	Anual	CGAD
4.3 Percentual de Realização das ações contínuas para aumento da eficiência energética nas instalações (%)	Mede a execução das ações contínuas para aumento da eficiência energética, avaliando a frequência e a abrangência das atividades. Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Nº de ações realizadas}}{\text{No total de ações planejadas}} \times 100$	Anual	DIAPE
4.4 Percentual de Processos com Critérios Sustentáveis (%)	Avalia a frequência com que os processos de aquisição e locação de equipamentos incorporam critérios de sustentabilidade e eficiência energética conforme a legislação. Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Nº de processos com critérios sustentáveis}}{\text{Nº total de processos de aquisição e locação}} \times 100$	Anual	CGAD e DISUP
Ações		Prazo	Apuração
			Unidades Responsáveis'

4.1 Monitorar o consumo mensal de energia elétrica com envio de relatório semestral para os Coordenadores	A partir de janeiro de 2025	Mensal	DIAPE
4.2 Estruturar projeto voltado à redução do consumo de energia e a possibilidade de minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica.	Até dez/2025	Mensal	DIAPE
4.3.1 Realizar campanhas anuais de sensibilização para conscientizar os integrantes do corpo funcional direcionadas à eficiência energética	Até dez/2025	Anual	DIAPE
4.3.2 Dar continuidade na troca de lâmpadas fluorescente por LED	Até dez/2025	Anual	DIAPE
4.3.3 Manter limpos os filtros e dutos dos aparelhos de ar-condicionado, as lâmpadas e as luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação.	Até dez/2025	Mensal	DIAPE
4.3.4 Trocar a instalação e os aparelhos de refrigeração visando eficiência energética	Até dez/2025	Mensal	DIAPE
4.4.1 Instruir os processos de aquisição e locação de equipamentos com a inserção de critérios sustentáveis que englobam aspectos de eficiência energética presentes na legislação vigente, indicadas no texto deste tópico e outros que venham a entrar em vigência	A partir de janeiro de 2025	Anual	DIAPE
4.4.2 Realizar reparo e substituição gradativa de equipamentos com baixa eficiência energética por opções mais eficientes para substituição	Até dez/2025	Anual	DIAPE

Resultados esperados:

atualização de equipamentos e soluções mais eficientes quanto ao consumo gerado, redução do consumo de energia elétrica, eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.



5. ÁGUA E SANEAMENTO

DIAPE – UNIDADE GESTORA

A água é um dos recursos naturais fundamentais para as diferentes atividades humanas e para a manutenção da vida, ou seja, “a água é um bem de todos”. E, como um bem de todos, é dever da sociedade, dos cidadãos, das empresas e dos órgãos a cooperação mútua na preservação e conservação desse bem.

Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água das Nações Unidas, de 2020, o uso mundial de água aumentou seis vezes nos últimos cem anos e continua a crescer de forma constante, a uma taxa de cerca de 1% ao ano, em razão do aumento populacional, do desenvolvimento econômico e da mudança nos padrões de consumo. Um estudo concluiu que, no cenário atual, o mundo pode enfrentar um déficit hídrico global de 40% até 2030 (ONU, 2020, p.2 apud 2030 WRG, 2009).

No Brasil, para assegurar a disponibilidade de água com a devida qualidade ao longo das gerações, o uso racional e integrado dos recursos hídricos (incluindo transporte), a prevenção e a defesa contra eventos hídricos críticos, bem como incentivar a captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais foi publicado em 1997 a Lei nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

No tocante à gestão da água e do saneamento, outro aspecto a ser observado, no processo de contratação do serviço, é o cumprimento dos requisitos de comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada, além de ser pertinente a consulta à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para exame de normas eventualmente incidentes, conforme artigo. 25-A, da Lei 11.455/2007.

Cabe destacar legislação vigente a ser consultada durante o processo de contratação do serviço: Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 7.217/2010; Lei Nº 14.026/2020; Decreto Nº 10.430/2020; Lei Nº 11.467/2023; Decreto Nº 11.466/2023.

O INT, visando a preservação, a conservação e a melhor gestão de um bem precioso para a manutenção da vida, das atuais e das futuras gerações, promove diferentes ações descritas neste PLS relacionadas à racionalização e ao consumo consciente da água. Para tal, seguem as séries históricas de consumo e gasto, anual e mensal, nas Tabelas 09 e 10 e nos Gráficos 13, 14 e 15.

Tabela 09 – Água - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

Consumo e Gastos de ÁGUA E SANEAMENTO											
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo (M³)	0	0	0	0	9.747	8.203	6.709	7.706	12.830	5.121	4.499
Gasto (R\$)	189.744	185.859	184.001	156.195	204.772	170.472	155.338	195.271	348.875	137.145	119.751

Gráfico 13 – Água - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

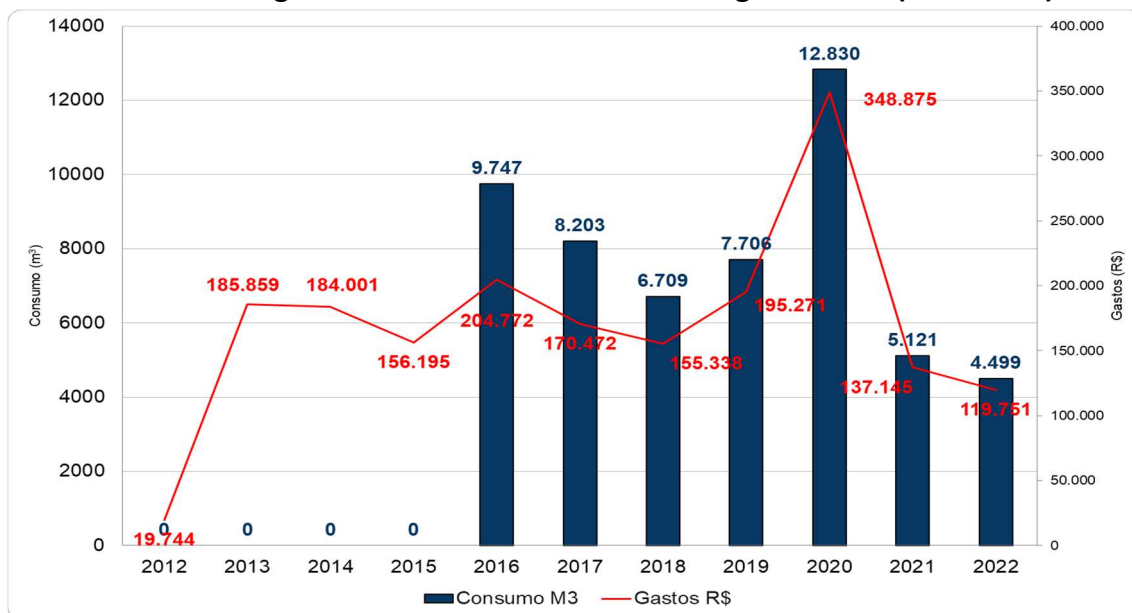


Tabela 10 – Água - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

Consumo e Gastos de ÁGUA													
Meses		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	M3	700	734	651	605	565	598	697	615	600	680	569	692
	R\$	17.834	18.725	16.994	15.417	14.356	15.215	17.770	15.668	15.281	17.339	15.164	15.508
2020	M3	593	527	1.029	1.615	1.384	1.578	1.357	1.357	1.456	872	522	540
	R\$	15.836	14.035	27.927	43.786	37.254	42.475	36.516	36.379	39.027	23.300	18.000	14.340
2021	M3	546	496	518	493	402	421	306	252	218	223	578	668
	R\$	14.484	13.158	13.731	13.053	10.619	11.116	8.036	6.579	5.636	5.796	14.756	20.181
2022	M3	295	441	394	485	329	369	518	378	327	362	342	259
	R\$	7.669	11.574	10.317	12.750	8.579	9.648	13.633	9.889	8.525	9.461	9.981	7.725

Gráfico 14 – Água - Série histórica do consumo mensal (2019-2022)

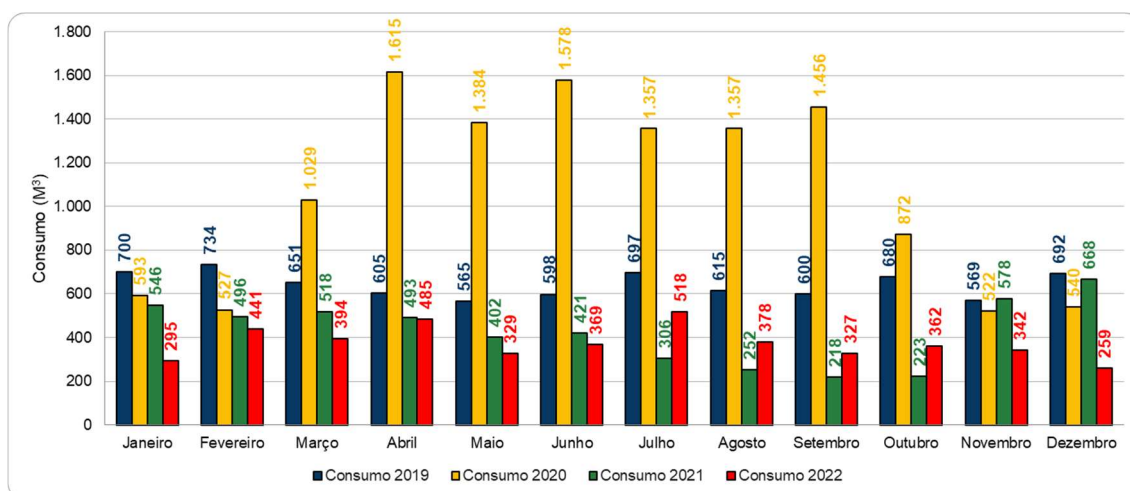
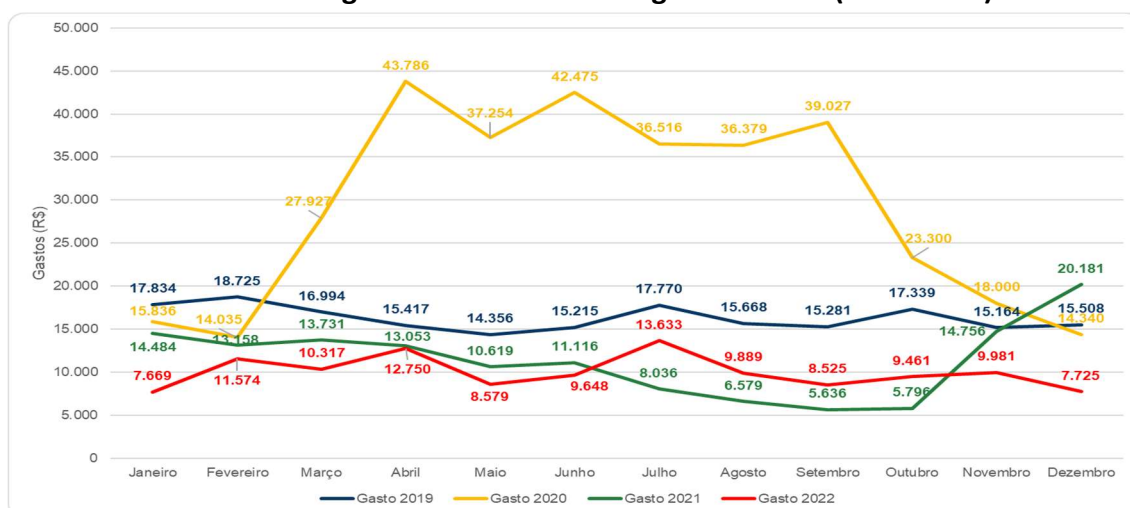


Gráfico 15 – Água - Série histórica do gasto mensal (2019-2022)



Os dados expostos na Tabela 09 e no Gráfico 13 evidenciam um aumento bastante significativo no consumo de água, no ano de 2020, em comparação com anos anteriores, representando um acréscimo percentual de cerca de 61% em relação ao do ano de 2019, resultante de vazamentos, que demoraram para serem identificados. Em virtude do início das obras nas instalações hidráulicas e na infraestrutura predial, resultou em um decréscimo representativo no consumo de água em 2021, atingindo um percentual de aproximadamente de 60% e de 30%, respectivamente, em comparação ao consumo total dos anos 2020 e 2019. A redução no consumo de água se mantém em 2022, atingindo um percentual de decréscimo de cerca de 12% do total consumido no ano de 2021.

Quanto ao consumo e gasto mensal de água, expostos na Tabela 10 e nos Gráficos 14 e 15, verifica-se que ocorre uma homogeneidade no transcorrer dos meses, no período de 2019 a 2022, com exceção do aumento excessivo, bem acima da média no ano de 2020, de março a outubro. Com base nas informações supramencionadas, foram

definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados.

- **Objetivo**

Aumentar a eficiência da gestão hídrica do Instituto, evitando desperdícios e consumo consciente de água, reduzindo o impacto ambiental e financeiro causado pelo consumo de água.

- **Metas**

- 5.1 Realizar o monitoramento mensal do consumo de água, consolidando dados em relatórios semestrais para análise e tomada de decisões, visando a redução de desperdícios e consumo consciente de água;
- 5.2 Implementar ações contínuas para aumentar a eficiência na gestão hídrica nas instalações do Instituto, realizando reparos mensais nas instalações hidráulicas, evitando a permanência de vazamentos ou de desperdício de água; e,
- 5.3 Realizar pelo menos 02 (duas) ações preventivas nas instalações hidráulicas, visando a eficiência hídrica, por ano.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 06 – Água – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES ÁGUA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
5.1 Índice de Conformidade no Envio de Relatórios Semestrais (%)	Mede o percentual de relatórios semestrais de consumo de água que foram enviados dentro do prazo estabelecido. Fórmula de cálculo: No de relatórios enviados no prazo / No total de relatórios programados X 100	Semestral	DIAPE
5.2 Percentual de realização das ações contínuas para aumento da eficiência hídrica nas instalações (%)	Mede a execução das ações contínuas para aumento da eficiência hídrica, avaliando a frequência e a abrangência das atividades. Fórmula de cálculo: No de ações realizadas / No total de ações planejadas X 100	Anual	DIAPE
5.3 Percentual de implementação de ações preventivas, de eficiência hídrica (%)	Mede a execução das ações preventivas para aumento da eficiência hídrica, avaliando a frequência e a abrangência das atividades. Fórmula de cálculo: No de ações realizadas / No total de ações planejadas X 100	Anual	DIAPE
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
5.1.1 Monitorar o consumo mensal de água	2023 a 2025	Anual	DIAPE
5.1.2 Divulgar o monitoramento do consumo de água em relatório trimestral, destinado à Direção	2023 a 2025	Mensal	DIAPE

5.2.1 Realizar uma campanha anual de sensibilização para conscientizar os integrantes do corpo funcional ao consumo consciente de água	2023 a 2025	Anual	DICOM
5.2.2 Instalar válvulas e torneiras automáticas, nos banheiros e renovar os equipamentos hidráulicos visando a eficiência e a redução do desperdício de água	Até dez/2025	Mensal	DIAPE
5.2.3 Realizar os reparos nas instalações hidráulicas, evitando a permanência de vazamentos ou de desperdício de água	2023 a 2025	Mensal	DIAPE
5.2.4 Coletar água dos aparelhos de ar-condicionado destinando ao uso de limpeza do piso	Até dez/2025	Mensal	DIAPE
5.3 Fazer duas ações anuais de manutenção preventiva nas instalações hidráulicas.	2023 a 2025	Mensal	DIAPE
Resultados esperados: melhoria na gestão hídrica, redução no desperdício de água, eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.			



6. GESTÃO DE RESÍDUOS

DIGEP – UNIDADE GESTORA

O gerenciamento de resíduos do INT é essencial para minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade em nossa atuação. Neste Plano de Logística Sustentável, o escopo da gestão de resíduos sólidos abrange um conjunto de resíduos, incluindo recicláveis e não recicláveis, perigosos e não perigosos, e resíduos extraordinários gerados em situações pontuais ou de maior volume. O trabalho desenvolvido no Instituto em gestão de resíduos inclui ações para reduzir a geração de resíduos, estimular o reaproveitamento e garantir a destinação correta, conforme a natureza de cada material. Por meio desse gerenciamento, buscamos alinhar nossas práticas às normativas ambientais, fortalecendo nosso compromisso com uma gestão sustentável e responsável dos recursos.

Quanto aos resíduos recicláveis, com a formalização da Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio, em 1º de abril de 2019, da qual o INT é um dos integrantes e fundador, uma das propostas de seu Plano de Trabalho foi a realização da Chamada Pública Compartilhada para Coleta Seletiva Solidária, que ocorreu em 20/09/2019, resultando na habilitação de duas cooperativas de catadores de recicláveis, com o 1º Termo de Compromisso assinado em 23/12/2019, dando início as atividades da Coleta Seletiva Solidária Compartilhada.

Em dezembro de 2019, foi assinado o Termo de Compromisso da 1ª Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto com uma cooperativa de catadores que começou a receber os materiais recicláveis do INT. No entanto, devido à pandemia do Covid-19, foi instituído o trabalho remoto no INT a partir de 20 de março de 2020, refletindo diretamente na geração desses materiais.

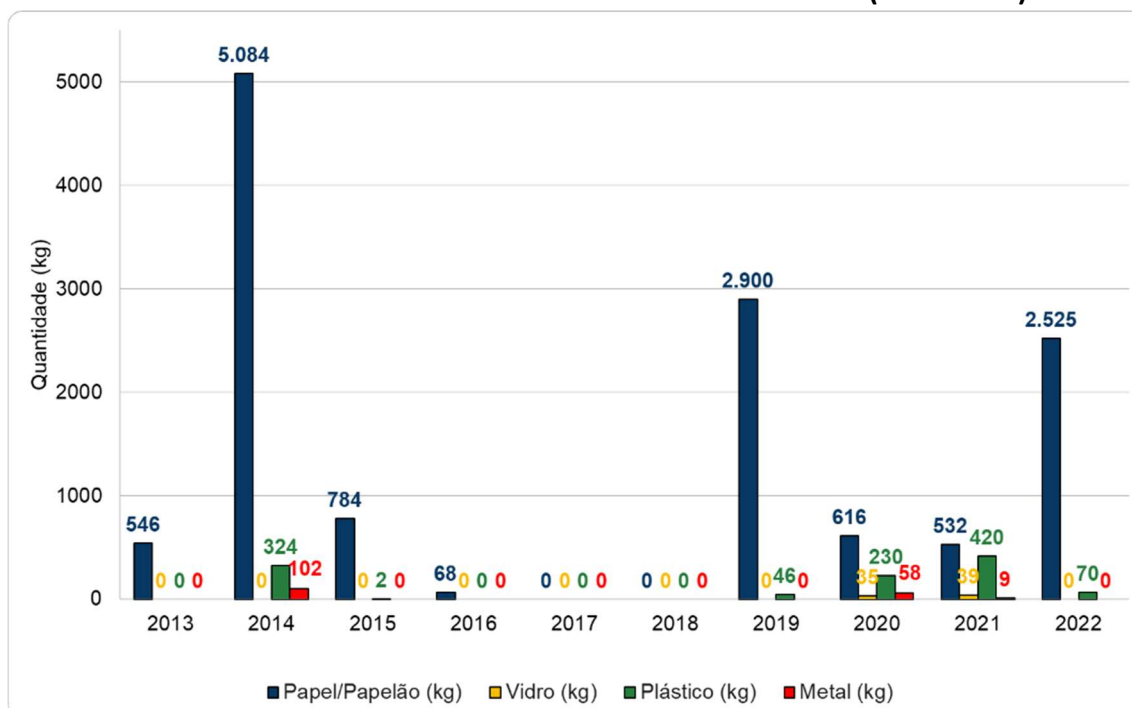
Com a pandemia da COVID-2019 e a adoção de trabalho remoto no INT, a geração de resíduos recicláveis foi fortemente impactada prejudicando não somente a Cooper Ecológica – a primeira cooperativa habilitada – como a segunda, a Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho (ACAMJG).

Em outubro de 2021 houve a retomada parcial do trabalho presencial no INT, culminando com o retorno presencial total somente em junho de 2022. Durante esse período, observou-se o aumento gradativo na geração de resíduos recicláveis, como pode-se constatar nos dados presentes nas séries históricas anual, apresentados na tabela 11 e no gráfico 16.

Tabela 11 – Resíduos Recicláveis - Série histórica anual (2013-2022)

RESÍDUOS RECICLÁVEIS				
Anos	Papel/Papelão	Vidro	Plástico	Metal
2013	546	0	0	0
2014	5.084	0	324	102
2015	784	0	2	0
2016	68	0	0	0
2017	0	0	0	0
2018	0	0	0	0
2019	2.900	0	46	0
2020	616	35	230	58
2021	532	39	420	9
2022	2.525	0	70	0

Gráfico 16 – Resíduos Recicláveis – Série histórica anual (2013-2022)



Quanto aos resíduos perigosos, observa-se que ocorreu uma certa semelhança da vertente dos resíduos recicláveis. Alguns laboratórios fizeram um revezamento entre seus colaboradores no intuito de manter o distanciamento entre os mesmos e ao mesmo tempo cumprir com os compromissos firmados anteriormente fazendo com que a geração de resíduos perigosos sofresse uma grande queda conforme pode ser visto no tópico Gases e Reagentes, deste PLS, desconsiderando o mês de outubro de 2020 quando foi coletado o passivo gerado desde novembro de 2019, período em que houve uma descontinuidade dos serviços prestados de descarte de resíduos químicos e de lâmpadas fluorescentes, enquanto estava sendo elaborado um novo formato de contrato.

Com a implantação do Programa de Gestão em agosto de 2022, que possibilitou a adesão dos servidores ao modelo de trabalho híbrido, foi possível notar uma leve diminuição da geração de resíduos comuns, como fica evidenciado na Tabela 12 e no Gráfico 17.

Anos	RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS					
	Químico (Kg)	Extraordinário (m3)	Lâmpadas Fluorescentes (Un)	Entulho de Obra (m3)	Biológico (kg)	Óleo Lubrificante (L)
2013	5.647	394	500	130	-	-
2014	7.412	474	918	105	-	-
2015	5.070	459	968	115	-	1.100
2016	3.007	440	514	105	-	900
2017	2.352	540	1.123	60	-	-
2018	8.767	314	377	55	-	-
2019	3.906	289	0	65	15	-
2020	2.530	138	1.229	30	121	-
2021	1.000	135	402	50	139	-
2022	3.755	260	809	80	20	-

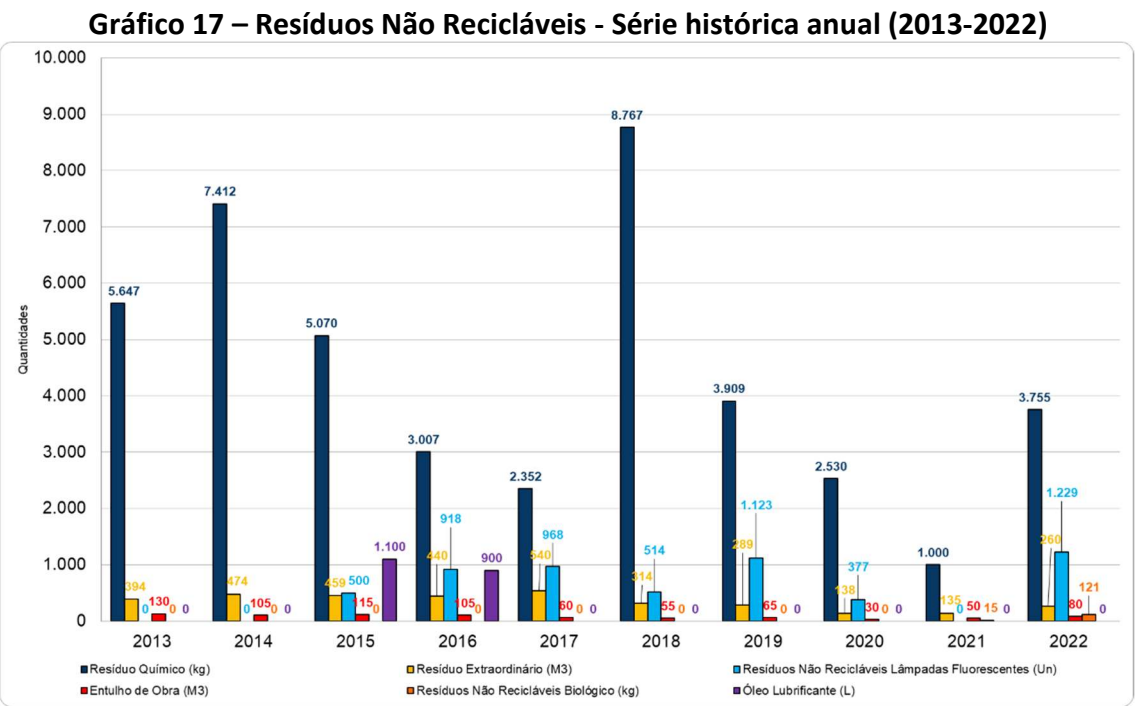
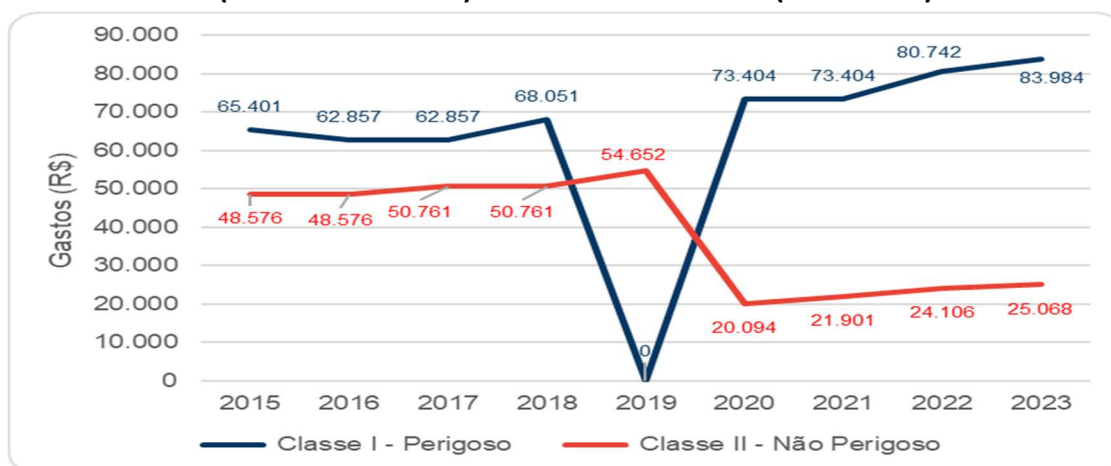


Tabela 13 – Gasto anual referente ao contrato de descarte dos resíduos não recicláveis (Classe I e Classe II) - Série histórica anual (2015-2022)

Valor Anual Contratual de Descarte de RESÍDUOS (R\$)		
Anos	Classe I - Perigoso	Classe II – Não Perigoso
2015	65.401	48.576
2016	62.857	48.576
2017	62.857	50.761
2018	68.051	50.761
2019	-	54.652
2020	73.404	20.094
2021	73.404	21.901
2022	80.742	24.106
2023	83.984	25.068

Gráfico 18 – Gasto anual com o contrato de descarte dos resíduos não recicláveis (Classe I e Classe II) - Série histórica anual (2015-2022)



Durante o ano de 2020 foi iniciada a estruturação do processo para licitação da contratação das empresas de destinação final e tratamento de resíduos e realizado o pregão eletrônico referente a esta contratação. Este processo foi estruturado em 02 (dois) grupos, resíduos perigosos e não perigosos, contemplando desta maneira todos os resíduos gerados pelo corpo funcional do INT em suas atividades laborais. A licitação ocorreu em julho de 2020 gerando 02 (dois) contratos, sendo 01 (um) para resíduo perigoso (químicos diversos, químico controlado pela Polícia Federal, biológico e lâmpadas fluorescentes) e outro para não perigosos (resíduo comum e entulho de obras).

O quantitativo de resíduos comuns já apresentava queda de quantitativo coletado desde 2018, levando a redução do valor estimado para a nova licitação. Em contrapartida foi mantida a estimativa da quantidade de resíduos perigosos para a nova licitação, devido à flexibilidade na carteira de projetos e serviços nos laboratórios e a junção de outros resíduos perigosos no mesmo contrato, elevando o valor contratado em cerca de 8%.

A Tabela 13 e o Gráfico 18 refletem essa redução do quantitativo através do valor contratado para descarte de resíduo não perigoso. Quanto aos resíduos perigosos, o Gráfico 18 demonstra que no ano de 2019, devido ao fim da vigência contratual em outubro/2019 e a descontinuidade do contrato até o término do novo processo para licitação de resíduos perigosos e não perigosos, não houve valor contratado.

Com a retomada do trabalho presencial, observou-se a retomada gradativa na geração de todos os resíduos oriundos das diversas atividades do Instituto.

Para o ano de 2023 é esperado a atualização e formalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e em 2024 a contratação de empresa para realizar o projeto de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos.

Para o período compreendido de 2023 a 2025 são esperados a implantação da campanha de sensibilização da Coleta Seletiva Cidadã, assinatura dos Termos de Compromisso advindos da 2ª Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto, coordenada pela Agência Nacional de Saúde – ANS, bem como a continuidade do gerenciamento de resíduos por meio dos seus contratos firmados com empresas especializadas na coleta, transporte, armazenamento e tratamento/destinação final.

• **Objetivo**

Assegurar o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos do INT.

• **Metas**

- 6.1 Aprimorar e institucionalizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do INT
- 6.2 Implementar 100% as ações de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos, até 2025
- 6.3 Aprimorar o Programa de Coleta Seletiva Cidadã gerando um aumento em 20% da quantidade de resíduos recicláveis destinados às cooperativas de catadores, até 2025, em comparação com o quantitativo do ano de 2022; e,
- 6.4 Assegurar o monitoramento contínuo e sistemático da gestão de resíduos sólidos.

Indicadores e Resultados Esperados

Quadro 07 – Gestão de Resíduos – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES GESTÃO DE RESÍDUOS			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
6.1.1 Índice de Atualização do PGRS (%)	Percentual de ações ou melhorias sugeridas e implementadas no PGRS, após revisões periódicas. Fórmula de cálculo: $(\text{No de ações de aprimoramento implementadas no PGRS} / \text{Total de ações recomendadas}) \times 100$	Anual	DIGEP

6.1.2 Taxa de capacitação no PGRS (%)	<p>Percentual do corpo funcional do INT capacitado em relação aos procedimentos e objetivos do PGRS.</p> <p>Fórmula de cálculo: (No de funcionários capacitados no PGRS / Total de funcionários do INT) × 100</p>	Anual	DIGEP	
6.2 Indicador de Execução das Ações de Adequação (%)	<p>Percentual de conclusão das ações de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos, conforme o cronograma e os requisitos estabelecidos para garantir a conformidade ambiental e a segurança.</p> <p>Fórmula de cálculo:</p> <p>(Nº de ações de adequação concluídas / Total de ações planejadas) X 100</p>	Anual	CGAD, DIGEP e DIAPE	
6.3 Indicador de Aumento na Destinação de Resíduos Recicláveis para Cooperativas (%)	<p>Mede o percentual de aumento na quantidade de resíduos recicláveis destinados às cooperativas de catadores em relação ao volume total coletado no ano de 2022.</p> <p>Fórmula de cálculo:</p> <p>(Quantidade de resíduos recicláveis destinados em 2025 - Quantidade de resíduos recicláveis destinados em 2022) / Quantidade de resíduos recicláveis destinados em 2022 X 100</p>	Anual	DIGEP E GT – Resíduos Recicláveis	
6.4 Indicador de frequência (%)	<p>Mede a regularidade e a conformidade das atividades de monitoramento da gestão de resíduos sólidos, garantindo que análises, medições e relatórios sejam realizados dentro dos prazos definidos e atendam às normas e metas estabelecidas.</p> <p>Fórmula de cálculo:</p> <p>(Nº de monitoramentos realizados conforme o cronograma / Nº de monitoramentos planejados) X 100</p>	Anual	DIGEP	
Ações		Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
6.1.1 Atualizar o conteúdo do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)		Até dez/2023	Anual	DIGEP
6.1.2 Realizar atividades de capacitação com a participação de todo o corpo funcional, para dar amplo conhecimento do conteúdo do PGRS		Até dez/2025	Anual	DIGEP
6.2 Implementar o projeto de adequação da Central de Armazenamento de Resíduos		Até dez/2025	Anual	DIGEP e DIAPE
6.3.1 Participar de atividades conjuntas da Rede ReciclaPorto, voltadas à Gestão de Resíduos Recicláveis		2023 a 2025	Anual	CGAD, DIGEP e Comissão de Sustentabilidade
6.3.2 Assinar os Termos de Compromisso com as Cooperativas habilitadas na 2ª Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto		2023 a 2025	Anual	Direção
6.3.3 Contratar consultoria para aprimoramento do Programa de Coleta Seletiva Cidadã		2024	Anual	CGAD e GT – Coleta Seletiva

6.3.4 Realizar campanhas de sensibilização alinhadas ao PGRS (Coleta Seletiva Cidadã, segregação de resíduos, reciclagem, consumo consciente)	2023 a 2025	Anual	DICOM, GT – Coleta Seletiva
6.4.1 Realizar análise das ações e do monitoramento quanto à conformidade com normas ambientais e promover melhorias no processo, ao longo de cada ciclo anual	2024 a 2025	Anual	DIGEP
6.4.2 Elaborar relatório anual sobre os processos e iniciativas vinculadas ao gerenciamento e monitoramento dos resíduos sólidos	2023 a 2024	Anual	DIGEP

Resultados esperados:

aprimoramento da gestão de resíduos sólidos do INT, aumento da destinação de resíduos sólidos às cooperativas de catadores, contribuindo para a eficiência do gasto público, o consumo consciente e a diminuição dos impactos ambiental.

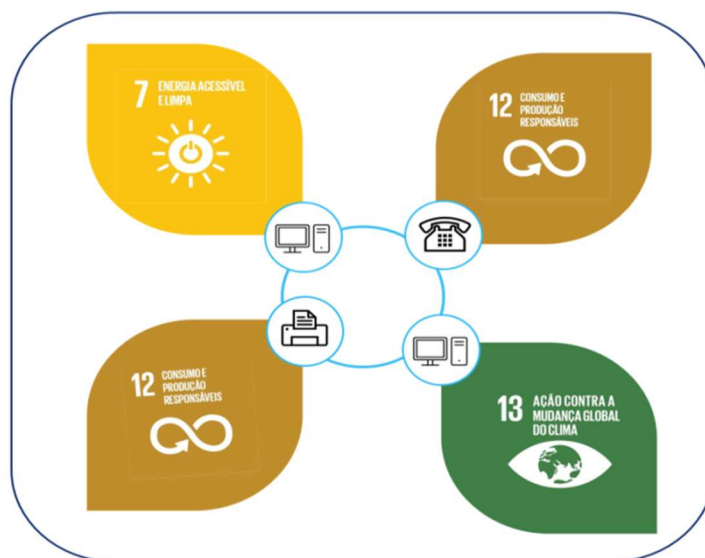
// EIXO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da Tecnologia da Informação (TI) alinhada às ações de sustentabilidade pode vir a favorecer a obtenção de resultados positivos institucionais. O uso de tecnologia pode contribuir para a economia de recursos naturais, o fornecimento de ferramentas para o desenvolvimento de projetos e de capacitação, o estabelecimento de espaço de reuniões e de redes de troca de conhecimentos e experiências, redução dos gastos com diárias e passagens.

Com o advento da pandemia e o trabalho remoto, ficou mais evidenciado o papel da TI na promoção do compartilhamento de espaços, de veículos, monitoramento de processos. Assim, a TI pode apresentar soluções que impactam na gestão institucional propiciando transparência, dinamismo, economicidade, aumento da produtividade, consequentemente, diminuição da degradação ambiental e desenvolvimento social.

Neste tópico estão descritas as ações de redução de consumo e melhor aproveitamento de recursos, as metas estabelecidas, o histórico de consumo e gastos nos últimos anos, além dos resultados alcançados nas temáticas: impressão; telefonia; tecnologia da informação; e, equipamentos de informática. Integrantes da Comissão de Sustentabilidade juntamente com os da COTIE, da DITIC e a equipe de gestão de resíduos do instituto no período deste PLS vão analisar os dados e aspectos relacionados às contratações e compras vinculadas à TI, bem como os procedimentos para descarte adequado de eletroeletrônicos, para inserir novos tópicos na próxima versão do PLS INT. A gestão adequada dos tópicos de tecnologia está em consonância com a agenda 2030, mais especificamente com alguns ODS, conforme representado na figura abaixo.

Figura 03 – Correlação entre ODS e gestão sustentável de tópicos da tecnologia da informação





7. IMPRESSÃO E REPROGRAFIA

DITIC – UNIDADE GESTORA

A contratação de serviço de outsourcing, que promoveu a normatização do acesso ao serviço de impressão, e a implementação do SEI, geraram a redução gradativa no quantitativo de reprografia e de impressões, reduzindo os impactos ambientais gerados nesta atividade, devido ao consumo de papel, impactos mencionados anteriormente, no item 1 deste Plano, e de tinta que contém compostos químicos na sua composição, prejudiciais à natureza, além do descarte adequado dos resíduos produzidos.

Frente a uma nova contratação de serviço de outsourcing, cabe pontuar que em dezembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa SGD/ME nº 94 que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Para contribuir com a delimitação de objetivo, metas, indicadores e futuras ações para o novo ciclo, foi ressaltada a importância de se analisar os dados de consumo e gasto anual, no período de 2012 a 2022, além dos mensais, no período de 2019 a 2021, expostos nas tabelas 14 e 15, além dos gráficos de 19 a 22.

Tabela 14 – Impressão - Série histórica do consumo e gasto anual (2012-2022)

Consumo e Gastos com IMPRESSÃO				
Anos	Consumo/ Gasto (R\$)			
	P&B	R\$	Cor	R\$
2012	1.344.767	45.857	93.517	25.250
2013	1.222.942	41.702	104.570	28.234
2014	1.087.195	37.073	140.264	37.990
2015	972.017	32.969	154.733	41.489
2016	876.871	26.306	99.575	22.902
2017	664.713	19.941	11.688	25.688
2018	555.821	16.675	123.881	28.493
2019	490.980	14.729	132.186	30.403
2020	121.676	3.650	37.922	8.722
2021	68.873	2.066	21.672	4.985
2022	0	0	0	0

Gráfico 19 – Impressão - Série histórica do consumo anual (2012-2022)

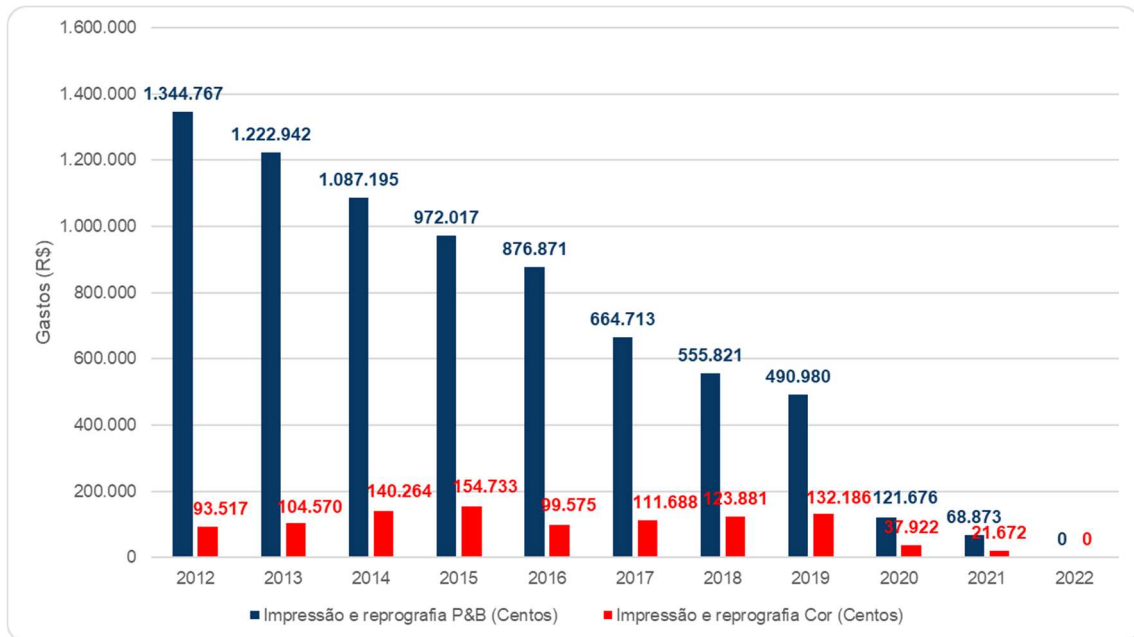


Gráfico 20 – Impressão - Série histórica do gasto anual (2012-2022)

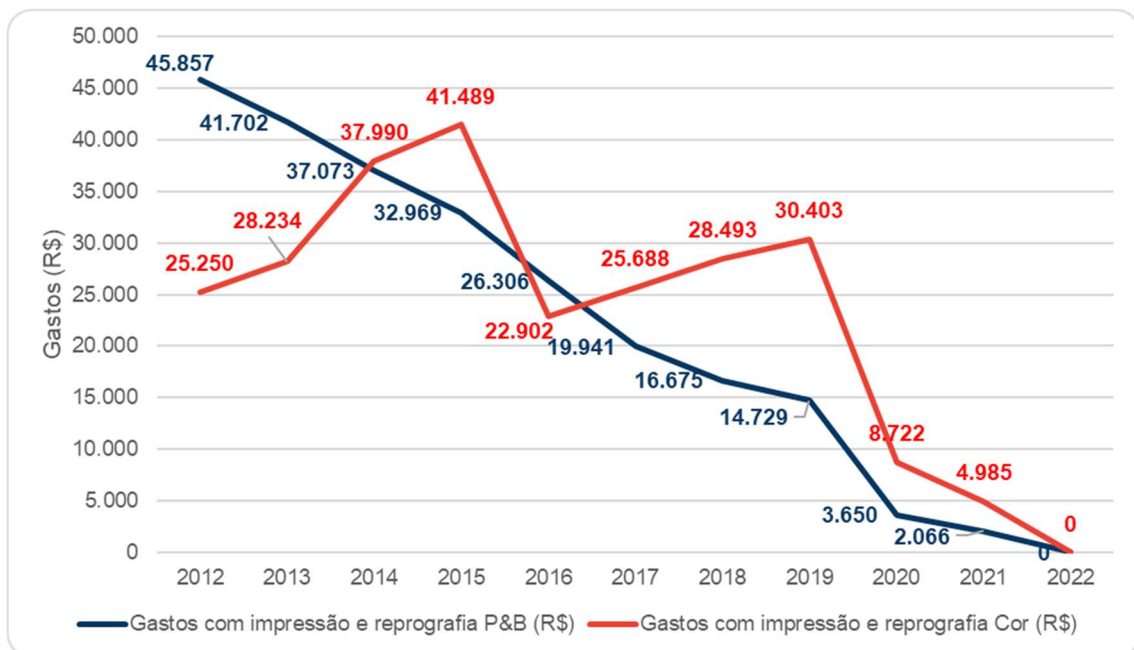


Tabela 15 – Impressão - Série histórica do consumo e gasto mensal (2019-2022)

Consumo e Gastos com IMPRESSÃO													
Anos/ Meses		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	P&B	35.762	42.513	41.453	45.096	43.524	37.634	45.489	46.243	45.925	41.370	36.624	29.347
	R\$	1.073	1.275	1.244	1.353	1.306	1.129	1.365	1.387	1.378	1.241	1.099	880
	Cor	8.052	8.908	7.377	8.949	15.727	10.443	12.689	13.936	13.550	12.671	9.506	10.378
	R\$	1.852	2.049	1.697	2.058	3.617	2.402	2.918	3.205	3.117	2.914	2.186	2.387
2020	P&B	31.049	32.157	0	0	0	0	0	0	0	40.600	10.201	7.669
	R\$	931	965	0	0	0	0	0	0	0	1.218	306	230
	Cor	10.813	10.884	0	0	0	0	0	0	0	12.663	1.493	2.069
	R\$	2.487	2.503	0	0	0	0	0	0	0	2.912	343	476
2021	P&B	6.964	7.424	0	0	15.309	1.713	3.352	3.474	4.869	15.414	10.354	0
	R\$	209	223	0	0	459	51	101	104	146	462	311	0
	Cor	2.571	2.938	0	0	4.382	579	870	792	796	2.414	6.330	0
	R\$	591	676	0	0	1.008	133	200	182	183	555	1.456	0
2022	P&B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	R\$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Gráfico 21 – Impressão - Série histórica do consumo mensal (2019-2022)

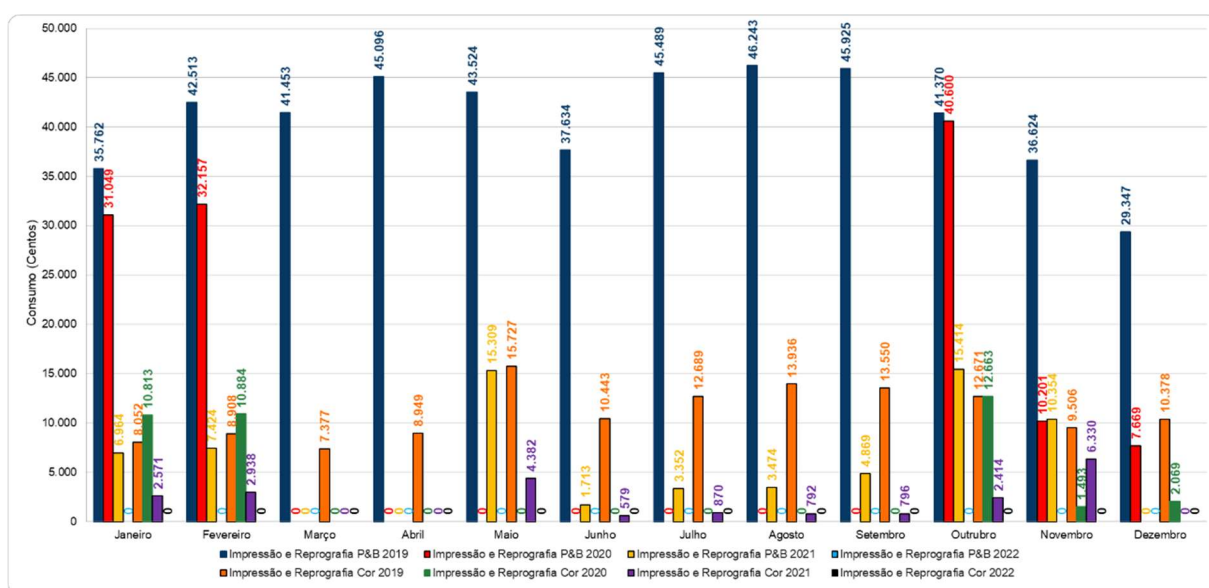
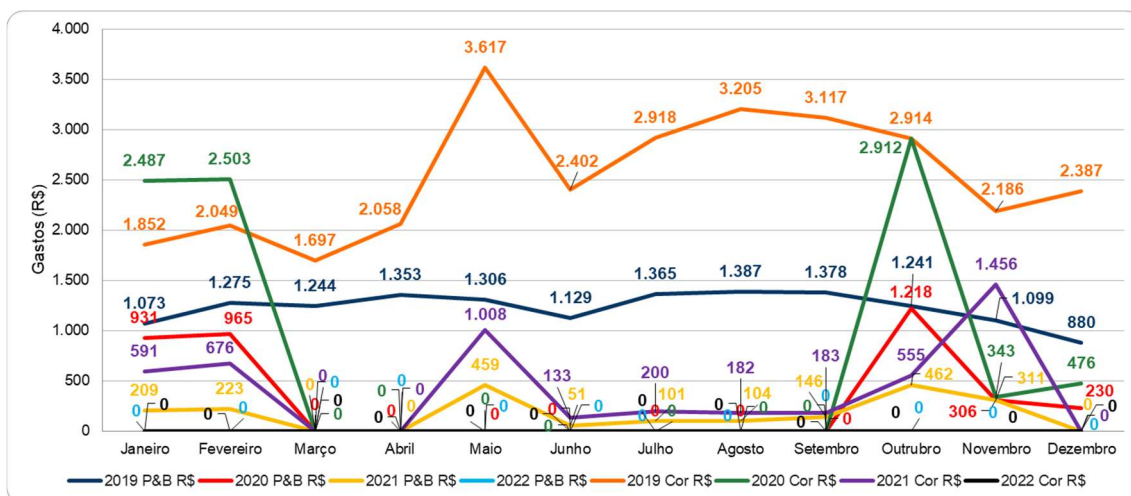


Gráfico 22 – Impressão - Série histórica do gasto mensal (2019-2022)



A meta estabelecida no PLS para redução de impressão e reprografia, em 2020, foi de 10%, em comparação com 2019. A partir do histórico apresentado, verifica-se que, em 2020, ocorreu uma queda nas impressões P&B de cerca de 75% e de 70% nas coloridas. Em decorrência da pandemia da Covid-19. Devido ao contínuo aumento do uso dos meios digitais para a geração e tramitação de documentos no INT, nota-se que a redução nos volumes de impressão se manteve em 2021. Os valores de 2022 encontram-se zerados devido ao encerramento do contrato de Outsourcing de Impressão em dezembro de 2021 e ao fato de não termos tido êxito no edital de nova contratação realizado no mesmo ano.

Com base nas informações supramencionadas, foram definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados para o período de 2023 a 2025.

- **Objetivo**

Promover o uso adequado dos materiais relacionados à impressão e reprografia do Instituto, reduzindo o impacto ambiental e financeiro.

- **Meta**

7.1 Elaborar novo Edital para contratação de Serviço continuado de outsourcing de impressão, de acordo com as premissas da IN SGD/ME 94/2022 e da PORTARIA SGD/MGI Nº 370, DE 8 DE MARÇO DE 2023.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 08 – Impressão e Reprografia – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES IMPRESSÃO E REPROGRAFIA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
7.1 Entrega de Edital elaborado	Mede o total de Editais elaborados em relação ao total de editais previstos Fórmula: de Cálculo: Nº de editais elaborados/1	Anual	DITIC COTIE DISUP CGAD
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
7.1 Realizar as etapas de desenvolvimento do Edital para publicação	Até dez/2025	Anual	DITIC COTIE DISUP CGAD
Resultados esperados: eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.			



8. Telefonia

DITIC – UNIDADE GESTORA

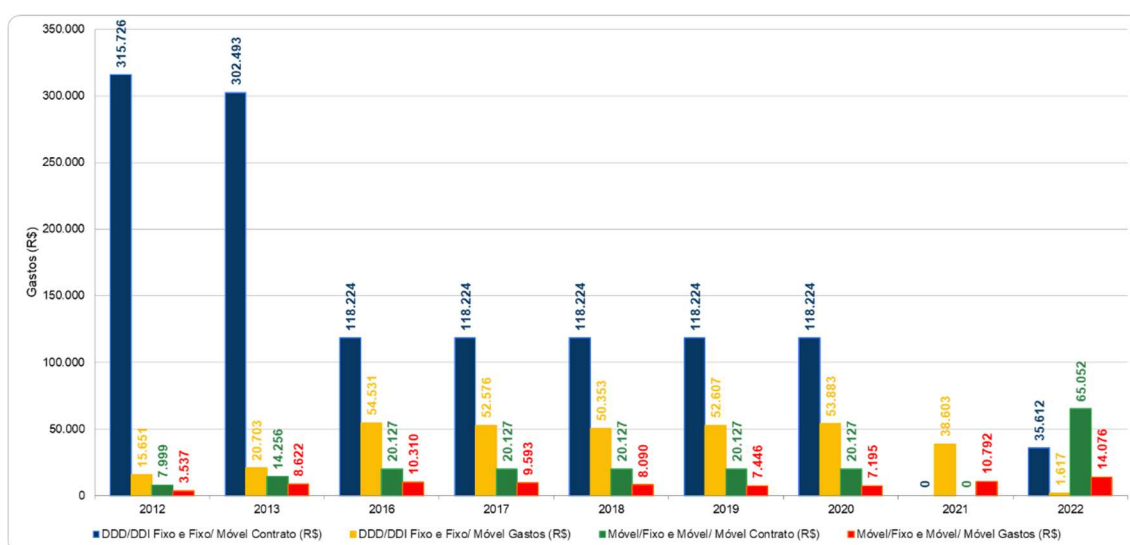
Para atender as demandas de telefonia, o INT dispõe dos serviços de ramais, DDD, DDI e telefonia móvel. Nos últimos anos, com o objetivo de aprimorar o sistema de telefonia, foi feita a substituição do sistema convencional pelo serviço de Voz sobre IP – VoIP. Foram também revisados as normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando à racionalização em relação ao limite de custeio. Nos últimos anos também mantivemos a adesão ao Fone@RNP.

Para contribuir com a delimitação de objetivos, metas, indicadores ações futuras e resultados esperados, uma série histórica do gasto anual com o sistema de telefonia do INT é apresentada na tabela 16 e no gráfico 23.

Tabela 16 – Telefonia - Série histórica do gasto anual (2012-2022)

Anos	Gastos com TELEFONIA			
	DDD/DDI Fixo e Fixo/ Móvel		Móvel/Fixo e Móvel/ Móvel	
	Contrato (R\$)	Gastos (R\$)	Contrato (R\$)	Gastos (R\$)
2012	315.726	15.651	7.999	3.537
2013	302.493	20.703	14.256	8.622
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
2016	118.224	54.531	20.127	10.310
2017	118.224	52.576	20.127	9.593
2018	118.224	50.353	20.127	8.090
2019	118.224	52.607	20.127	7.446
2020	118.224	53.883	20.127	7.195
2021	-	38.603	-	10.792
2022	35.612	1.617	65.052	14.076

Gráfico 23 – Telefonia - Série histórica do gasto anual (2012-2022)



Em 2021 aderimos a uma ata de serviços de telefonia do Ministério da Economia, e apesar do custo da telefonia móvel ter um aumento devido ao acréscimo no número de linhas, de 13 para 15, e também pelo escopo do serviço ser mais amplo que o da contratação anterior, esta nova contratação nos gerou em 2022 uma redução geral nos custos de serviços de telefonia de cerca de 75%, em comparação com 2020.

Com base nas informações supramencionadas, foram definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados no sistema de telefonia, para o período de 2023 a 2025.

- **Objetivo**

Promover o acompanhamento dos gastos com telefonia e a manutenção dos contratos de telefonia e dos serviços VOIP, Eduroam – RNP e o Fone@RNP, gerando um impacto positivo financeiro.

- **Metas**

8.1 Manter os serviços VOIP, Eduroam – RNP e o Fone@RNP;

8.2 Manter a contratação de telefonia Fixa e Móvel.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 09 – Telefonia – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES TELEFONIA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
8.1 Tempo Médio de Resolução de Problemas de Serviços	8.1 Institucionalização da Política de Telefonia do INT	Anual	Todas as áreas
8.2 Média de gastos com contratos de telefonia	8.2 Monitorar o serviço de telefonia com a consolidação das informações e o envio de relatório mensal com a descrição das chamadas para celulares e interurbanos a serem distribuídos para às Coordenações e chefias de Divisões	Trimestral Mensal	DITIC
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
8.1 Registrar o tempo de resolução do incidente através de ferramentas de solicitação de serviços	2023 a 2025	Mensal	DITIC
8.2 Acompanhar os gastos nos relatórios gerados pelas contratadas	2023 a 2024	Mensal	DITIC
Resultados esperados eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.			



9. DISPOSITIVOS DE INFORMÁTICA

DITIC – UNIDADE GESTORA

A Tecnologia da Informação (TI) é uma área do conhecimento dedicada a desenvolver soluções com base em recursos computacionais viabilizando o uso de dados e de informações para otimizar a produção, o armazenamento, o acesso, o processamento, a comunicação e a segurança. As ferramentas e soluções propiciadas pela TI são relevantes para órgãos públicos e empresas privadas, e completamente vitais para as instituições de CT&I, como o INT.

Contudo, é fundamental compatibilizar o uso de recursos tecnológicos com a redução do impacto da TI ao meio ambiente, tornando mais sustentável e menos prejudicial o seu uso. Para tal, cabe mencionar a proposta da Tecnologia da Informação Verde (TI Verde), uma tendência mundial, que engloba um conjunto de práticas destinadas à redução do impacto dos recursos tecnológicos de TI. Cabe destacar algumas iniciativas incentivadas pela TI Verde, são elas: cumprir a legislação ambiental; priorizar os dispositivos de informática que consomem menos energia; dar preferência ao uso de matéria prima e substâncias menos tóxicas em seus processos produtivos; fazer o descarte adequado dos produtos através da reciclagem e da reutilização de materiais; e, seguir procedimentos e planos de ação visando a eliminação ou redução da agressão ambiental.

Assim, a aquisição de dispositivos e equipamentos de informática e automação previstos no Anexo A, da Portaria INMETRO 170 de 2012, que dispõem sobre os requisitos de avaliação da conformidade para bens de informática, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), instituindo os requisitos para o Programa de Avaliação da Conformidade de Bens de Informática com foco na segurança, na compatibilidade eletromagnética e na eficiência energética, através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos.

Em 2015, foi publicada a IN SLTI/MPOG nº 01 que orienta como devem ser exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010, dispondo sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. As certificações emitidas, no âmbito do SBAC, coordenada pelo Inmetro, serão aceitas assim como aquelas emitidas por Organismos Acreditados pelo Inmetro, a serem consultadas no sítio desta instituição.

Outro aspecto exposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 /2010, em seu art. 5º, inciso IV, dispõe sobre a aquisição de bens em que a instituição pública poderá exigir,

em atendimento aos critérios ambientais, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Segundo orientações expressas na 6ª Edição do Guia de Contratações Públicas Sustentáveis (p. 277, 2023), da AGU, é indicado inserir no Termo de Referência (TR) item com descrição ou especificação técnica do produto em que só será admitida a que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170/2012 do INMETRO, além de não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendação exposta na diretiva RoHS.

Diante da relevância da aquisição dos bens e equipamentos de TIC para a sustentabilidade do instituto, foi definido que seria oportuno incluir este tópico a partir deste PLS.

Com base na legislação específica e nas informações supramencionadas, foram definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados para o período de 2023 a 2025.

- **Objetivo**

Garantir a adequação dos equipamentos de informática, atendendo às diretrizes governamentais de sustentabilidade e de eficiência energética.

- **Metas**

9.1 Elaborar um inventário dos dispositivos, equipamentos e periféricos de informática anualmente;

9.2 Elaborar uma relação de demandas de dispositivos, equipamentos e periféricos de informática anualmente;

9.3 Adquirir dispositivos e equipamentos de informática atendendo as premissas de TI Verde, tais como, com selos “Energy Star” ou outros “selos verdes”.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 10 – Dispositivos de Informática – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES DISPOSITIVOS DE INFORMÁTICA				
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas	
9.1 Percentual de conclusão do relatório de inventário dos dispositivos (%)	Gerar relatório de inventário dos dispositivos Fórmula de Cálculo: Relatório de Inventário Gerado/1	Anual	DITIC	
9.2 Percentual de elaboração da relação de demandas de dispositivos, equipamentos e periféricos de informática (%)	Gerar relação de demanda de dispositivos Fórmula de Cálculo: Relação de Demanda Gerada/1	Anual	DITIC	
9.3 Percentual de dispositivos e equipamentos de informática adquirido atendendo as premissas de TI Verde (%)	Aquisições com premissas de TI Verde Fórmula: Nº de aquisições de TI verdes/Nº de aquisições X 100	Anual	DITIC	
Ações		Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
9.1 Gerar relatório de inventário de TIC através de ferramenta de busca ativa de ativos de TIC		2023 a 2025	Anual	COTIE DITIC
9.2 Fazer levantamento das demandas de dispositivos, através de ferramenta de busca ativa de características de ativos de TIC		2023 a 2025	Anual	DITIC
9.3 Incluir nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e nos Termos de Referência (TR) a opção pela aquisição de produtos que atendam premissas de TI Verde, tais como, possuam selos "Energy Star" ou com outros "selos verdes" ou certificações de sustentabilidade		2023 a 2025	Anual	DITIC
Resultados esperados redução do consumo de energia elétrica, eficiência do gasto público, consumo consciente, diminuição dos impactos ambientais negativos.				

// EIXO – CONTRATOS DE LOGÍSTICA

As compras e contratações públicas desempenham um papel fundamental na promoção da sustentabilidade e na busca por um desenvolvimento mais equilibrado, pois as aquisições governamentais representam uma parcela significativa da economia do país e tem potencial de impulsionar práticas sustentáveis em larga escala.

Segundo dados do Banco Mundial, as compras e as contratações governamentais correspondem a cerca de 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, evidenciando sua relevância econômica e a oportunidade de influenciar positivamente o mercado.

O consumo de produtos e a contratação de serviços mais sustentáveis, pelo poder público, pode estimular os mercados e fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras e a aumentarem a competitividade da indústria nacional e local.

Algumas das oportunidades mais significativas para a implementação de medidas de defesa ao meio ambiente por parte dos órgãos públicos são aquelas realizadas na mudança e reestruturação dos seus processos de contratação, com a inserção de critérios de sustentabilidade em seus editais licitatórios e na busca de produtos e serviços alternativos, que possibilitem a reciclagem e o reaproveitamento.

Ao adotar critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, como a preferência por produtos ecologicamente corretos, de baixo impacto ambiental e socialmente responsáveis, pode vir a estimular a inovação, fortalecer a cadeia produtiva sustentável e contribuir para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade.

Assim, as contratações públicas sustentáveis podem representar uma ferramenta estratégica para alcançar metas ambientais, sociais e econômicas, promovendo um futuro mais sustentável e resiliente.

Neste tópico estão descritos os contratos de grande porte do Instituto, a série histórica das contratações para após uma breve análise, estabelecer o objetivo, as metas, os indicadores e ações a serem desenvolvidas, além dos resultados esperados nas temáticas: limpeza; vigilância; veículos; e demais contratos de grande porte.

A CGAD com a participação da DIAPE e a colaboração de integrantes da equipe de gestão de resíduos e da Comissão de Sustentabilidade do instituto, no período deste PLS, vão analisar os dados e aspectos relacionados às contratações vinculadas a este eixo, bem como os procedimentos para descarte adequado de resíduos recicláveis, para inserir novos tópicos na próxima versão do PLS INT, além de colaborar para a revisão do contrato de limpeza, seja na inserção de critérios de sustentabilidade ou nos procedimentos de segurança no trabalho. A gestão adequada dos contratos de logística

está em consonância com a agenda 2030, mais especificamente com alguns ODS, conforme representado na Figura abaixo.

Figura 04 – Correlação entre ODS e gestão sustentável de contratos de logística





10. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

CGAD – UNIDADE GESTORA

As Contratações Públicas Sustentáveis (também chamadas de Licitações Sustentáveis ou Compras Públicas Sustentáveis) consistem em um mecanismo voltado à redução dos riscos à sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica, por meio da adoção de critérios de sustentabilidade nas diferentes etapas dos processos de compras e contratações realizadas pelos órgãos da Administração Pública.

O consumo de produtos e a contratação de serviços, pelo poder público, devem estar em consonância com as premissas da sustentabilidade podendo contribuir para o estímulo dos mercados e dos fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras impactando diretamente no aumento da competitividade da indústria nacional e local. Assim, é fundamental incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios

Cabe destacar 07 (sete) aspectos mínimos que deverão ser considerados nos processos de aquisição e de contratações visando contemplar as premissas da sustentabilidade, apontados no Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, em sua 6ª Edição (p. 18, 2023):

- I. Questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;*
- II. Redução do consumo;*
- III. Análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;*
- IV. Estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;*
- V. Fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;*
- VI. Fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos; e,*
- VII. Fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).*

Com base nas novas diretrizes expressas na nova Lei de Licitações, o INT vem buscando aprimorar a condução processual. Para tal, foram delimitados objetivo, metas, indicadores e futuras ações descritas a seguir.

- **Objetivo**

Fornecer subsídios para que os integrantes do corpo funcional tenham conhecimento para incluir critérios de sustentabilidade nas compras e contratações do INT.

- **Metas**

- 10.1 Publicar 01 (um) fluxograma delimitando todas as etapas processuais detalhadas, com a inserção das áreas responsáveis, viabilizando o acesso para 100% do corpo funcional, até dezembro 2025;
- 10.2 Capacitar 100% dos integrantes do corpo funcional com atuação na instrução de processos, nos conhecimentos básicos para inclusão de critérios de sustentabilidade nos artefatos de compras e contratações, até dezembro de 2025;
- 10.3 Tramitar 100% de processos de compras e contratações com inserção de critérios de sustentabilidade, até 2025.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 11 – Aquisições e Contratações Sustentáveis – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
10.1 Percentual de Conclusão do Fluxograma (%)	Acompanha o progresso na elaboração do fluxograma, verificando o avanço até a publicação final. Fórmula de cálculo: Etapas concluídas na elaboração do fluxograma / Etapas totais necessárias X 100	Anual	CGAD
10.2 Percentual de Funcionários capacitados (%)	Mede a proporção de integrantes do corpo funcional envolvidos em processos administrativos que concluíram a capacitação para inclusão de critérios de sustentabilidade. Fórmula de Cálculo: Nº de funcionários capacitados / No total de funcionários a serem capacitados X 100	Anual	Todas as áreas
10.3 Índice de Aplicação de Critérios de Sustentabilidade nos Processos (%)	Verifica a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na capacitação, medindo o percentual de processos de compras e contratações que incluíram critérios de sustentabilidade após o treinamento. Fórmula de Cálculo: Nº de processos com critérios de sustentabilidade / No total de processos X 100	Anual	Todas as áreas
Ações		Prazo	Unidades Responsáveis'

10.1.1 Desenvolver um fluxograma de todas as etapas processuais detalhadas, com a inserção das áreas responsáveis	2023 a 2025	Anual	CGAD
10.1.2 Divulgar o fluxograma das etapas processuais, junto ao corpo funcional	2023	Anual	CGAD e DICOM
10.2.1 Mapear as demandas de capacitação, dos integrantes do Corpo Funcional, visando aprofundar o conhecimento e aprimorar a atuação dos integrantes do corpo funcional, na instrução dos processos de aquisição e contratação, nos requisitos da nova Lei de Licitação e demais legislação vigente	2024 a 2025	Anual	DIGEP
10.2.2 Realizar atividades de capacitação (palestras, eventos, cursos) voltado à instrução dos processos de aquisição e contratação, nos requisitos da nova Lei de Licitação e demais legislação vigente	2024 a 2025	Anual	CGAD e DIGEP
10.2.3 Divulgar o Guia de contratações públicas sustentáveis, da AGU, visando a sua ampla utilização.	2024 a 2025	Anual	DICOM Comissão de Sustentabilidade
10.3.1 Analisar os processos de compras e contratações para inserção de critérios de sustentabilidade	2025	Anual	Comissão de Sustentabilidade
10.3.2 Identificar critérios e práticas de sustentabilidade passíveis de aplicação imediata nos processos de contratações visando o atingimento da meta 11.3	2025	Anual	CGAD Comissão de Sustentabilidade

Resultados esperados

aumento do número de processos contemplando critérios de sustentabilidade resultando na diminuição do impacto ambiental, eficiência do gasto e redução de custos e insumos



11. VIGILÂNCIA

DIAPE – UNIDADE GESTORA

A vigilância e segurança patrimonial pode ser estabelecida como um conjunto de medidas preventivas com a finalidade de garantir que não ocorram perdas patrimoniais, evitando e reduzindo riscos de ocorrências. No INT, a vigilância é realizada por empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada, executada de forma contínua em todas as unidades do INT, com controle efetivo de toda a movimentação no Edifício Sede, em pontos estratégicos de entrada e saída de pessoas, veículos e materiais.

No período de 2019 a 2022, a prestação de serviço de vigilância foi realizada pela empresa Monitore Segurança Patrimonial EIRELI, tendo substituída em novembro de 2022 pela empresa Persona Vigilância e Segurança LTDA.

Em 2020, desde março, o corpo funcional do INT passou a trabalhar remotamente, em consequência da pandemia da Covid-19, com isso as atividades nas instalações do INT ficaram bastante reduzidas. Contudo, a atuação da segurança patrimonial continuou a ser exercida na instituição, com atenção maior devido aos riscos gerados pela insegurança, oriunda do esvaziamento das ruas e dos prédios na região central da cidade do Rio de Janeiro, durante o período pandêmico.

Mesmo com esta diminuição de atividades, não houve impacto nos valores pagos à segurança, uma vez que não existiu diminuição efetiva dos postos de prestação de serviços que foram realizados de forma contínua, mesmo assim ocorreu problema na segurança, como uma tentativa de invasão com arrombamento da porta de entrada do INT. A situação foi debelada pela segurança.

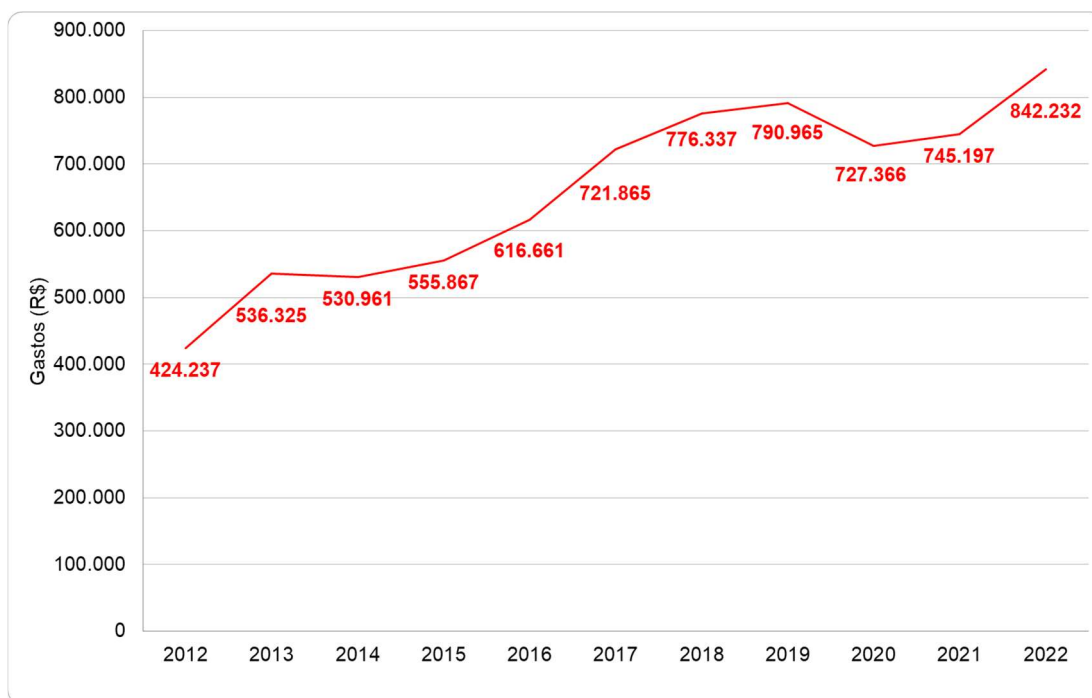
Para diminuir o risco de novos acontecimentos e fortalecer a segurança do INT, em 2021 foi instalada porta automática e porta de metal, visando proteger a entrada do Instituto, melhorando a segurança do local. Ainda no ano de 2021, com o objetivo de resguardar as instalações e o fortalecimento da segurança do Instituto, tendo em vista o grande esvaziamento do centro da cidade do Rio de Janeiro, a atuação da vigilância foi fortalecida com a instalação de novas câmeras, foram realizadas melhorias no espaço ocupado pela equipe da vigilância proporcionando maior visibilidade e aumento do controle, resultando no fortalecimento do monitoramento das instalações prediais do INT.

Em 2022, devido ao retorno gradual dos integrantes do corpo funcional ao trabalho presencial, foi aprimorada a atuação da vigilância para monitorar, além das instalações físicas, a ampliação da circulação de pessoas. Segue abaixo os dados referentes aos gastos com a contratação de empresa responsáveis pelo serviço de vigilância, no período de 2012 a 2022.

Tabela 17 – Vigilância- Série histórica de gasto anual (2012-2022)

Gastos com VIGILÂNCIA	
Anos	Recursos (R\$)
2012	424.237
2013	536.325
2014	530.961
2015	555.867
2016	616.661
2017	721.865
2018	776.337
2019	790.965
2020	727.366
2021	745.197
2022	842.232

Gráfico 24 – Vigilância- Série histórica de gasto anual (2012-2022)



Com base nos dados supramencionado, foram definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados para o período de 2023 a 2025.

- **Objetivo**

Atender a demanda de segurança de forma eficiente, tanto para os membros do corpo funcional e quanto todo o patrimônio do Instituto.

- **Metas**

11.1 Aumentar o grau de segurança nas instalações do INT;

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 12 – Vigilância – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES VIGILÂNCIA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
11.1 Índice de Investimentos em Medidas de Segurança (%)	Avalia o percentual de recursos direcionados para a implementação de melhorias de segurança em relação ao orçamento total de segurança do INT. Fórmula de Cálculo: Valor investido em melhorias de segurança/Orçamento total de segurança X 100	Anual	DIAPE
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
11.1.1 Revisar os pontos de monitoramento remoto para ampliar o alcance da vigilância com a possibilidade de instalação de novos pontos	2023 a 2025	Anual	DIAPE
11.1.2 Atualizar os equipamentos e procedimentos destinado ao controle de entrada e saída no INT	2024 a 2025	Anual	DIAPE
Resultados esperados diminuição dos riscos de insegurança e danos no patrimônio, eficiência do gasto e ampliação no grau de segurança do corpo funcional.			



12. LIMPEZA

DIAPE – UNIDADE GESTORA

O serviço de limpeza e conservação é prestado por meio de empresa especializada. O contrato inclui também o fornecimento de materiais e equipamentos utilizados na prestação do serviço.

Os serviços de limpeza são executados de forma contínua no âmbito do edifício sede, anexos, pátios e calçadas do INT. Mesmo com o estabelecimento do trabalho remoto, em março de 2020, alguns laboratórios que tinham compromissos a cumprir permaneceram funcionando para atendimento de demandas. Desta forma, parte da equipe de limpeza permaneceu, porém com número de integrantes reduzido, mantendo a conservação destas áreas, atendendo um protocolo de segurança, definido pelo Instituto.

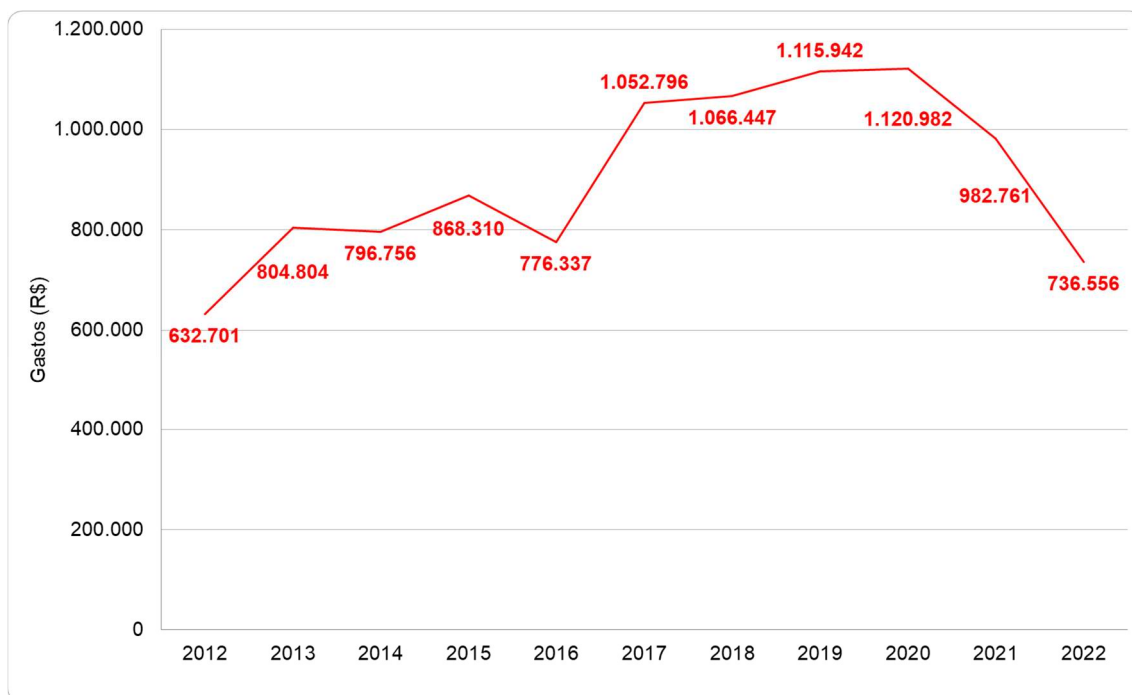
Em 2021, em decorrência de deliberação do MCTI, houve a necessidade de diminuição de alguns postos de trabalho impactando diretamente no número de pessoas no contrato de limpeza, reduzindo em cerca de 25% o efetivo.

Em abril de 2022, com o retorno do trabalho presencial no Instituto, ocorreu o aumento no número de postos e na equipe de limpeza, passando de 09 (nove) integrantes para 15 (quinze). Neste mesmo ano, foi realizada nova licitação e efetivado contratado com uma nova empresa para prestação dos serviços de limpeza e higienização do INT.

Tabela 18 – Limpeza- Série histórica de gasto anual (2012-2022)

Gastos com LIMPEZA	
Anos	Recursos (R\$)
2012	632.701
2013	804.804
2014	796.756
2015	868.310
2016	776.337
2017	1.052.796
2018	1.066.447
2019	1.115.942
2020	1.120.982
2021	982.761
2022	736.556

Gráfico 25 – Limpeza- Série histórica de gasto anual (2012-2022)



Ao analisar os dados expostos na Tabela 18 e no Gráfico 25, pode-se perceber que em 2020, foi realizada a supressão nos postos de trabalho e redução no quadro de terceirizados responsáveis pela limpeza, devido à pandemia. Esta ação não ocasionou impacto nos valores pagos à empresa de limpeza, mantendo o valor gasto em 2019. Já em junho de 2021, por determinação governamental o contrato foi suprimido em alguns postos de trabalho, havendo efetiva redução no valor pago mensalmente, em outubro foi realizada nova licitação e adequado o número de pessoas que estariam trabalhando ainda na pandemia. Em abril de 2022 o contrato passou a ter o número de 15 (quinze) postos de trabalho.

Estão previstas, para o período de vigência deste plano, a inauguração do laboratório de motores e a realização de obras prediais. Tais aspectos podem impactar diretamente na necessidade de ser revisto o quantitativo de postos de trabalho da equipe de limpeza. Assim, recomenda-se que seja feita uma pesquisa com a participação de representantes de todas as áreas do Instituto, para que o contexto analisado seja retratado com mais propriedade e assim contribuir para a definição do referido quantitativo.

Outro aspecto a salientar que existe uma relação direta entre a fabricação de produtos de limpeza e conservação, de comprovada eficiência, e o desenvolvimento sustentável, devido à utilização de recursos naturais em suas cadeias produtivas, como o consumo da água e energia, emissão de CO₂ e geração de resíduos.

Assim, nas aquisições de produtos usados na limpeza e conservação de ambientes ou saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, sejam estes adquiridos pelo INT ou pela empresa contratada

para prestação do serviço, devem ser observados os critérios de eficácia e segurança, com regularidade comprovada (registro ou notificação) pela Anvisa.

No tocante aos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços, esses deverão observar os critérios de sustentabilidade estabelecidos nas normas ambientais vigentes. Em relação aos equipamentos, atentar aos aspectos de eficiência energética, que estejam regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), e que os modelos estejam classificados com classe de eficiência 'A' na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 4 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Outro ponto a ser verificado nos equipamentos utilizados nos serviços de limpeza é a geração de ruído, atendendo a Resolução Conama nº 20, de 1994.

Conforme orientação prescrita na 6ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2024), quanto aos produtos que serão utilizados na execução do serviço, cabe destacar que a empresa contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos e às obrigações que terão de ser cumpridas. Apresentar descrição detalhada e as respectivas comprovações a eles pertinentes exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico. Os materiais utilizados na execução dos serviços deverão atender as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 359 de 2005; estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010; e, o fabricante dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.

Com base nos dados supramencionado, foram definidos o objetivo, as metas, os indicadores, as ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados para o período de 2023 a 2025.

- **Objetivo**

Manter adequadas as condições de limpeza e as de conservação das instalações do INT.

- **Metas**

- 12.1 Elaborar um Estudo Técnico Preliminar (ETP) do novo contrato de serviço de limpeza com inserção dos critérios de sustentabilidade; e,
- 12.2 Capacitar 100% os integrantes da equipe da limpeza nos procedimentos da coleta seletiva e de segurança no trabalho.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 13 – Limpeza – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES LIMPEZA				
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas	
12.1 Percentual de Conclusão do ETP (%)	Acompanha o progresso na elaboração do ETP, considerando todas as etapas necessárias, desde a pesquisa até a revisão final. Fórmula de cálculo: Etapas concluídas do ETP/Etapas totais previstas no cronograma X 100	Anual	DIAPE e DISUP	
12.2 Percentual de Conclusão da Capacitação (%)	Monitora a taxa de conclusão da capacitação entre todos os integrantes da equipe de limpeza, assegurando que todos participaram e concluíram o treinamento. Fórmula de Cálculo: Número de funcionários capacitados/Total de funcionários na equipe de limpeza X 100	Anual	DIGEP, DIAPE e GT- Coleta Seletiva	
Ações		Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
12.1.1 Rever o conteúdo do contrato de limpeza analisando as demandas e o contexto atual do instituto		2023 a 2025	Anual	DIAPE
12.1.2 Inserir critérios de sustentabilidade no processo de contratação do serviço de limpeza, indicando o uso de produtos biodegradáveis e a inclusão de sacos (azuis ou brancos) destinados à coleta dos resíduos recicláveis		2023 a 2025	Anual	DIAPE e Comissão de Sustentabilidade
12.2 Capacitar os integrantes da equipe de limpeza para o uso correto de EPI e produtos, e aprimorar a segurança no trabalho e os procedimentos do Programa da Coleta Seletiva Cidadã		2023 a 2025	Anual	DIAPE DIGEP e GT - Coleta Seletiva
Resultados esperados ampliação na segurança no trabalho, diminuição do impacto ambiental, eficiência do gasto e redução de custos e insumos.				



13. VEÍCULOS OFICIAIS

DIAPE – UNIDADE GESTORA

O INT vem reduzindo substancialmente o uso dos veículos oficiais nos últimos anos. Com o advento da pandemia de Covid-19, ocorreu uma diminuição dos deslocamentos e consequentemente no consumo de combustíveis gerando uma redução nas emissões de gases de efeito estufa e de substâncias poluentes emitidas pelos veículos no período.

O Instituto realiza a manutenção dos veículos oficiais anualmente, inclusive durante o período do trabalho remoto em decorrência da pandemia. O INT atende a recomendação referente ao combustível utilizado nos veículos leves da frota, no transporte oficial, usando apenas álcool.

Caso o INT venha a adquirir novos veículos oficiais a proposta é a aquisição dos que tenham a melhor eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade. Para tal, o Instituto tem a intenção de se adequar ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) que visa um programa de etiquetagem de eficiência energética para veículos leves, enquanto uma ferramenta de informação dos consumidores, que classifica os modelos quanto à eficiência energética na categoria e mostra outros dados, tais como, a autonomia em km por litro de combustível na cidade e na estrada, e a emissão de CO₂, um dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

Para contribuir com a delimitação de objetivos, metas, indicadores ações futuras e resultados esperados, é apresentada uma série histórica dos gastos e consumo com veículos oficiais do INT, exposto na Tabela 19 e nos Gráficos 26 a 28. Nos Gráficos e Tabelas serão apresentados os itens e as respectivas siglas: solicitação de transporte (ST); combustível e lubrificante (CL); manutenção e seguro (MSV).

Tabela 19 – Veículos Oficiais - Série histórica de gasto anual (2012-2022)

Consumo e Gastos (R\$) com VEÍCULOS OFICIAIS				
Anos	ST (Un)	CL(L)	CL (R\$)	MSV (R\$)
2012	1.429	9.825	54.249	42.613
2013	1.004	10.461	66.144	41.300
2014	1.134	10.903	69.404	29.017
2015	665	5.458	51.508	29.017
2016	1.156	10.690	73.908	29.017
2017	0	0	0	27.566
2018	978	9.500	8.000	15.500
2019	315	2.754	6.435	8.000
2020	48	306	6.026	9.306
2021	0	0	0	-
2022	88	407	1.436	-

Gráfico 26 – Veículos Oficiais - Série histórica de solicitações de transporte anuais (2012-2022)

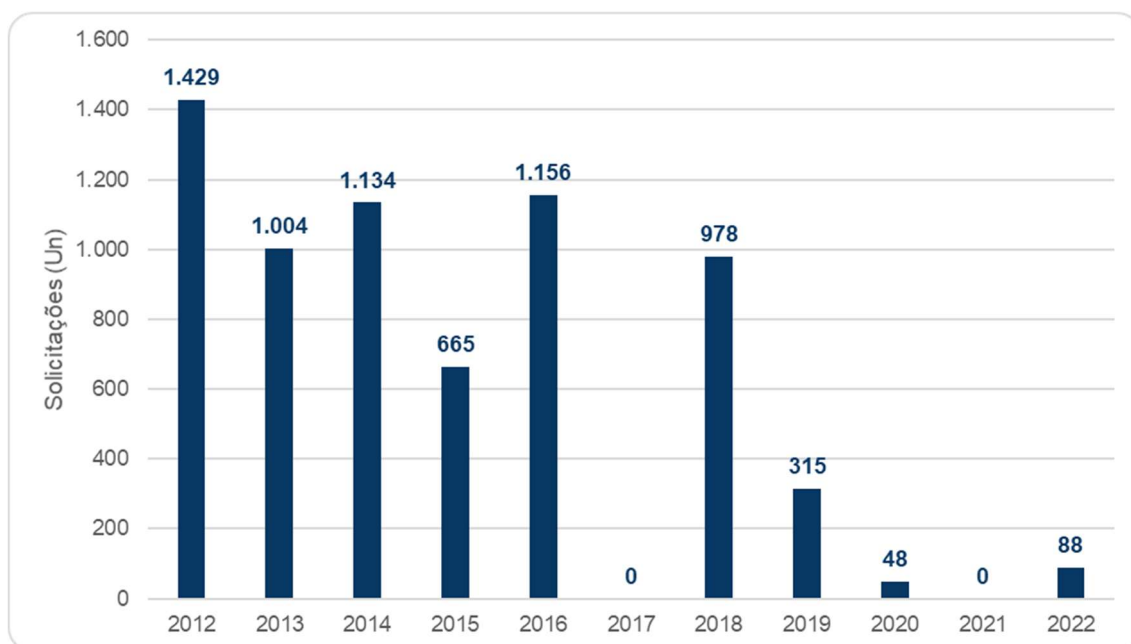


Gráfico 27 – Veículos Oficiais - Série histórica de consumo (L) e gasto (R\$) com combustível e lubrificante anual (2012-2022)

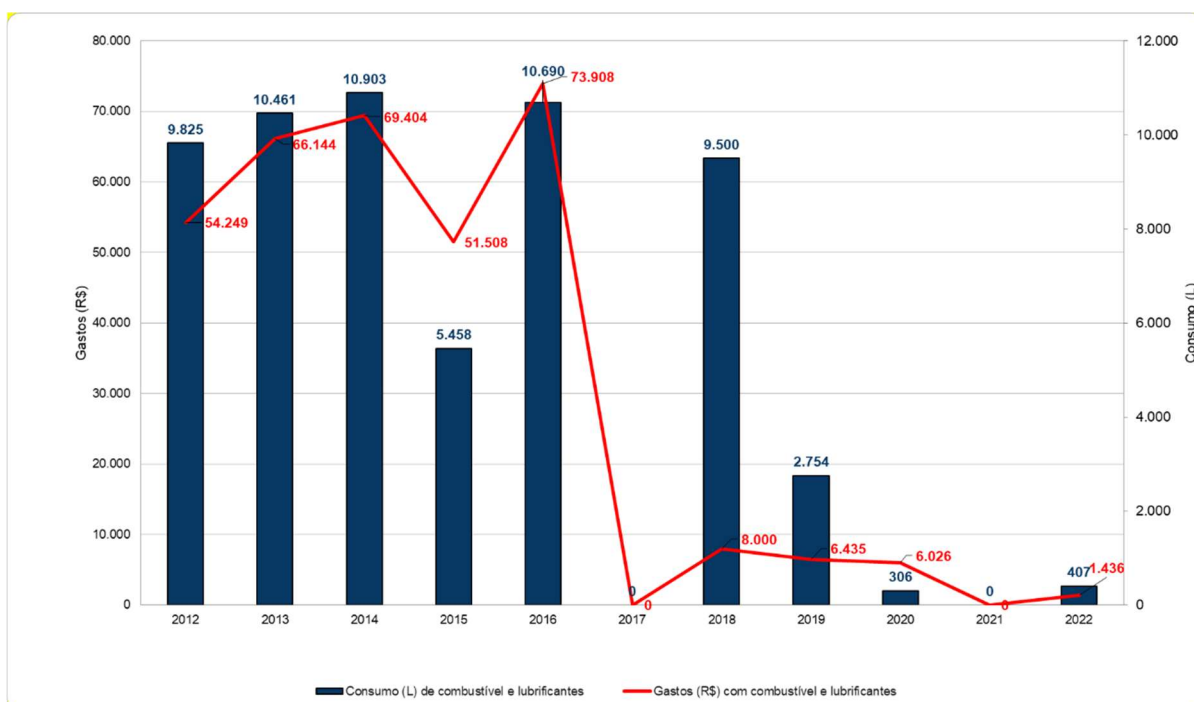
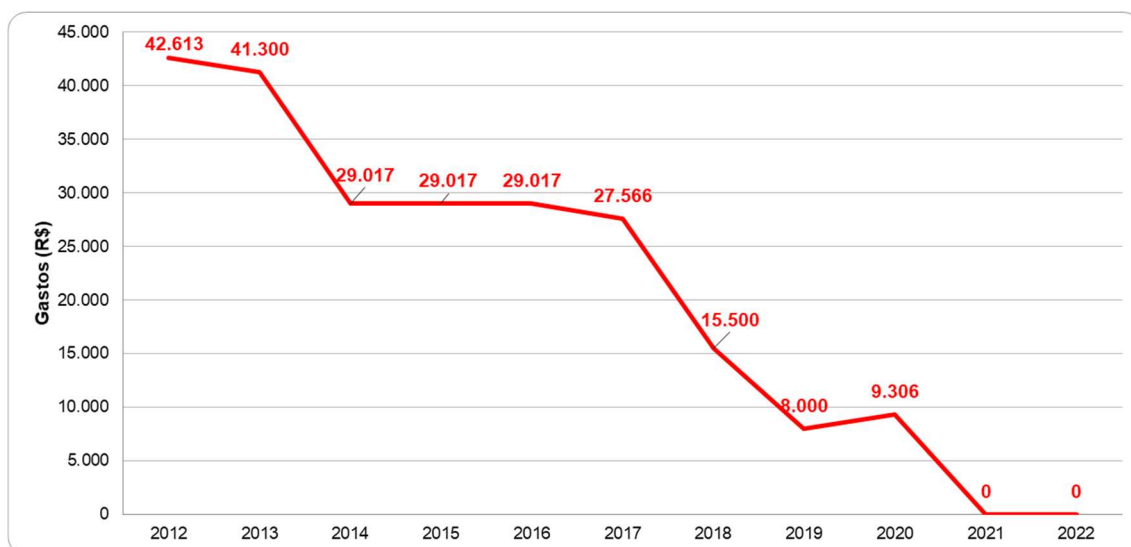


Gráfico 28 – Veículos Oficiais - Série histórica de gastos (R\$) com pagamento de manutenção e seguro veicular (2012-2022)



Com a realização de trabalho remoto, decorrente da pandemia da Covid-19, desde março de 2020, o INT reduziu suas atividades, refletindo no uso dos veículos oficiais, impactando diretamente na inexistência de consumo e gasto de combustíveis e lubrificantes. Desta forma, a proposta de utilização da modalidade de transporte táxi-gov passou a ser prevista para implementação em 2021, o que não ocorreu, devido a permanência da pandemia em 2021 e em parte do ano seguinte, quando o contingente do INT voltou a trabalhar presencialmente em junho de 2022. Neste período, foi descontinuado o contrato de motoristas, reduzindo o efetivo para apenas 02 (dois) motoristas servidores. Foram feitas revisões e manutenções em 03 (três) veículos 02 (dois) de passeio e 01 (um) utilitário. Em 2023, estima-se que seja feito (a) o desfazimento / a doação de 02 (dois) carros antigos e fora de uso, reduzindo a frota para apenas 02 (dois) veículos leves de passeio, resultando no decréscimo no gasto com a manutenção da frota oficial e o seguro veicular.

Com base no contexto supramencionado, durante a vigência deste Plano, será realizada uma análise das alternativas disponíveis para a identificar a solução mais eficiente e adequada ao serviço de transporte oficial do Instituto, conforme diretrizes legais e ambientais.

Para contribuir com a referida análise, segue abaixo alguns aspectos expostos na 6ª Edição do Guia Nacional de Contratações Públicas (2023), da AGU, no uso de veículos oficiais e também, na perspectiva de aquisição e de locação.

O Decreto nº 9.287/2018 regulamenta o uso de veículos oficiais, exigindo que a administração pública federal opte pela modalidade de contratação mais vantajosa, explicitado no art. 8º. O uso de veículos deve priorizar eficiência energética, comprovável por equivalência à classificação "A" do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), ainda que voluntária. Veículos leves da frota oficial devem operar com combustíveis renováveis, e tanto veículos próprios quanto locados devem

passar pelo Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 418/2009, garantindo a manutenção dos níveis de emissões e ruído dentro dos limites permitidos. Pneus também são regulamentados pelo INMETRO quanto à eficiência energética, devendo atender aos critérios compatíveis com o veículo adquirido / contratado.

- **Objetivo**

Manter a eficiência no uso, consumo e gasto com os veículos oficiais.

- **Metas**

13.1 Fazer a manutenção periódica dos veículos oficiais de forma a otimizar o uso da frota;

13.2 Realizar o desfazimento / a doação de 100% dos veículos oficiais antigos inoperantes, até 2025.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 14 – Veículos Oficiais – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES VEÍCULOS OFICIAIS			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
13.1 Percentual de Veículos com Manutenção Atualizada (%)	Percentual da frota oficial que passou por manutenção preventiva dentro do cronograma planejado. Fórmula de Cálculo: $\frac{\text{Nº de veículos com manutenção atualizada}}{\text{Total de veículos da frota}} \times 100$	Anual	CGAD e DIAPE
13.2 Percentual de Veículos Antigos Inoperantes Desfeitos/Doados (%)	Percentual dos veículos antigos inoperantes que foram adequadamente desfeitos ou doados até o final de 2025. Fórmula de Cálculo: $\frac{\text{Nº de veículos antigos inoperantes desfeitos ou doados}}{\text{Total de veículos antigos inoperantes}} \times 100$	Anual	DIAPE, DISUP, DIPOC e CGAD
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
13.1 Fazer a manutenção periódica dos veículos oficiais em uso de forma a otimizar o uso da frota	2023 a 2025	Anual	DIAPE
13.2.1 Dar andamento nos processos de desfazimento dos veículos inoperantes da frota oficial	2023 a 2025	Anual	DIAPE, DISUP, DIPOC e CGAD
13.2.2 Viabilizar o desfazimento e a doação dos veículos oficiais antigos e fora de uso	2023 a 2025	Anual	DIAPE CGAD
Resultados esperados diminuição do impacto ambiental, eficiência do gasto e redução de custos e insumos na utilização dos veículos da frota oficial.			

// EIXO – SOCIOCULTURAL – CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

As pessoas, que compõem o corpo funcional, são um eixo de destaque deste PLS INT, em consonância com a Agenda 2030 da (ONU), com os respectivos Objetivos do (ODS), além das diretrizes fundamentais de Direitos Humanos.

A força de trabalho do INT é constituída de servidores, bolsistas, terceirizados, prestadores de serviço e estagiários. Neste tópico, inicialmente, serão apresentadas as características do corpo funcional e aspectos relacionados à faixa etária, escolaridade e gênero.

A posteriori, o Plano apresenta objetivos, metas e indicadores específicos de capacitação e de qualidade de vida, e as ações específicas de conscientização e de sensibilização e eventos para fomentar a adoção de comportamentos que promovam a sustentabilidade, a equidade, o bem-estar, a acessibilidade e a inclusão da diversidade no ambiente de trabalho.

Desta forma, a atuação do Instituto está vinculada à sustentabilidade sociocultural em consonância com a agenda 2030, mais especificamente com alguns ODS, conforme representado na Figura abaixo.

Figura 05 – Correlação entre ODS e os aspectos socioculturais





DADOS DO CORPO FUNCIONAL

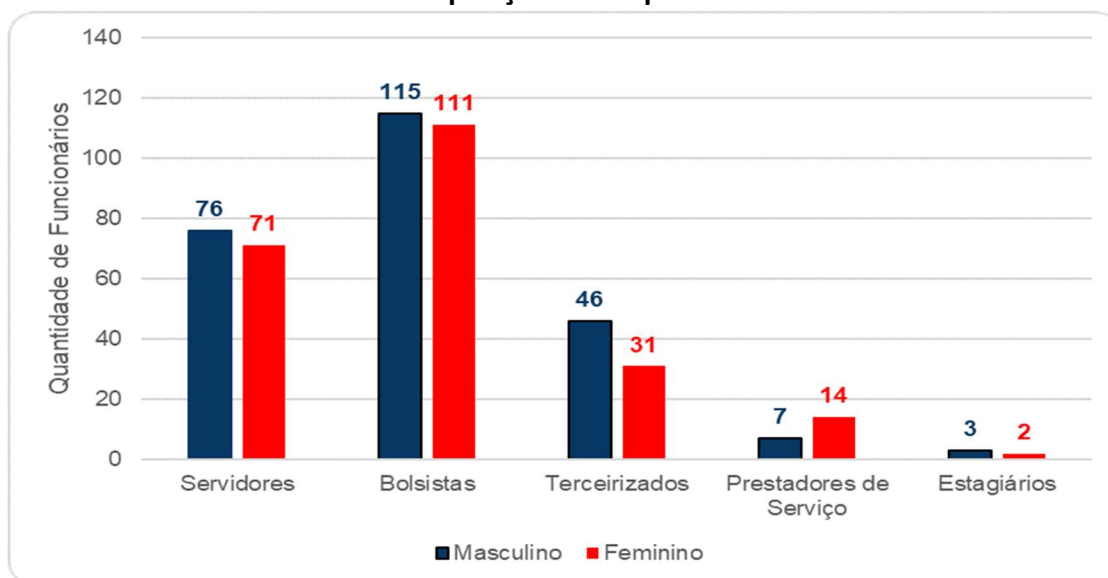
DIGEP – UNIDADE GESTORA

As informações expostas neste tópico foram consolidadas no final do ano de 2022 com o objetivo de retratar as características do perfil e da composição do corpo funcional do INT. Estes dados visam contribuir para a tomada de decisão da gestão institucional, o direcionamento de ações afirmativas, a delimitação de programas de qualidade de vida e de preparação para aposentadoria, entre outros.

Tabela 20 – Composição do Corpo Funcional do INT

Vínculo / Gênero	Masculino	Feminino	Total
Servidores	76	71	147
Bolsistas	115	111	226
Terceirizados	46	31	77
Prestadores de Serviço	7	14	21
Estagiários	3	2	5
Total	247	229	476

Gráfico 29 – Composição do Corpo Funcional do INT



Os dados expostos na Tabela 20 e no Gráfico 29 apresentam a composição do corpo funcional do INT e demonstram que a distribuição de gênero feminino e masculino é bastante equitativa, nos grupos de servidores, bolsistas e estagiários. No grupo de terceirizados, verifica-se um quantitativo de cerca de 48% menor do gênero feminino, em comparação ao número de integrantes do gênero masculino. Em contrapartida, os prestadores de serviço contratados são em sua maioria do gênero feminino, o dobro dos do gênero masculino.

Na Tabela 20 e no Gráfico 29, além da distribuição de gênero, foram acrescentadas as informações sobre escolaridade do corpo funcional. Com base nos dados apresentados, observa-se que apenas integrantes do grupo terceirizados estão presentes na faixa da escolaridade “ensino fundamental”, representando um percentual de cerca de 30% deste grupo, em sua maioria do gênero masculino.

Quanto à faixa de escolaridade “Ensino Médio”, pode-se constatar que é a que possui maior número de representantes, com percentual de cerca de 32% do corpo funcional, distribuído com um quantitativo semelhante entre os grupos de servidores, bolsistas e terceirizados, com o número de integrantes do gênero masculino relativamente acima. A quantidade de representantes dos grupos “Prestadores de Serviço” e “estagiários” nesta faixa de escolaridade não chega a atingir 8% do percentual total dos integrantes.

Quanto à faixa de escolaridade “Graduação”, a grande maioria, com percentual de cerca de 84%, se concentra no grupo de bolsistas, seguido por integrantes do grupo de prestadores de serviço, com percentual em torno de 8%. No grupo de servidores apenas 02 (dois) integrantes estão nesta faixa de escolaridade, ambos do gênero masculino.

A faixa de escolaridade “Especialização” é constituída por 22 (vinte e duas) pessoas do corpo funcional, distribuídas com cerca de 45% entre os servidores e em torno de 36% entre os bolsistas, aproximadamente com 14% no grupo de prestadores de serviços e apenas com um representante no grupo de terceirizados, este do gênero feminino. A faixa de “especialização” é constituída em sua maioria de pessoas do gênero feminino, totalizando 64%, independente do grupo.

A faixa de escolaridade “Mestrado” é constituída pela maioria de integrantes do grupo de bolsistas, com cerca de 60%, complementado por 39% de servidores e apenas 1% de prestadores de serviço. Quanto à distribuição entre os dois gêneros, observa-se uma certa equidade, com cerca de 48% feminino e 52% masculino.

Cabe destacar que o quantitativo de doutores, no INT, se distribui apenas em 02 (dois) grupos, de servidores e de bolsistas, e apenas uma prestadora de serviço. Quanto à faixa de escolaridade “Doutorado”, é a que compreende a maior quantidade de servidores do instituto, representando um percentual de cerca de 35% do total deste grupo, representando 51% do total de doutores do corpo funcional. Na faixa de doutorado, distribuição por gênero é equânime, 50% feminino e 50% masculino.

Para finalizar a análise, observa-se que à faixa de “Pós-Doutorado” é constituída por 03 (três) integrantes do gênero feminino, duas bolsistas e uma prestadora de serviço.

Tabela 21 – Escolaridade do Corpo Funcional do INT

Escolaridade	Servidores		Bolsistas		Terceirizados		Prestadores de Serviço		Estagiários		Total	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Ensino Fundamental	-	-	-	-	6	17	-	-	-	-	6	17
Ensino Médio	18	29	16	28	22	27	4	3	2	3	62	90
Graduação	-	2	44	32	2	2	5	3	-	-	51	39
Especialização	9	1	2	6	1	-	2	1	-	-	14	8
Mestrado	13	19	26	24	-	-	1	-	-	-	40	43
Doutorado	26	23	21	25	-	-	1	-	-	-	48	48
Pós-Doutorado	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	3	-
Total	66	74	11	115	31	46	14	7	2	3	224	245

Gráfico 30 – Escolaridade do Corpo Funcional do INT – Público Feminino e Público Masculino

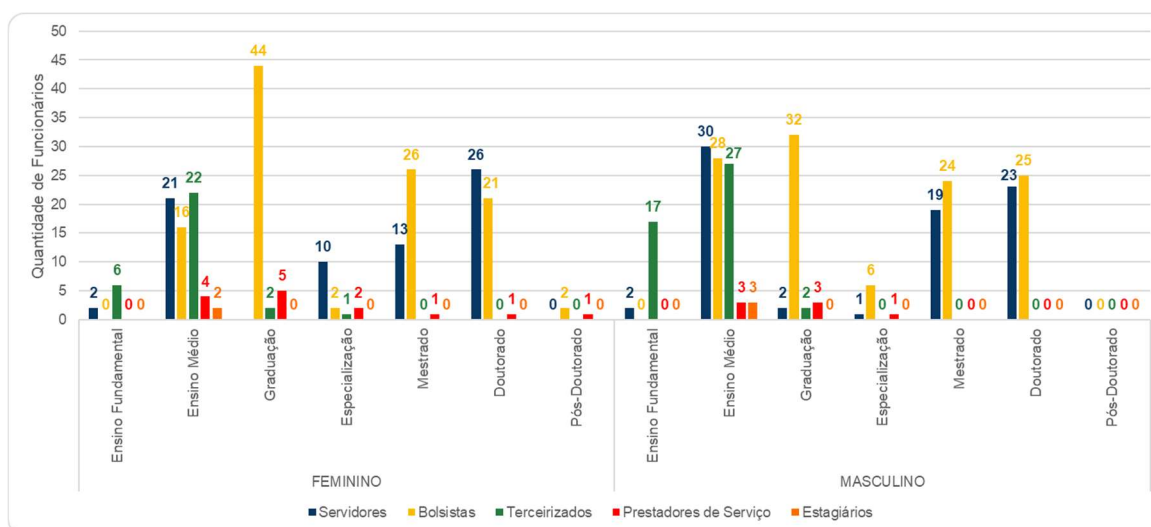


Tabela 22 – Faixa etária do Corpo Funcional do INT

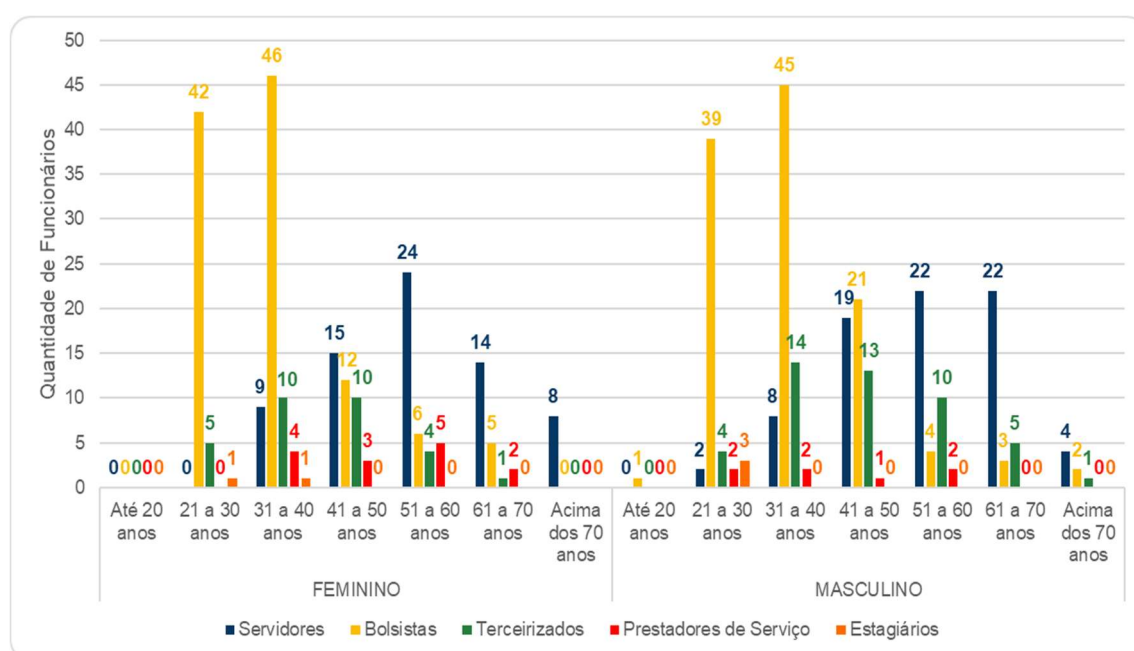
Faixa Etária	Servidores		Bolsistas		Terceirizados		Prestadores de Serviço		Estagiários		Total	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Até 20 anos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
21 a 30 anos	-	2	42	39	5	4	-	2	1	3	48	50
31 a 40 anos	9	8	46	45	10	14	4	2	1	-	70	69
41 a 50 anos	15	19	12	21	10	13	3	1	-	-	40	54
51 a 60 anos	24	22	6	4	4	10	5	2	-	-	38	38
61 a 70 anos	14	22	5	3	1	5	2	-	-	-	22	30
Acima dos 70 anos	4	1	-	2	-	1	-	-	-	-	4	4
Total	66	74	11	115	30	47	14	7	2	3	222	246

Ao analisar os aspectos relacionados à faixa etária do corpo funcional, nos dados expostos na Tabela 22 e no Gráfico 31, percebe-se que a distribuição dos integrantes do corpo funcional se concentra em 30% entre 31 e 40 anos; 21% entre 21 e 30 reais; 20% entre 41 e 50 anos; 16% entre 51 e 60 anos; 11% entre 61 e 70 anos; 2% acima de 7º anos; e, apenas uma pessoa abaixo dos 20 anos.

O grupo de servidores do INT se concentra na faixa etária de 41 a 70 anos, com cerca de 83% integrantes, distribuídos em 33% entre 51 e 60 anos; 26% entre 61 e 70 anos; 24% entre 41 e 50 anos. O grupo de bolsistas se concentra na faixa etária de 21 a 40 anos, com cerca de 76% integrantes, distribuídos em 40% entre 31 e 40 anos e 36% entre 21 e 30 anos.

Em relação à distribuição do público feminino e masculino, a maior concentração de ambos os gêneros está na faixa 31 entre 40 anos, 32% e 28% respectivamente.

Gráfico 31 – Faixa etária do Corpo Funcional do INT – Público Feminino e Público Masculino

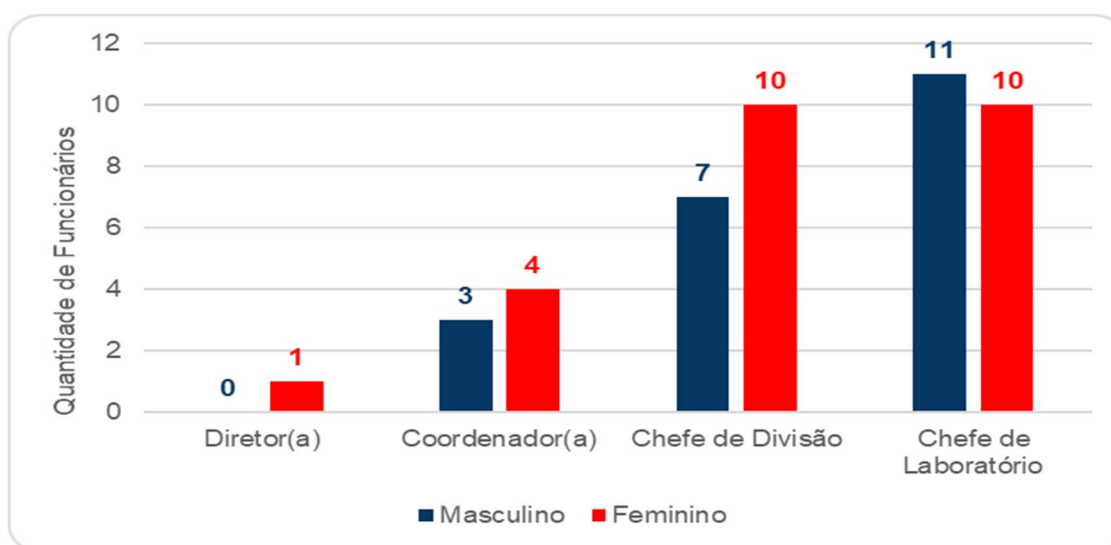


Os dados referentes à distribuição dos servidores por cargos de chefia e gênero estão expostos na Tabela 23 e no Gráfico 32, em que se observa um quantitativo majoritário do gênero feminino na maioria dos cargos, exceto no cargo “chefe de laboratório”. A diferença mais expressiva entre os gêneros se dá no cargo de “chefe de divisão”, 59% feminino e 41% masculino.

Tabela 23 - Relação dos cargos de chefia e gênero

CARGO/ GÊNERO	Masculino	Feminino	Total
Diretor(a)	-	1	1
Coordenador(a)	3	4	7
Chefe de Divisão	7	10	17
Chefe de Laboratório	11	10	21
Total	21	25	46

Gráfico 32 - Relação dos cargos de chefia e gênero

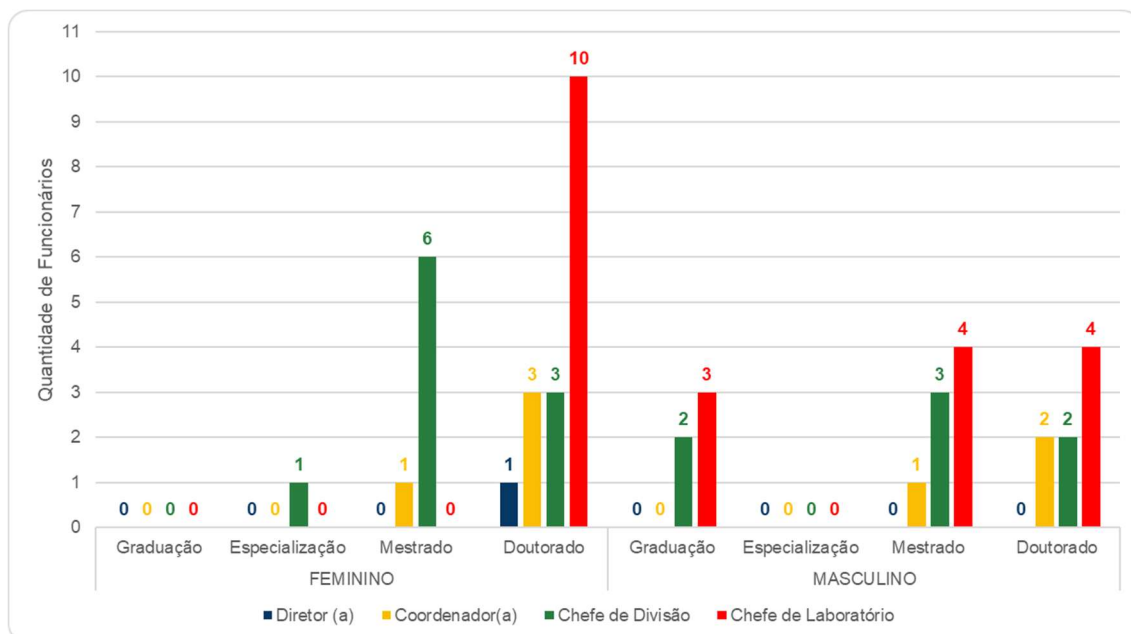


Quanto à relação dos cargos de chefia com escolaridade e com o gênero, os dados estão expostos na Tabela 24 e no Gráfico 33. Observa-se que as chefias na faixa de escolaridade “Graduação” são ocupadas apenas por servidores do gênero masculino, representando um percentual de 11% do quantitativo total dos cargos de chefia. A distribuição de gênero, nos cargos de chefia nas faixas de escolaridade “Especialização” e “Mestrado”, é relativamente equânime. Percebe-se uma diferença mais significativa na distribuição de gênero nas chefias de laboratório na faixa de escolaridade “Doutorado”, cerca de 70% do feminino e em torno de 30% do masculino.

Tabela 24 - Relação dos cargos de chefia com escolaridade e gênero

Escolaridade / Cargo	Diretor(a)		Coordenador(a)		Chefe de Divisão		Chefe de Laboratório		Total	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Graduação	-	-	-	-	-	2	-	3	-	5
Especialização	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Mestrado	-	-	1	1	6	3	-	4	7	8
Doutorado	1	-	3	2	3	2	10	4	17	8
Total	1	-	4	3	10	7	10	11	25	21
	1		7		17		21		46	

Gráfico 33 - Relação dos cargos de chefia com escolaridade e gênero

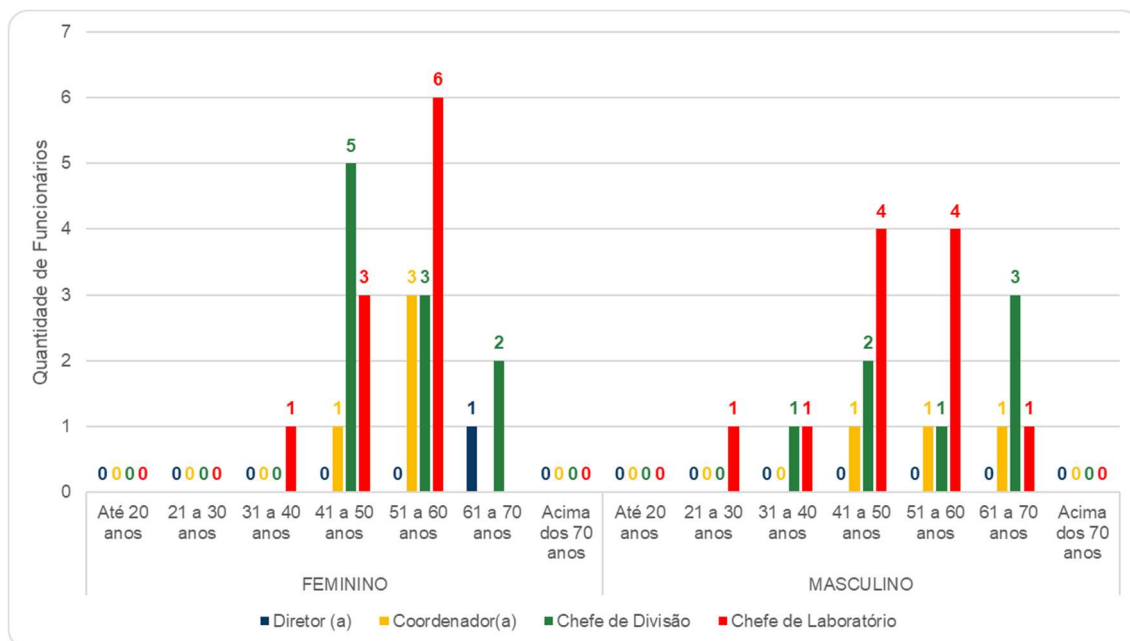


A faixa etária de 41 a 60 anos é a que concentra a maioria dos servidores em cargo de chefia, representando um percentual de cerca de 74% do total. Na faixa etária de 51 a 60 anos, o gênero feminino é majoritário na ocupação de todos os cargos de chefia, representando 67% deste grupo. Cabe destacar que não há servidores em 02 (duas) faixas etárias ocupando cargo de chefia, até 20 anos e acima dos 70 anos.

Tabela 25 - Relação dos cargos de chefia com faixa etária e gênero

Cargos	Diretor(a)		Coordenador(a)		Chefe de Divisão		Chefe de Laboratório		Total	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Gênero / Faixa Etária										
Até 20 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 a 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
31 a 40 anos	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2
41 a 50 anos	-	-	1	1	5	2	3	4	9	7
51 a 60 anos	-	-	3	1	3	1	6	4	12	6
61 a 70 anos	1	-	-	1	2	3	-	1	3	5
Acima dos 70 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	-	4	3	10	7	10	11	25	21
	1		7		17		21		46	

Gráfico 34 – Distribuição dos cargos de chefia em faixas etárias e gênero

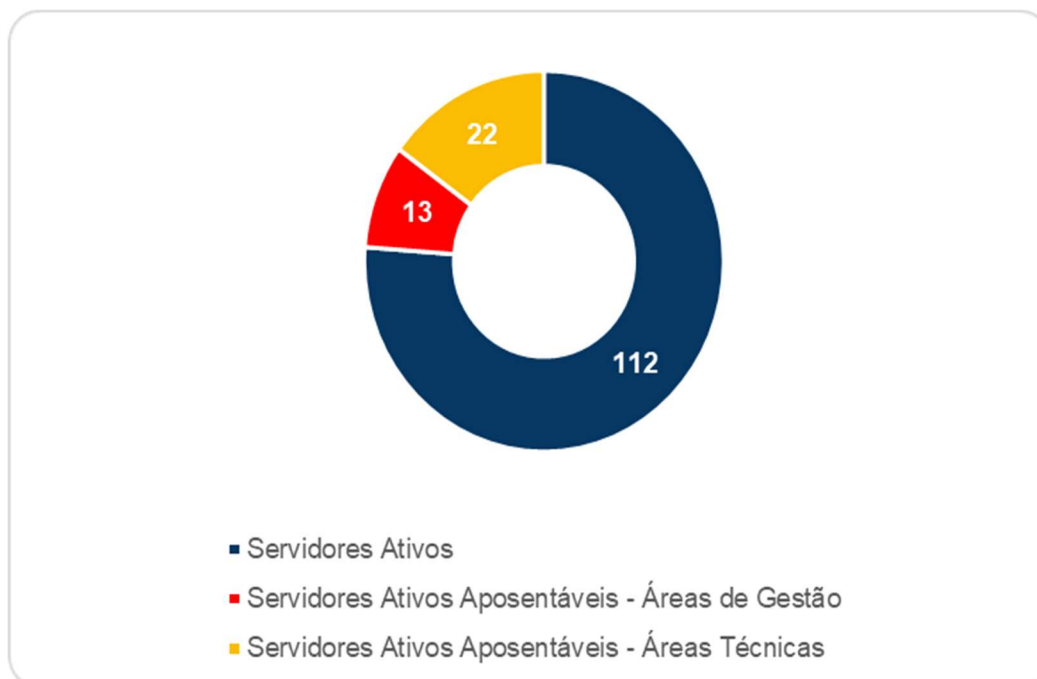


Os dados expressos na Tabela 25 e no Gráfico 34 retratam a distribuição dos servidores ocupando cargos de chefia quanto à faixa etária. Pode-se destacar que a maioria das chefias, cerca de 74%, se encontra em 02 (duas faixas) etárias compreendidas entre 41 e 60 anos, aproximadamente 18% das chefias estão na faixa etária de 61 a 70 anos e um percentual de 8% se encontra abaixo dos 41 anos. Diante deste perfil das chefias do instituto, pode-se indicar a necessidade de que seja feito um mapeamento junto aos servidores ativos, que possa delinear uma possível demanda por capacitação visando a qualificação das futuras chefias. Este aspecto fica evidenciado ao se verificar o quantitativo de servidores ativos que estão se aproximando da possibilidade de ter abono de permanência ou em vias de se aposentar, como retrata a Tabela 26 e o Gráfico 35.

Tabela 26 – Servidores ativos e previsão de abono de permanência e aposentadoria

Relação das áreas dos Servidores Ativos com previsão de abono de permanência	a partir de 05/7/2023	2024 a 2028
Gestão (Analista em C&T, Assistente em C&T, Agente Administrativo)	13	
Desenvolvimento Tecnológico (Técnico e Tecnologista)	22	
Pesquisa (Pesquisador)	0	0
Total de servidores ativos com abono de permanência	35	10

Gráfico 35 – Servidores ativos e previsão de abono de permanência e aposentadoria



Cabe destacar um aspecto relevante no contexto da gestão de pessoas do INT, o Instituto possui 147 servidores ativos como exposto na Tabela 20, porém, cerca de 24% deste quantitativo pode adquirir o abono de permanência em junho de 2023, o que significa que estes servidores têm a possibilidade de dar entrada no pedido da aposentadoria, conforme retratado no Gráfico 35.

No período de 2024 a 2028, há uma previsão de que 10 (dez) servidores ativos podem ter abono de permanência, com a possibilidade de também solicitarem a aposentadoria. Desta forma, nos próximos 05 (cinco) anos, constata-se que o quadro de servidores pode vir a apresentar uma redução bastante significativa de aproximadamente de 30% no quantitativo atual, caso não venha a ocorrer novo concurso e ingresso de novos servidores.



14. QUALIDADE DE VIDA

DIGEP – UNIDADE GESTORA

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) se constitui como uma medida que envolve um conjunto de ações adotadas pela instituição para promover melhores condições no ambiente de trabalho (mobiliário, equipamento, instalações, clima, etc.) e o desempenho individual, de modo a conciliar o bem-estar dos trabalhadores e a produtividade e, também, prevenir problemas de saúde ocupacional, promover a motivação, a valorização e o comprometimento dos integrantes do corpo funcional.

A legislação brasileira conta com diversas normas voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, que abordam desde a segurança e saúde até o desenvolvimento social dos trabalhadores. A seguir estão relacionadas normas que estabelecem o quadro regulatório para embasar a implementação de práticas que promovam o bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, prevenindo acidentes e doenças e proporcionando um ambiente de trabalho seguro e saudável.

1. **Constituição Federal de 1988** - Garante direitos fundamentais relacionados à saúde, segurança e condições de trabalho, como o direito ao salário mínimo, limite de jornada de trabalho e proteção contra riscos à saúde.
2. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** – Em 1943, a CLT passa a regular os direitos trabalhistas, incluindo normas de segurança e higiene no trabalho, intervalos, descanso semanal, condições de trabalho para grávidas e lactantes, e proteções contra acidentes.
3. **Lei nº 6.514/1977** - Dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho, obrigando as empresas a adotar medidas preventivas contra acidentes e doenças ocupacionais.
4. Em 1978 foram publicadas as primeiras **Normas Regulamentadoras (NRs)** - O Ministério do Trabalho e Emprego estabelece diversas NRs voltadas à segurança e saúde ocupacional. Exemplos incluem:
 - **NR 7** - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que exige exames periódicos para monitorar a saúde dos trabalhadores.
 - **NR 9** - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que busca minimizar os riscos ambientais no trabalho.
 - **NR 17** - Ergonomia, que regula aspectos ergonômicos no trabalho para prevenir lesões e desconfortos físicos.
5. **Lei nº 8.213/1991** - Institui o Plano de Benefícios da Previdência Social, que inclui a obrigatoriedade de Programas de Reabilitação Profissional para trabalhadores com sequelas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.
6. **Normas sobre Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004)** - Garantem a acessibilidade em locais de trabalho para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão e melhoria da qualidade de vida de todos os trabalhadores.

7. **Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)** - Traz medidas que impactam diretamente o bem-estar dos trabalhadores, como o teletrabalho, regulamentação de contratos intermitentes e flexibilização da jornada.
8. **Decreto nº 9.991/2019** - Trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, visando o desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos, um fator crucial para a qualidade de vida no ambiente de trabalho público.

O INT possui uma valiosa e longa trajetória na implementação de iniciativas e projetos voltados à qualidade de vida do corpo funcional, tais como o premiado Programa Compartilhando Habilidades e o Projeto Educação Básica, contemplando a realização de diversas atividades como: origami, capoeira, tai chi chuan, teatro, aulas de informática, inglês, alemão, além de disciplinas para auxiliar a conclusão do ensino médio disponível também para dependentes do corpo funcional. Todas as atividades desenvolvidas eram gratuitas, sem custos para os participantes e para a administração, ministradas por integrantes do corpo funcional destinada aos colegas, em horário de trabalho (das 7h às 9h, intervalo do almoço e após às 16h).

Na segunda quinzena de março de 2020, em decorrência das restrições devido a pandemia da Covid-19, o Instituto Nacional de Tecnologia adotou a modalidade de trabalho remoto, com base na Portaria nº 1.186/2020. Consequentemente, as atividades de qualidade de vida tiveram que ser interrompidas. Tal medida também acarretou a interrupção nos ensaios do coral e o adiamento da implantação do Projeto “Grupo de Caminhada e Corrida”, que estava previsto para iniciar no referido mês.

No retorno ao trabalho presencial, em 2022, voltaram a acontecer os ensaios semanais do coral e palestras com temas voltados à segurança, saúde e QVT.

- **Objetivo**

Promover o bem-estar dos empregados, por meio da prática de atividades de qualidade de vida no trabalho, visando à redução dos riscos de estresse, doenças ocupacionais, absenteísmo e aumento da satisfação profissional.

- **Metas**

- 14.1 Implementar pelo menos 02 (duas) iniciativas voltadas à prevenção de doenças, à motivação, à saúde e à segurança ocupacional, destinadas ao corpo funcional do INT; e,
- 14.2 Implementar pelo menos 01 (uma) ação voltada às políticas afirmativas, em prol de equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 15 – Qualidade de vida – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES QUALIDADE DE VIDA			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
14.1 Percentual de iniciativas de QVT realizadas (%)	Número de iniciativas de prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional realizadas anualmente Fórmula de Cálculo: (Total de iniciativas implementadas no ano / Meta de 2 iniciativas anuais) X 100	Anual	DIGEP
14.2 Percentual de ações em políticas afirmativas realizadas (%)	Percentual de ações anuais voltadas à promoção de equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade implementadas Fórmula de Cálculo: (Número de ações implementadas / Meta de 1 ação anual) x 100	Anual	DIGEP
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
14.1.1 Realizar 01 (uma) palestra de prevenção de doenças, motivacional e/ou voltada à prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional, por ano	2023 a 2025	Anual	DIGEP
14.1.2 Desenvolver 01 (uma) iniciativa voltada à prevenção de doenças, motivação, saúde e segurança ocupacional, por ano	2023 a 2025	Anual	DIGEP e DICOM
14.2 Realizar 01 (uma) ação voltada às políticas afirmativas visando a sensibilização em prol de equidade, diversidade, inclusão e acessibilidade, por ano	2023 a 2025	Anual	DIGEP
Resultados esperados melhoria do desempenho profissional e na gestão sustentável, aprimoramento do conhecimento no tema sustentabilidade, diminuição no impacto ambiental, eficiência do gasto, fortalecimento dos quesitos socioculturais e redução de custos.			



15. CAPACITAÇÃO

DIGEP – UNIDADE GESTORA

A capacitação profissional envolve um conjunto de ações (palestras, cursos, treinamentos, workshops, entre outros) de desenvolvimento profissional, visando preparar o corpo funcional para realizar as atividades com eficiência e autonomia, incluindo as questões relativas à gestão socioambiental.

As capacitações e os treinamentos são de fundamental importância para a construção de uma cultura organizacional voltada às ações de sustentabilidade, promovendo um melhor gerenciamento dos recursos, por meio da orientação, informação e qualificação profissional, visando um melhor desempenho das atividades implantadas e criando uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos agentes envolvidos no processo de implantação das práticas de sustentabilidade com engajamento de todo o corpo funcional.

O INT estrutura anualmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), um dos instrumentos norteadores da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNPD, em observância ao disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, bem como à Instrução Normativa no 201, de 11 de setembro de 2019.

O PDP do INT é elaborado a partir do levantamento e planejamento das necessidades e demandas de desenvolvimento dos servidores visando preencher as lacunas de competências identificadas para atingir o objetivo estratégico do Instituto.

- **Objetivo**

Desenvolver processo integrado e sistemático de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos integrantes do corpo funcional do INT, visando à melhoria do desempenho e das competências do corpo funcional em consonância com os objetivos estratégicos do instituto.

- **Metas**

- 15.1 Realizar pelo menos 01 (uma) atividade de capacitação, por ano, no tema sustentabilidade em consonância com as necessidades do corpo funcional; e,
- 15.2 Desenvolver pelo menos 06 (seis) atividades de conscientização (palestra, congresso, webinar, campanha) anuais, contemplando temas relacionados aos tópicos dos eixos deste Plano, com a participação do Corpo Funcional.

- **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 16 – Capacitação – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES CAPACITAÇÃO			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
15.1 Percentual de atividades de capacitação em sustentabilidade realizadas anualmente (%)	Monitorar a realização de atividades de capacitação em sustentabilidade ao corpo funcional Fórmula de Cálculo: (Nº de atividades de capacitação em sustentabilidade realizadas/Meta de 2 atividades por ano) X 100	Anual	DIGEP e Comissão de Sustentabilidade
15.2 Percentual de atividades de conscientização desenvolvidas anualmente com participação do corpo funcional (%)	Monitorar a realização de atividades de conscientização anuais voltadas ao corpo funcional abordando os temas dos eixos do Plano. Fórmula de Cálculo: (Nº de atividades de conscientização realizadas/Meta de 6 atividades anuais) X 100	Anual	Comissão de Sustentabilidade
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
15.1.1 Realizar reuniões da Comissão de Sustentabilidade com a integrantes da Direção do INT para mapear as demandas de capacitação no tema sustentabilidade	2023	Anual	Comissão de Sustentabilidade
15.1.2 Estruturar projeto de trilha de capacitação na temática sustentabilidade para o período deste plano	2023	Anual	CGAD Comissão de Sustentabilidade
15.1.3 Realizar atividades de capacitação para os integrantes do Corpo Funcional no tema sustentabilidade	2023 a 2025	Anual	CGAD, DIGEP e Comissão de Sustentabilidade
15.1.4 Propiciar a participação de integrantes da Corpo Funcional em capacitação no tema sustentabilidade ofertadas por instituições nacionais e internacionais	2023 a 2025	Anual	CGAD e DIGEP
15.2 Realizar 04 (quatro) atividades de capacitação (palestra, curso, treinamento, webinar, seminário, etc) no tema sustentabilidade e contemplando o conteúdo dos tópicos dos eixos do PLS INT	2023 a 2025	Anual	DIGEP e Comissão de Sustentabilidade
Resultados esperados melhoria do desempenho profissional e da conscientização em sustentabilidade, diminuição no impacto ambiental, eficiência no gasto, fortalecimento dos quesitos socioculturais.			



16. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

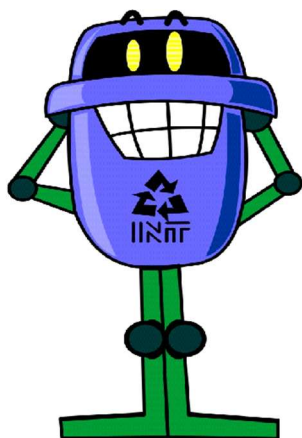
DICOM – UNIDADE GESTORA

A divulgação das iniciativas indicadas nos tópicos dos eixos temáticos do PLS INT, em prol da sensibilização e da conscientização, deve ser promovida ao longo de todas as etapas da implementação do PLS com base no Plano de Comunicação. Pois, o desenvolvimento de competências institucionais e individuais é um processo contínuo e permanente que possui como principal objetivo a transformação da cultura organizacional.

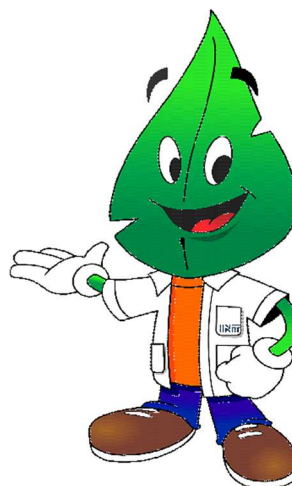
A realização de campanhas, palestras e exposições é vital para a sensibilização, conscientização e mobilização do corpo funcional. No processo de implementação do PLS, a divulgação das atividades é fundamental para o engajamento do corpo funcional visando o sucesso da execução das ações previstas e dos resultados esperados, bem como para o adequado monitoramento de indicadores.

É indicada a utilização da logomarca “INT Sustentável” na elaboração de todas as artes, trabalhando uma identidade visual das ações institucionais de sustentabilidade. Alinhado a este propósito, fica a critério da Comissão de Sustentabilidade indicar para a Divisão de Comunicação a pertinência do uso dos ODS específicos e a imagem dos 02 (dois) mascotes, Zecológico e Doutor Folhiano.

Figura 06 – Mascotes do INT



“Zecológico” – Mascote da Coleta Seletiva



“Doutor Folhiano” – Mascote da Sustentabilidade

- **Objetivo**

Promover ampla e contínua divulgação das ações de sensibilização, conscientização e capacitação, na temática sustentabilidade para o público interno e externo do instituto.

- **Metas**

- 16.1 Estruturar um plano de comunicação voltado à sensibilização / conscientização do corpo funcional, no tema sustentabilidade, com detalhamento das iniciativas com base no PLS INT, para implantação até 2025;
- 16.2 Apoiar a Comissão de Sustentabilidade na organização dos eventos, virtuais e presenciais, e na ampla divulgação de campanhas, capacitação, boas práticas na temática sustentabilidade.

● **Indicadores e Resultados Esperados**

Quadro 17 – Divulgação e Conscientização – Indicadores e Resultados esperados

INDICADORES DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO			
Nome	Descrição	Apuração	Unidades Envolvidas
16.1 Percentual do plano de comunicação desenvolvido (%)	Proporção do plano de comunicação detalhado e aprovado, dividido pelas etapas previstas até a conclusão. Fórmula de Cálculo: (Nº de etapas concluídas / Total de etapas previstas) X 100	Anual	DICOM e Comissão de Sustentabilidade
16.2 Percentual de apoio efetivo nas ações de sustentabilidade (%)	Proporção das ações de apoio (organização e divulgação) efetivamente realizadas em comparação ao total de ações de sustentabilidade previstas, incluindo eventos, campanhas, capacitações, e disseminação de boas práticas. Fórmula de Cálculo: Nº de ações apoiadas e realizadas / Nº total de ações previstas X 100	Anual	DICOM
Ações	Prazo	Apuração	Unidades Responsáveis'
16.1 Elaborar plano de comunicação voltado à e sensibilização / conscientização do corpo funcional das iniciativas no tema sustentabilidade, como campanhas e publicações de material educativo (cartazes, adesivos, comunicação via e-mail corporativo, redes sociais)	2024 a 2025	Anual	DICOM
16.2.1 Apoiar à Comissão de Sustentabilidade na organização dos eventos, virtuais e presenciais	2023 a 2025	Anual	DICOM
16.2.2 Divulgar as atividades de capacitação, no tema sustentabilidade e nos tópicos do PLS INT, nos canais institucionais e nas mídias sociais	2023 a 2025	Anual	DICOM
16.2.3 Divulgar as atividades de conscientização, no tema sustentabilidade e nos tópicos do PLS INT, nos canais institucionais e nas mídias sociais	2023 a 2025	Anual	DICOM
16.2.4 Fazer ampla divulgação do PLS INT e dos relatórios de sustentabilidade do INT	2023 a 2025	Anual	DICOM
Resultados esperados melhoria na gestão sustentável, conscientização no tema sustentabilidade, diminuição no impacto ambiental, eficiência do gasto, fortalecimento dos quesitos socioculturais e redução de custos.			



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **A3P – Boas Práticas**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/boas-praticas/> Acesso em 08 mar. 2020.

_____. **Cartilha A3P**– agenda ambiental da administração pública. Brasília: MMA; SDS; PNEA, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 201, de 3 de março de 2015**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2126> Acesso em 09 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Art. 37. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Art. 174. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006**, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008**, da Casa Civil da Presidência da República, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012**, da Casa Civil da Presidência da República, regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

BRASIL. **Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. **Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. **Decreto nº 9.901, de 8 de julho de 2019**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, altera o Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

BRASIL. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

BRASIL. **Decreto nº 10.936, de 20 de setembro de 2019**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BRASIL. **Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

BRASIL. **Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.

BRASIL. **Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

BRASIL. **Decreto nº 11.044, de 13 de abril de 2022**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem - Recicla+.

BRASIL. **Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. **Decreto nº 11.080, de 24 de maio de 2022**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, para dispor sobre as infrações e sanções administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

BRASIL. **Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro 2023**, da Casa Civil da Presidência da República, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023**, da Casa Civil da Presidência da República, institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

BRASIL. **Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023**, da Casa Civil da Presidência da República, institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Decreto nº 11.574, de 20 de junho de 2023**, da Casa Civil da Presidência da República, altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Altera a Constituição da República Federativa do Brasil, para instituir normas sobre a administração pública e outras disposições.

BRASIL. **Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 154, p. 90, 26 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**, da Casa Civil da Presidência da República, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993**, da Casa Civil da Presidência da República, dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994**, da Casa Civil da Presidência da República, dispõe sobre a remuneração dos cargos em comissão, define critérios de incorporação de vantagens de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**, da Casa Civil da Presidência da República, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 9.525, de 02 de dezembro de 1997**, da Casa Civil da Presidência da República, dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, da Casa Civil da Presidência da República, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**, da Casa Civil da Presidência da República, institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto

nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto 2010**, da Casa Civil da Presidência da República, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Lei nº 13.186, de 11 de novembro 2015**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

BRASIL. **Lei nº 13.280, de 03 de maio de 2016**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

BRASIL. **Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho 2020**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu

âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

BRASIL. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

BRASIL. **Lei nº 14.260, de 08 de dezembro 2021**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).

BRASIL. **Lei nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

BRASIL. **Manual A3P** – agenda ambiental na administração pública. 1. ed. Brasília: [s.n.], 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portaria nº 14, de 28 de fevereiro de 2013**, que institui, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPGLS, em atendimento à Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, com a atribuição de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Logística Sustentável - PLS.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria nº 3877, de 26 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria nº 5508, de 12 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a missão, a visão e os valores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e sobre os princípios, as diretrizes, os objetivos e as demais orientações gerais, para instituição das políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações no seu âmbito.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria-Executiva. **Portal da Coleta Seletiva Solidária**. Disponível em: <http://www.coletasolidaria.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria Conjunta nº 45, de 16 de julho de 2024**. Dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nas edificações sob a administração ou utilização dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P.pdf>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Pacto pela Transformação Ecológica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel**.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério do Meio Ambiente. Ministério de Minas e Energia. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria Interministerial nº 244, de 6 de junho de 2012**, que institui o Projeto Esplanada Sustentável – PES. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-dogasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf>

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008**, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG**, 2009. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/peg_mpog_iv_frum_a3p_36.pdf>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 8 - Edificações**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PGR)**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas**. **Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 17 - Ergonomia**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 23 - Proteção Contra Incêndios**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 24 - Condições de Higiene e Conforto nos Locais de Trabalho**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 26 - Sinalização de Segurança**. Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Administração Pública. **Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1998**, que dispõe sobre a racionalização e minimização de custos no uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2478, de 2023**. Dispõe sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, regulamenta o § 1º do art. 174 da Constituição Federal, prevê o estabelecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de Longo Prazo, cria o Conselho Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.